

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DO GAL DA ADRAMA PARA O PLANO ESTRATÉGICO DA POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM 2023-2027



Índice

Apresentação	1
1. Diagnóstico Territorial	2
<i>1. 0 Zona de Intervenção do GAL ADRAMA</i>	<i>2</i>
<i>1.1 Demografia</i>	<i>4</i>
<i>1.2 Economia</i>	<i>15</i>
<i>1.3 Condições de Vida</i>	<i>36</i>
<i>1.5 Recursos naturais e ambiente</i>	<i>43</i>
2. Balanço e perspetivas de futuro - a ótica dos agentes do território	52
<i>2.1 Perspetiva dos Parceiros do GAL da ADRAMA</i>	<i>52</i>
<i>2.2 Perspetiva dos Promotores do GAL da ADRAMA</i>	<i>56</i>
3. Matriz SWOT	60
4. Estratégia de Desenvolvimento Local	62
<i>4.1 Quadro de Desafios e Oportunidades</i>	<i>62</i>
<i>4.2 Da Visão aos Objetivos Estratégicos e Específicos</i>	<i>67</i>
<i>4.3 Estrutura de Intervenções/Ações</i>	<i>68</i>
<i>4.4 Resultados e Metas, segundo as Ações</i>	<i>75</i>
<i>4.5 Caráter Inovador</i>	<i>76</i>
<i>4.6 Sinergias com o setor primário</i>	<i>78</i>
<i>4.7 Coerência com as orientações estratégicas europeias e regionais</i>	<i>79</i>
5. Plano Financeiro da EDL	89
6. Dispositivos de Gestão e Acompanhamento da Execução da EDL	90

Apresentação

A elaboração da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) para a Zona de Intervenção do GAL da ADRAMA assentou num conjunto de componentes técnicas enunciadas na Proposta de Consultoria, nomeadamente, as seguintes:

- Reunião preparatória com a Coordenação e a Estrutura Técnica do GAL em São Vicente;
- Reuniões de trabalho com as entidades parceiras do GAL nos diversos concelhos da ZI;
- Conceção e aplicação online do Inquérito aos Parceiros do GAL e aos Beneficiários da EDL 2014-2020;
- Tratamento e análise das respostas aos Questionários;
- Análise de informação de diversas fontes (Censos da População, Recenseamento Geral de Agricultura, Estatísticas de Emprego e Desemprego, Estatísticas do Turismo e outras);
- Processamento de documentação de referência comunitária, nacional e regional (PEPAC Madeira, PDES Madeira 2030 e novo Programa Regional), na ótica da articulação, complementaridades e sinergias potenciais da EDL com essas estratégias e programas.

Paralelamente, foi realizada uma apresentação preliminar de Balanço dos trabalhos, Visão, Desafios e Linhas estruturantes da EDL ao Conselho de Parceiros da ADRAMA (dezembro de 2022).

Na sequência destas atividades/componentes técnicas, o GAL da ADRAMA apresenta um Documento organizado em torno dos seguintes pontos-chave:

1. **Diagnóstico territorial da Zona de intervenção** do GAL da ADRAMA, compreendendo informação estatística atualizada de variáveis-chave de caracterização socioeconómica, cultural e ambiental;
2. **Balanço das Dinâmicas de envolvimento das entidades parceiras e dos beneficiários** dos projetos da EDL 2014-2020;
3. **Matriz SWOT** do território de intervenção do GAL da ADRAMA;
4. **Estratégia de Desenvolvimento Local**, compreendendo os elementos estruturantes da Visão, os objetivos estratégicos e específicos da EDL, a articulação e complementaridades potenciais com estratégias e programas de referência (Agenda do Território 2030 e Pacto Rural; PEPAC; PDES Madeira 2030 e Programa Regional (FEDER e FSE);
5. **Plano Financeiro;**
6. **Dispositivos de acompanhamento da execução da EDL 2023-2027.**

1. Diagnóstico Territorial

1.0 Zona de Intervenção do GAL ADRAMA

↳ Território

A Zona de Intervenção da GAL/ADRAMA compreende a totalidade dos territórios dos concelhos da Calheta, Ponta do Sol, Porto Moniz, Ribeira Brava, Santana e São Vicente, abrangendo um conjunto de 28 freguesias.

Figura 1 - Mapa representativo das Zonas de Intervenção da ADRAMA



Tabela 1 - Caracterização das Freguesias do território de abrangência do GAL da ADRAMA

Concelho	Freguesia	População (2021)	Área (Km²)	Densidade Populacional (hab/km²)
Calheta	Arco da Calheta	2999	14,7	204,01
	Calheta	3188	23,45	135,95
	Estreito da Calheta	1578	14,32	110,20
	Fajã de Ovelha	812	22,16	36,64
	Jardim do Mar	215	0,74	290,54
	Paul do Mar	635	1,40	453,57
	Ponta do Pargo	803	24,71	32,50
	Prazeres	685	10,03	68,30
Subtotal	8	10915	111,51	97,88
Ponta do Sol	Canhas	3597	16,66	215,91
	Madalena do Mar	508	2,07	245,41
	Ponta do Sol	4256	27,45	155,05
Subtotal	3	8361	46,18	181,05
Porto Moniz	Achadas da Cruz	121	7,88	15,36
	Porto Moniz	1584	20,2	78,42
	Ribeira da Janela	200	18,48	10,82
	Seixal	612	36,37	16,83
Subtotal	4	2517	82,93	30,35
Ribeira Brava	Campanário	4317	11,74	367,72
	Ribeira Brava	6233	18,48	337,28
	Serra de Água	973	24,16	40,27
	Tabua	1158	11,03	104,99
Subtotal	4	12681	65,41	193,87

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL 2023-2027 GAL DA ADRAMA

Concelho	Freguesia	População (2021)	Área (Km²)	Densidade Populacional (hab/km²)
Santana	Arco de São Jorge	364	3,38	107,69
	Faial	1309	24,03	54,47
	Ilha	189	19,01	9,94
	Santana	2838	19,34	146,74
	São Jorge	1173	15,61	75,14
	São Roque do Faial	680	14,19	47,92
Subtotal	6	6553	95,56	68,57
São Vicente	Boaventura	1034	25,3	40,87
	Ponta Delgada	1043	9,39	111,08
	São Vicente	2790	44,14	63,21
Subtotal	3	4867	78,83	61,74
Total	28	45894	480,42	95,52

Fonte: INE / DREM

A Zona de Intervenção abrange uma superfície total de 480,42 Km² correspondente a 59,97 % da superfície da RAM.

Parceria

O Acordo de Parceria Territorial do GAL da ADRAMA foi assinado pelos 23 membros do Conselho de Parceiros constantes da tabela seguinte.

Tabela 2 - Composição do GAL da ADRAMA

Designação	Tipo de Entidade
ADRAMA - Associação para o Desenvolvimento da RAM	Associação de Casas do Povo
AAM - Associação de Agricultores da Madeira	Associação de Agricultores
ACIF-CCIM -Associação Comercial e Industrial do Funchal - Câmara de Comercio da Madeira	Associação de Comércio e Indústria
ACINM – Associação Comercial e Industrial do Norte	Associação de Comércio e Indústria
ADENORMA - Associação de Desenvolvimento da Costa Norte da Madeira	IPSS
Associação de Solidariedade Social - Crescer sem Risco	IPSS
AFERAM -Associação de Folclore e Etnografia da RAM	Associação de Folclore
AJAMPS - Associação de Jovens Agricultores da Madeira e Porto Santo	Associação de Jovens Agricultores
APIMADEIRA - Cooperativa de Apicultores da RAM, CRL.	Cooperativa de Apicultores
Rota da Cal - Associação de Investigação e Divulgação de Fornos de Cal	Associação de Investigação
Centro Social e Paroquial do Bom Jesus	IPSS
Direção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural	Direção Regional
DRT – Direção Regional do Turismo	Direção Regional
Madeira Rural - Turismo em Espaço Rural da RAM	Associação
PNM – Parque Natural da Madeira	Instituição Pública
Santa Casa da Misericórdia da Calheta	IPSS
Universidade da Madeira, Núcleo ISOplexis- Germobanco	Instituição pública de ensino
Município da Calheta	Município
Município da Ponta do Sol	Município
Município do Porto Moniz	Município
Município da Ribeira Brava	Município

Município de Santana	Município
Município de São Vicente	Município

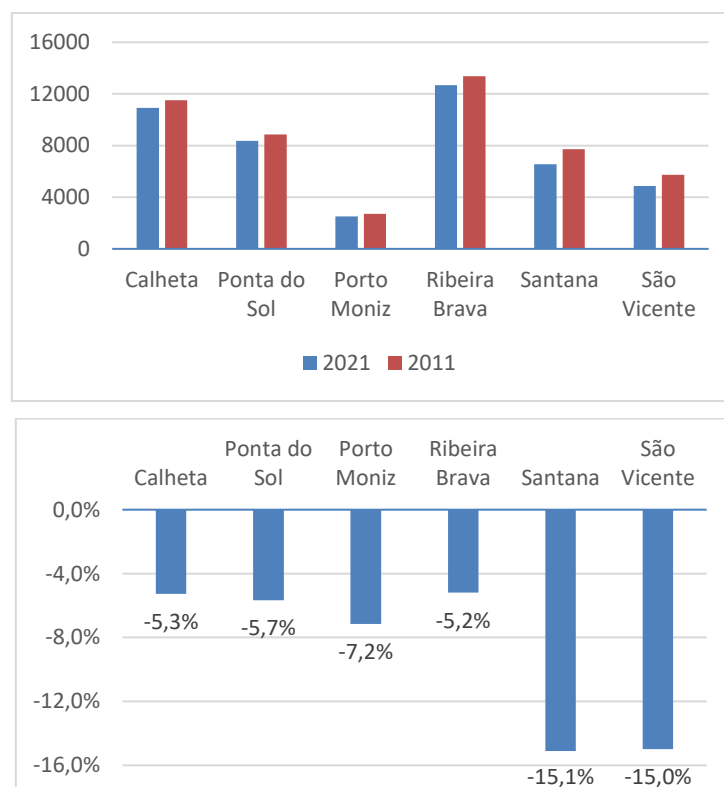
O GAL da ADRAMA distingue-se pela grande amplitude da sua parceria, promovendo uma participação alargada a múltiplas entidades locais e regionais que, à exceção das Casas do Povo (associadas da ADRAMA), não estão vinculadas formalmente à entidade gestora - a ADL ADRAMA- e constituem o Conselho de Parceiros.

1.1 Demografia

↳ População residente da Zona de Intervenção do GAL ADRAMA

As figuras seguintes sintetizam informação relativa à evolução demográfica nos concelhos da Zona de Intervenção (ZI) do GAL da ADRAMA, na última década censitária.

Figura 2 - Evolução do número de residentes, por concelho, na ZI da ADARAMA



Fonte: INE (Censos 2011 e Censos 2021)

A análise à evolução do número total de residentes na Zona de Intervenção do GAL ADRAMA revela uma diminuição generalizada no número de residentes em todos os concelhos, sendo mais incisiva nos três concelhos do norte da ilha da Madeira (Porto Moniz, Santana e São Vicente).

A ZI, no seu todo, registou uma quebra de 8,1% no número de residentes (49911 residentes em 2011 e 45890 em 2021). A redução no número de residentes é superior à registada na RAM (-6,4%), e consideravelmente superior à média nacional (-2,1%), assim, o peso populacional da ZI do GAL ADRAMA na RAM registou uma ligeira diminuição passando de 18,6% em 2011 para 18,30% em 2021.

📁 **População residente - análise por concelho**

✓ **Calheta**

Tabela 3 - Evolução do número de residentes no concelho da Calheta

	2021	2011	Var. (%)
Arco da Calheta	2999	3168	-5,3%
Calheta	3188	3163	0,8%
Estreito da Calheta	1578	1607	-1,8%
Fajã da Ovelha	812	895	-9,3%
Jardim do Mar	215	204	5,4%
Paul do Mar	635	871	-27,1%
Ponta do Pargo	803	909	-11,7%
Prazeres	685	704	-2,7%

Fonte: INE (Censos 2011 e Censos 2021)

No concelho da Calheta, as freguesias da Calheta e do Jardim do Mar registaram aumentos populacionais em contraciclo com a generalidade do concelho. As freguesias do Paul do Mar e da Ponta de Pargo foram as que registaram reduções mais significativas ainda que a primeira tenha registado uma quebra mais significativa, superior a 1/4 dos residentes na década em análise.

✓ **Ponta do Sol**

Tabela 4 - Evolução do número de residentes no concelho da Ponta do Sol

	2021	2011	Var. (%)
Canhas	3597	3769	-4,6%
Madalena do Mar	508	516	-1,6%
Ponta do Sol	4255	4577	-7,0%

Fonte: INE (Censos 2011 e Censos 2021)

No concelho da Ponta do Sol, a freguesia sede foi a que revelou uma maior quebra populacional, apesar de ser a freguesia no concelho com maior expressão turística e características mais urbanas.

✓ **Porto Moniz**

Tabela 5 -Evolução do número de residentes no concelho do Porto Moniz

	2021	2011	Var. (%)
Achadas da Cruz	121	159	-23,9%
Porto Moniz	1584	1668	-5,0%
Ribeira da Janela	200	228	-12,3%
Seixal	612	656	-6,7%

Fonte: INE (Censos 2011 e Censos 2021)

No concelho do Porto Moniz destaca-se a diminuição de quase um quarto dos residentes na freguesia das Achadas da Cruz. A freguesia da Ribeira da Janela registou também uma quebra significativa, menos intensa. Todas as freguesias do concelho verificaram reduções de residentes.

✓ **Ribeira Brava**

Tabela 6 - Evolução do número de residentes no concelho da Ribeira Brava

	2021	2011	Var. (%)
Campanário	4317	4582	-5,8%
Ribeira Brava	6232	6588	-5,4%
Serra de Água	973	1049	-7,2%
Tabua	1158	1156	0,2%

Fonte: INE (Censos 2011 e Censos 2021)

A dinâmica de quebra populacional na Ribeira Brava é mais homogénea com a exceção da freguesia da Tabua, que regista um ligeiro aumento em contraciclo com as restantes freguesias.

✓ **Santana**

Tabela 7 - Evolução do número de residentes no concelho de Santana

	2021	2011	Var. (%)
Arco de São Jorge	364	413	-11,9%
Faial	1309	1567	-16,5%
Ilha	189	255	-25,9%
Santana	2838	3275	-13,3%
São Jorge	1173	1473	-20,4%
São Roque do Faial	680	736	-7,6%

Fonte: INE (Censos 2011 e Censos 2021)

Todas as freguesias do concelho de Santana registaram perdas populacionais significativas destacando-se a freguesia da Ilha com a quebra significativa, numa população já de si residual,

e a quebra menos acentuada na freguesia de São Roque do Faial, a freguesia limítrofe ao concelho de Machico e mais próxima da costa sul da ilha.

✓ **São Vicente**

Tabela 8 - Evolução do número de residentes no concelho de São Vicente

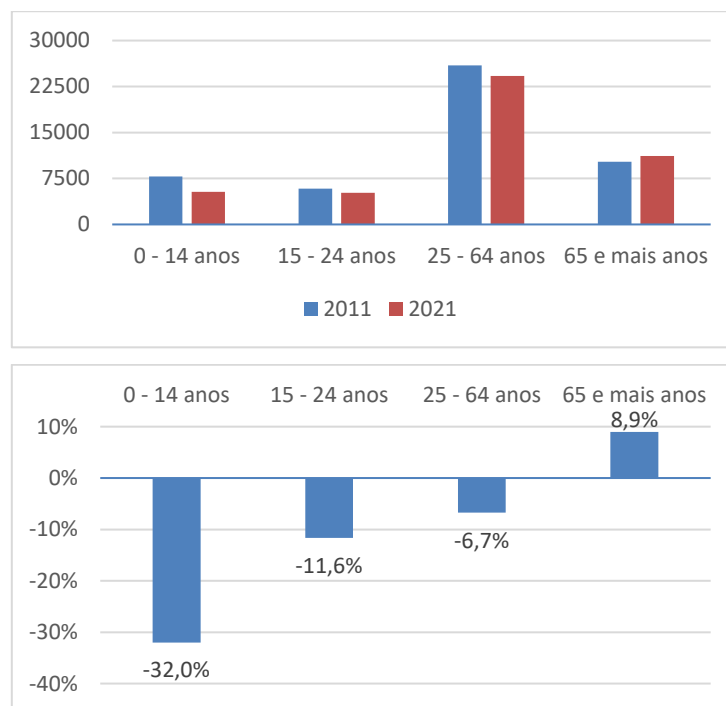
	2021	2011	Var. (%)
Boa Ventura	1034	1221	-15,3%
Ponta Delgada	1043	1363	-23,5%
São Vicente	2788	3139	-11,2%

Fonte: INE (Censos 2011 e Censos 2021)

Analogamente ao concelho de Santana, todas as freguesias do concelho de São Vicente registaram reduções significativas, destacando-se a Ponta Delgada com uma redução próxima a ¼ da população residente.

↳ **Estrutura Etária**

Figura 3 – Evolução da estrutura etária na ZI

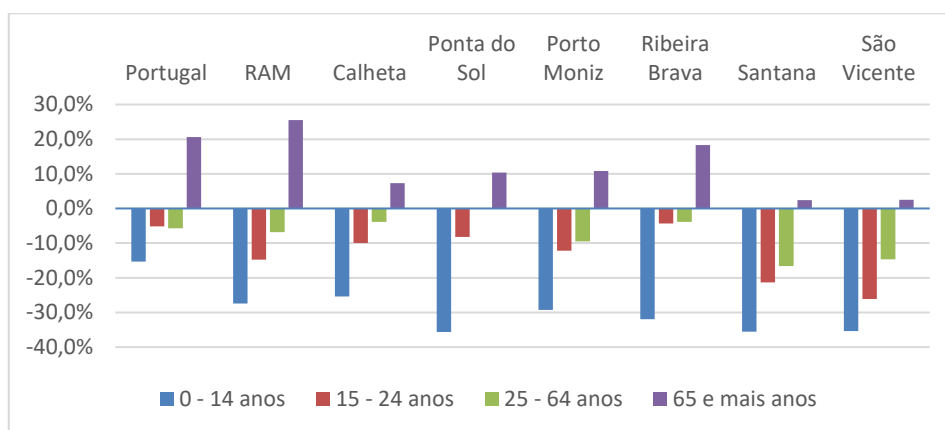


Fonte: INE (Censos 2011 e Censos 2021)

Na análise da evolução da estrutura etária da ZI ressalta a quebra pronunciada no número de jovens no escalão etário dos 0 aos 14 anos (-32%) e, em sentido contrário, o aumento no escalão

etário dos mais idosos (+8,9%). Assim, é possível concluir que a quebra populacional é acompanhada por um fenómeno vigoroso de envelhecimento populacional.

Figura 4 – Evolução da estrutura etária nos concelhos da ZI, RAM e Portugal



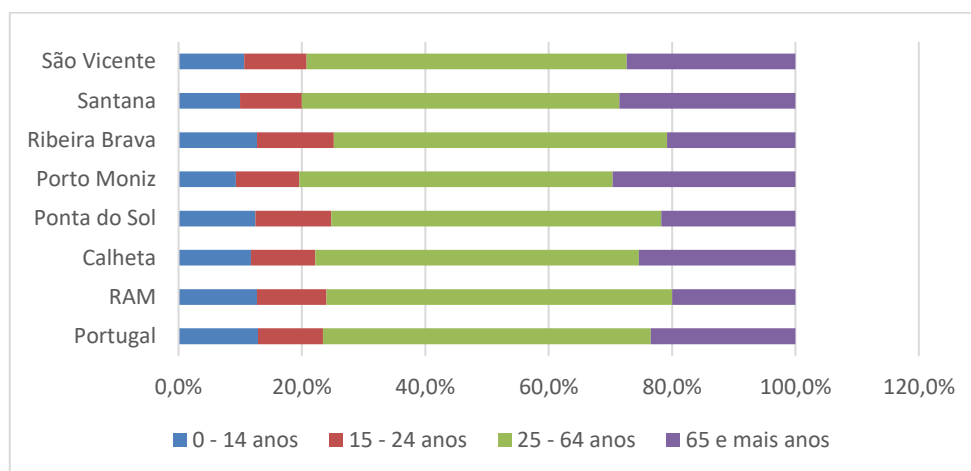
Fonte: INE (Censos 2011 e Censos 2021)

Na análise comparativa da evolução da estrutura etária dos residentes da ZI, por concelho, com a RAM e Portugal, sobressai que o processo de envelhecimento é mais acentuado na RAM do que no todo nacional, sendo a quebra no escalão dos mais jovens e a subida no escalão de idosos claramente mais prevalente na Região. Na generalidade, todos os concelhos da ZI tiveram quebras no escalão dos mais jovens superiores ao verificado na RAM, a exceção foi o concelho da calheta embora apenas, marginalmente, melhor que a RAM. Em sentido contrário, todos os concelhos da ZI tiveram aumentos menores no escalão dos mais idosos quando comparado com a RAM.

O processo de envelhecimento e quebra populacional é notório em toda a ZI, RAM e País. No entanto, os concelhos de São Vicente e Santana revelam dinâmicas populacionais mais preocupantes registando quebras muito mais significativas nos escalões dos 15 aos 24 e 25 aos 64, o que indicia um processo de despovoamento severo.

A estrutura etária atual dos concelhos pertencentes à ZI revelam diferenças fundamentais entre os concelhos do Norte e do Sul da ilha. A prevalência do escalão etário com 65 ou mais anos nos concelhos do Norte da ilha é superior ao verificado nos concelhos do Sul, na RAM e no País em geral. Os três concelhos do norte da ilha da Madeira são ainda os concelhos que registam uma menor proporção de residentes com menos de 25 anos.

Figura 5 - Estrutura etária atual da ZI, RAM e Portugal em relação aos respetivos totais populacionais



Fonte: INE (Censos 2011 e Censos 2021)

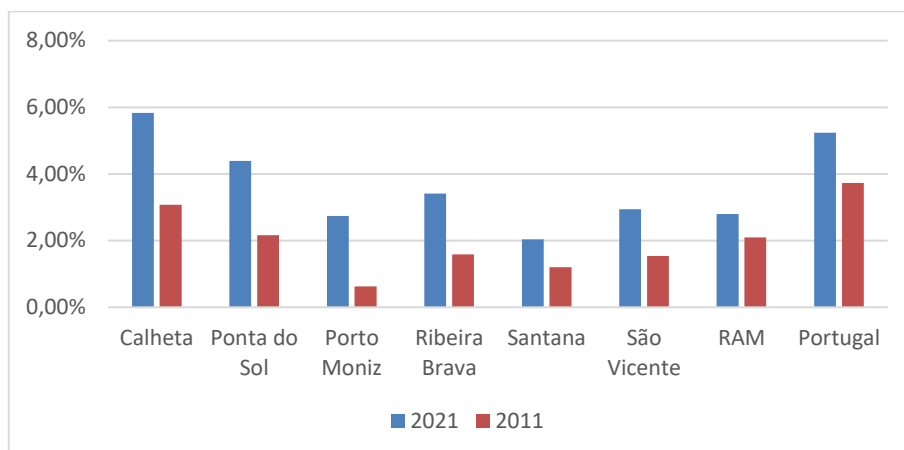
As freguesias da Ribeira Brava e Ponta do Sol são as que registam uma proporção maior de residentes com menos de 25 anos, com valores superiores à RAM e a Portugal. Estas freguesias registam ainda a menor proporção de residentes com 65 ou mais anos em toda a ZI, ainda que acima da registada na RAM. A freguesia da Calheta, embora tenha um maior equilíbrio etário que os concelhos do Norte da ilha, não acompanha as freguesias da Ribeira Brava e Ponta do Sol registando menor proporção de jovens com menos de 25 anos e maior proporção de idosos com 65 ou mais anos.

Apesar do processo de envelhecimento na RAM ser como mais intenso do que no todo nacional, como sinalizado em cima, a RAM tem uma menor proporção de idosos e uma maior proporção de residentes com menos de 25 anos do que Portugal, o que indica uma situação de desequilíbrio demográfico menos acentuada.

Movimentos migratórios

Os movimentos migratórios têm tido uma expressão significativa na composição demográfica regional. Tradicionalmente, os movimentos para fora da Região dominaram o panorama migratório regional mas, mais recentemente e com crescente dinâmica, tem-se assistido a fluxos no sentido da RAM.

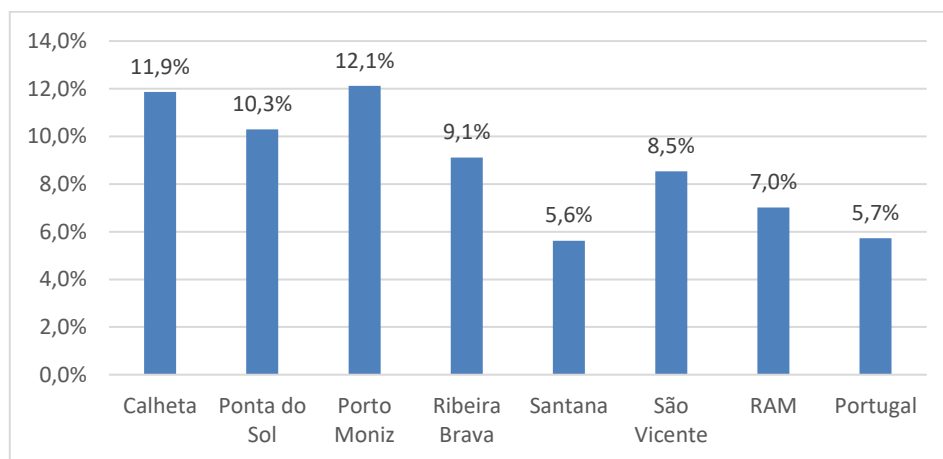
Figura 6 – Proporção de população residente com nacionalidade estrangeira



Fonte: INE (Censos 2011 e Censos 2021)

Apesar da prevalência de residentes com nacionalidade estrangeira ser menor na RAM do que no todo nacional, as freguesias da Calheta e Ponta de Sol registaram proporções, em 2021, aproximadas à média nacional. Na generalidade, podemos verificar que os concelhos da ZI do GAL ADRAMA registaram aumentos mais significativos do que na RAM e, com exceção do concelho do Porto Moniz, detinham, em 2021, proporções de residentes com nacionalidade estrangeira superiores à média regional.

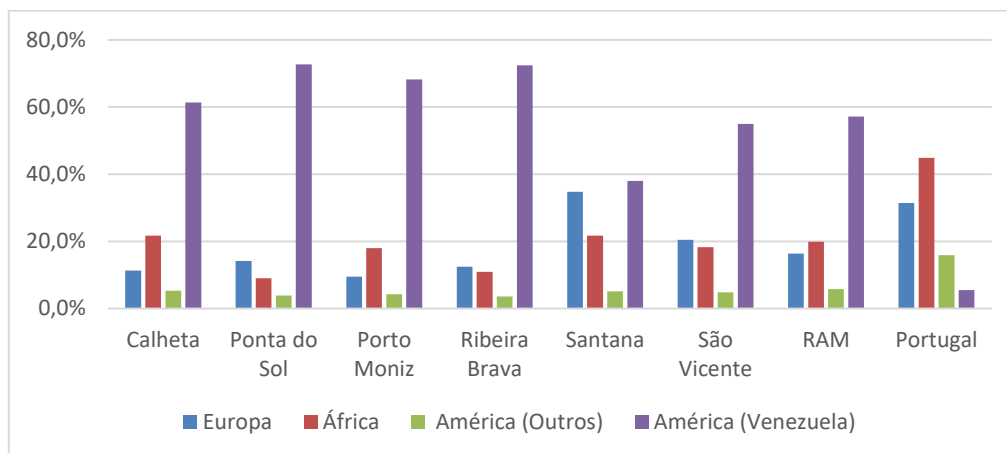
Figura 7 – Proporção de população residente nascida fora de Portugal



Fonte: INE (Censos 2011 e Censos 2021)

A prevalência de residentes nascidos fora de Portugal é, na generalidade, superior em todos os concelhos da ZI em relação à RAM e a Portugal. Por sua vez, a RAM tem maior prevalência de residentes nascidos no estrangeiro do que Portugal. A exceção é o concelho de Santana, que apresenta valores semelhantes aos nacionais.

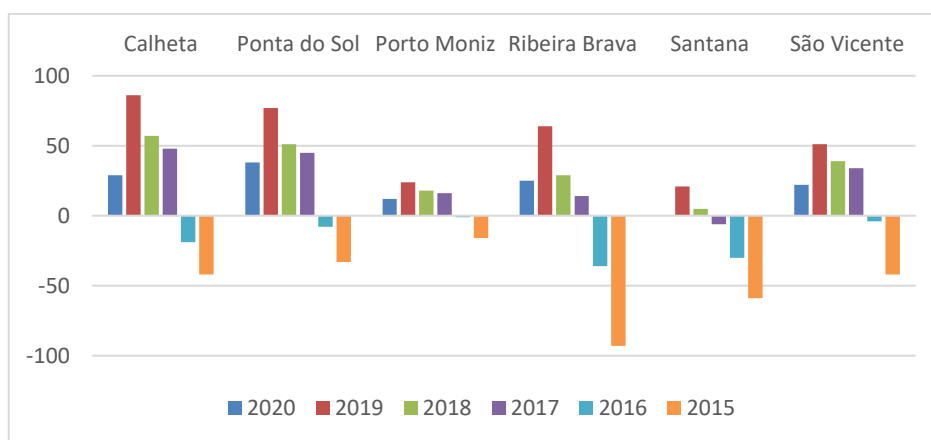
Figura 8 - Proporção de população residente nascida fora de Portugal, por origem



Fonte: INE (Censos 2011 e Censos 2021)

A decomposição da prevalência dos residentes nascidos fora de Portugal revela que a comunidade luso-venezuelana tem uma expressão central na RAM e nos concelhos da ZI.

Figura 9 – Saldo migratório na ZI



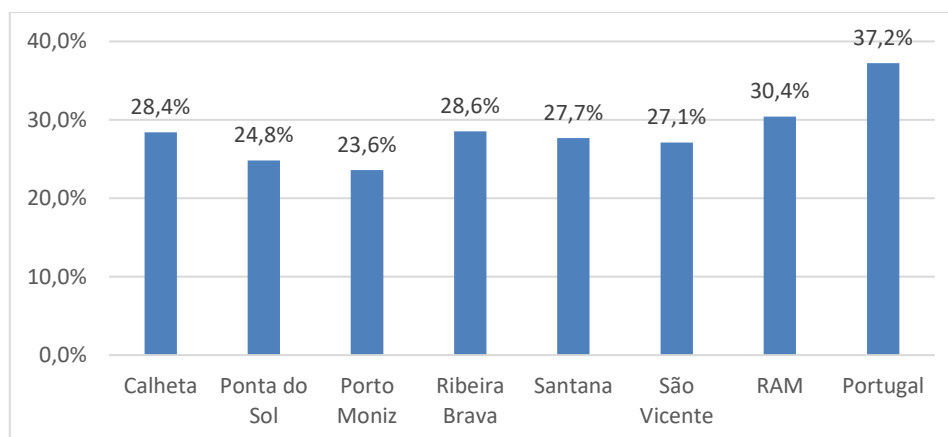
Fonte: INE (Projeções)

A evolução do saldo migratório nos concelhos da ZI indica uma inversão, homogênea, na tendência negativa, nos anos de 2015 e 2016, para saldos migratórios positivos em 2018 e 2019. O ano de 2020, fortemente condicionado pela Pandemia de COVID-19, registou ainda saldos migratórios positivos.

Natalidade e envelhecimento

A média da taxa de fecundidade geral entre 2015 e 2020 sinaliza que a RAM apresenta níveis de fecundidade menores que a média nacional. Todos os concelhos da ZI apresentam taxas de fecundidade geral média inferiores à média regional, destacando-se, pela negativa, os concelhos do Porto Moniz e da Ponta do Sol.

Figura 10 – Taxa de Fecundidade Geral - média entre 2015-2020*

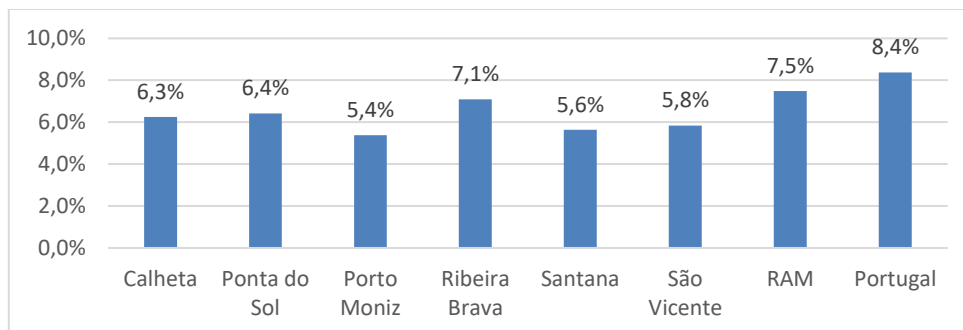


(*) Rácio entre o nº de nados vivos, num ano civil, por cada 100 mulheres em idade fértil (15-49 anos).

Fonte: INE

A taxa bruta de natalidade média (Rácio entre o número de nados vivos, num ano civil, por cada 100 habitantes) regista um cenário semelhante à taxa de fecundidade geral média, embora a diferença entre a RAM e Portugal se esbata mais neste indicador. No entanto, registam-se diferenças a nível concelhio, prevalecendo, pela negativa, Porto Moniz, Santana e São Vicente. As diferenças entre os dois indicadores explicam-se pela maior ou menor prevalência do gênero feminino em idade reprodutiva em relação à população residente.

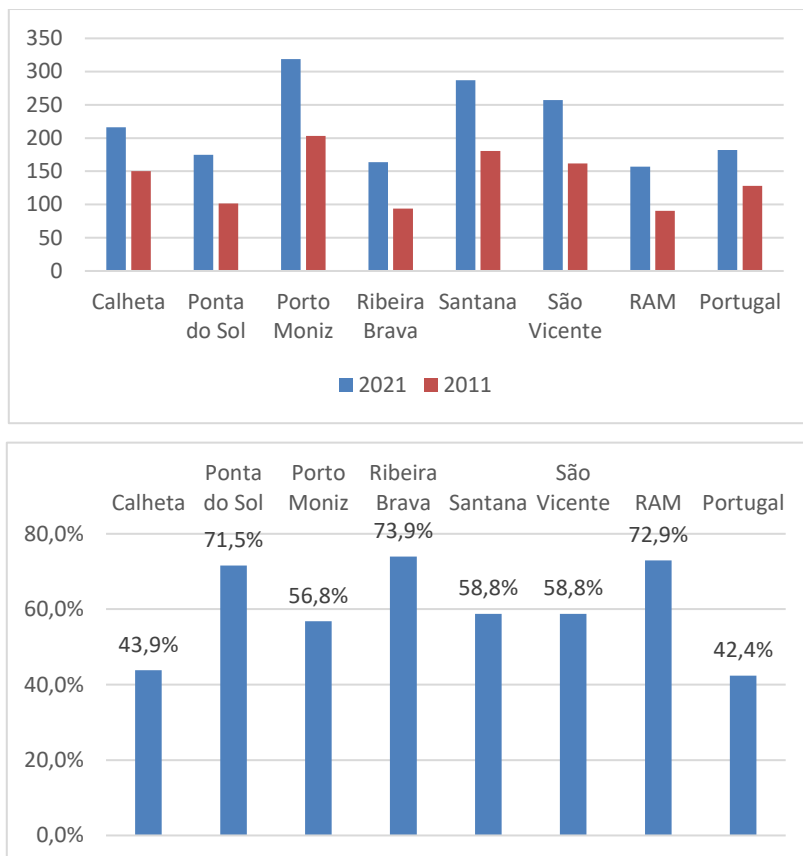
Figura 11 – Taxa Bruta de Natalidade- média entre 2015 e 2020



Fonte: INE

Assim, podemos aferir que apesar de ter uma taxa de fecundidade mais baixa, como por exemplo no concelho da Ponta do Sol, a sustentabilidade geracional está mais bem assegurada neste concelho do que nos concelhos do Norte da ilha. Paralelamente, a taxa de fecundidade mais baixa no concelho da Ponta do Sol indica também um maior potencial para a mitigação do fenómeno de envelhecimento neste concelho. A mesma leitura poderá ser transportada em relação à RAM e ao todo nacional.

Figura 12- Evolução do índice de envelhecimento na ZI



Fonte: INE (Censos 2011 e Censos 2021)

Na análise ao índice de envelhecimento sobressai a evolução menos acentuada, entre exercícios censitários, do índice nos três concelhos do Norte da ilha da Madeira. No entanto verificamos que em 2011 estes concelhos apresentavam um índice de envelhecimento mais acentuado que os restantes concelhos da ZI e da RAM. Uma análise mais incisiva permite verificar que, por exemplo, o índice de envelhecimento era, no concelho de Porto Moniz e em 2011, 124,3% superior à média da RAM, sendo que em 2021 apresentou um índice 103,4% maior, isto é, houve uma evolução comparativa que representa um decréscimo da diferença entre o restante território, representando uma diferença -20,9% relativamente à RAM. A mesma análise, aplicada aos restantes concelhos,

permite verificar a mesma tendência nos outros dois concelhos do Norte da ilha (Santana: -16,3%; São Vicente: -14,6%). O concelho da Calheta apresentava, em 2011, um índice de envelhecimento (150,44) consideravelmente superior aos outros dois concelhos do Sul da ilha (Ponta do Sol: 101,79 e Ribeira Brava: 94,09). Essa diferença esbateu-se, consideravelmente, durante a década em análise, mas continua a sobressair pela negativa em 2021.

No geral, é possível concluir que o processo de envelhecimento está a evoluir com maior intensidade nos concelhos da Ponta do Sol e Ribeira Brava, mas os restantes concelhos apresentam já índices muito elevados, quer em comparação com a RAM, quer com Portugal, principalmente nos três concelhos do norte da ilha. A evolução do índice na RAM, partindo de uma base mais favorável que o todo português, aproximou-se consideravelmente deste, ainda que, em 2021, tenha-se mantido 25.33 pontos abaixo do todo nacional.

Visão de síntese

A análise agregada à evolução demográfica na ZI permite identificar duas grandes tendências comuns a toda a ZI (declínio populacional; e processo gradual de envelhecimento da população. Estas duas grandes tendências resultam num desequilíbrio demográfico progressivo comum a toda a ZI, Madeira e Portugal.

A dicotomia norte-sul, com um processo de desequilíbrio demográfico muito mais gravoso nos concelhos do Norte da ilha, continua a prevalecer, embora se tenha esbatido, não pela melhoria da situação nos concelhos do Norte, que de facto pioraram, mas pela aceleração dos desequilíbrios demográficos nos concelhos do Sul. Pode, ainda, concluir-se que o desequilíbrio demográfico na RAM é menor que no todo nacional, mas toda a ZI apresenta cenários piores que a média regional.

O processo migratório, com saldos positivos na última metade da década, sobretudo, com origem no Estado Venezuelano, tem concorrido positivamente para a mitigação do desequilíbrio demográfico sendo expectável que esse contributo possa ainda ser reforçado no curto/médio prazo, nomeadamente na taxa de natalidade e fecundidade. A procura da RAM como destino de residência também tem ganho expressão nos residentes com nacionalidade estrangeira, concorrendo também para a mitigação do processo de perda populacional.

1.2 Economia

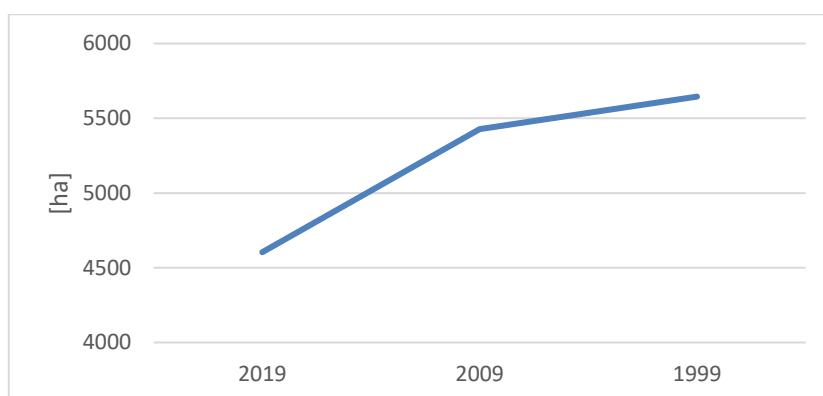
A elaboração de uma Estratégia de Desenvolvimento Local centrada na dimensão agro-rural, ancorada nas prioridades FEADER, implica um olhar atento sobre a economia e, particularmente, sobre o setor primário. Não obstante, a emergência do setor dos serviços justifica também um olhar particular sobre áreas específicas que têm desaguado em importantes oportunidades de desenvolvimento socioeconómico.

1.2.1 Setor Primário

↳ Superfície Agrícola Utilizada (SAU) e nº de explorações

De acordo com os dados do último Recenseamento Geral da Agricultura (2019), a RAM tinha 4.604 hectares de Superfície Agrícola Utilizada (SAU), correspondendo a 5,75% da superfície total do Arquipélago.

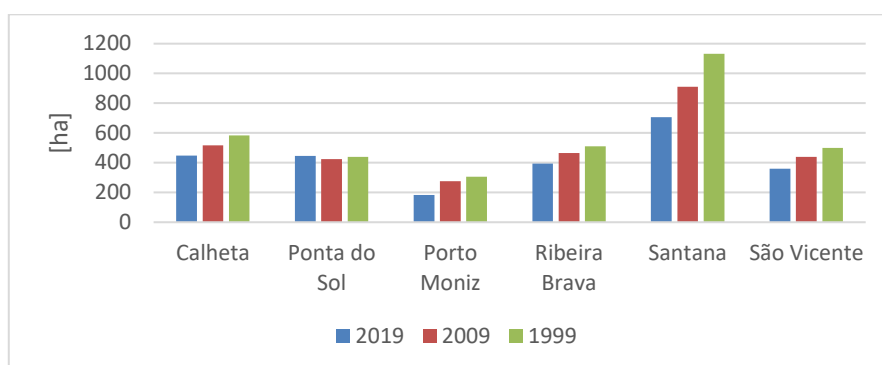
Figura 13 – Evolução da SAU na RAM



Fonte: INE (RGA)

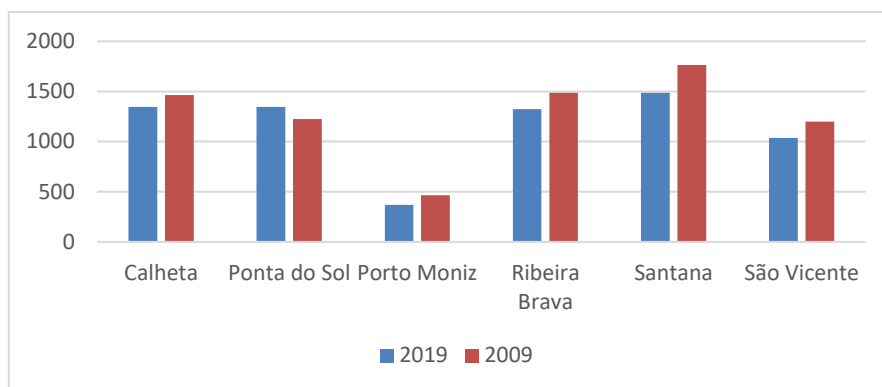
A SAU teve uma quebra substancial entre 2009 e 2019 (-15,2%), muito superior à quebra verificada entre 1999 e 2009 (-3,8%). No agregado, a RAM perdeu 19% da Superfície Agrícola Utilizada em vinte anos, correspondendo a uma perda de 1.041ha.

Figura 14 - Evolução da SAU na ZI



Fonte: INE (RGA)

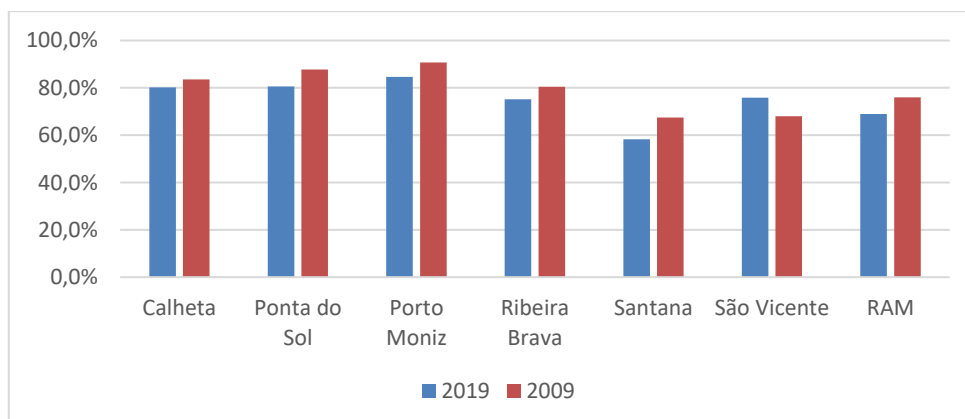
Figura 15 - Evolução do número de explorações agrícolas na ZI



Fonte: INE (RGA)

O número de explorações agrícolas caiu em todos os concelhos da ZI com exceção do concelho da Ponta de Sol.

Figura 16 – Evolução da utilização da superfície agrícola total disponível

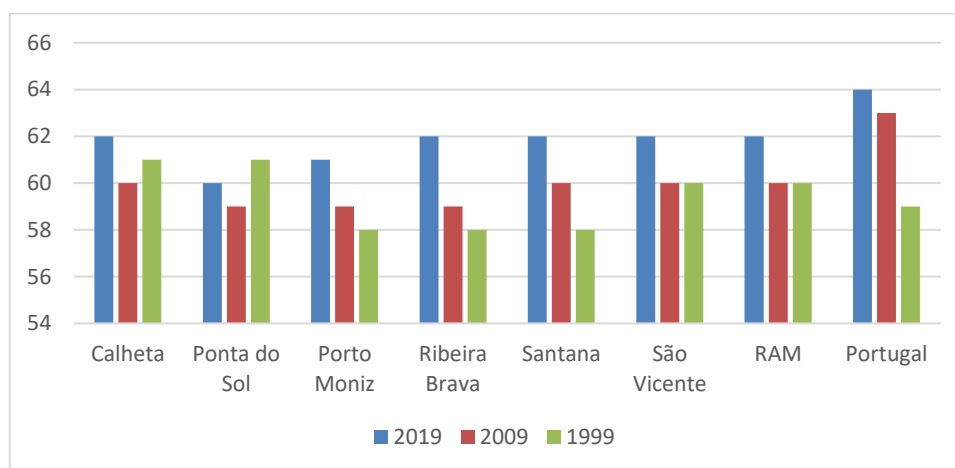


Fonte: INE (RGA)

A taxa de utilização da superfície agrícola disponível diminuiu em toda a ZI, com exceção do concelho de São Vicente, onde aumentou. Na generalidade as taxas de utilização da superfície agrícola disponível em 2019 foram mais altas nos concelhos da ZI do que na média da RAM, o concelho de Santana é o concelho que dispõe de maior potencial agrícola desaproveitado (41,7%) e abaixo da taxa de aproveitamento da RAM.

Produtores e mão-de-obra agrícola

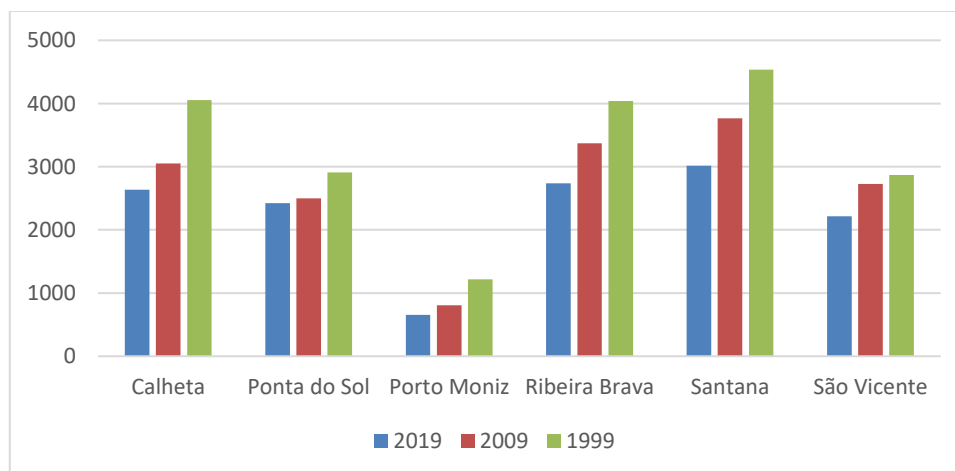
Figura 17 – Evolução da idade média do produtor agrícola singular na ZI



Fonte: INE (RGA)

A idade média do produtor agrícola singular aumentou entre 1999 e 2019 em todos os concelhos da ZI. Os produtores agrícolas singulares da RAM e da ZI mantêm-se, no entanto, com uma idade média abaixo da média nacional.

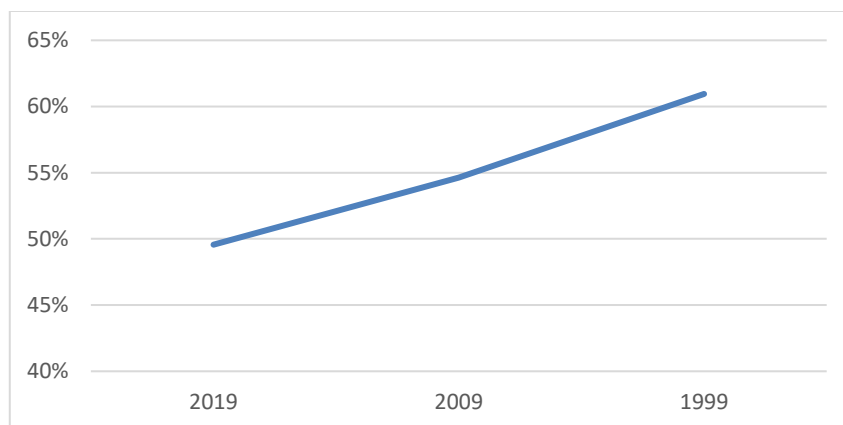
Figura 18 – Evolução da mão-de-obra agrícola familiar na ZI



Fonte: INE (RGA)

A mão-de-obra familiar tem vindo a decrescer em todos os concelhos da ZI nas duas décadas em análise, sendo que as quebras mais significativas, em termos absolutos, verificaram-se nos concelhos da Calheta (-1419), Ribeira Brava (-1303) e Santana (-1518).

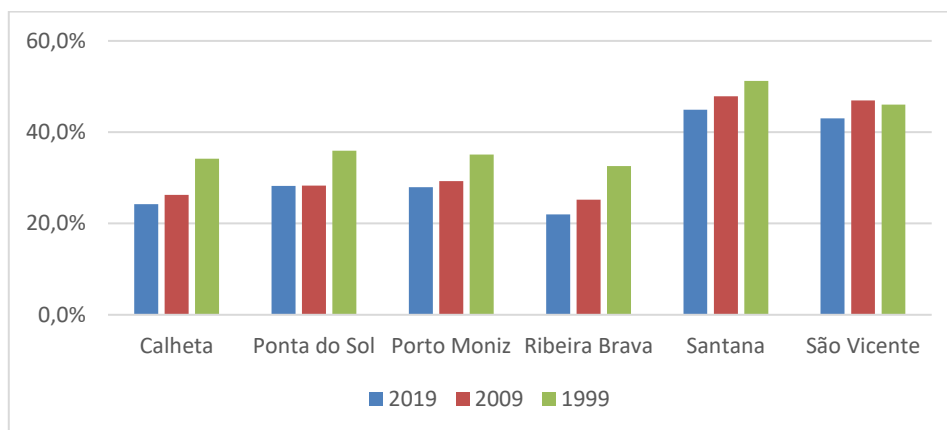
Figura 19 – Evolução do peso da mão-de-obra agrícola familiar no total da mão-de-obra agrícola familiar na RAM, na ZI



Fonte de Dados: INE (RGA)

O peso da mão-de-obra agrícola familiar da ZI na mão-de-obra agrícola familiar total da RAM tem vindo a decrescer. Parte, ou maioritariamente, desta perda de peso relativo poderá estar relacionado com a maior quebra populacional na ZI em relação ao restante território da RAM.

Figura 20 – Evolução do peso da mão-de-obra agrícola familiar na população residente, na ZI

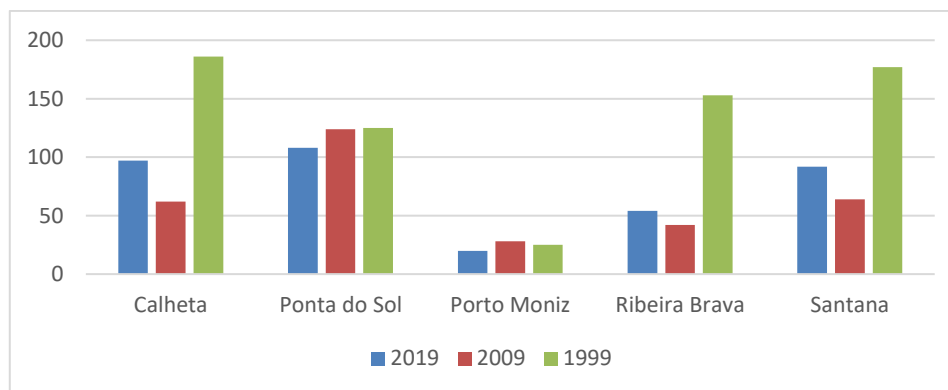


Fonte: INE (RGA); DREM (Estimativas da população)

O peso da mão-de-obra familiar na população residente indica-nos que a agricultura familiar continua a ter uma grande expressão na ZI, apesar de um decréscimo horizontal a toda a ZI entre 1999 e 2009. Em 2021, os concelhos de Santana (45%) e São Vicente (43%) destacam-se

claramente dos restantes concelhos salientando a importância desta agricultura na composição sociocultural destas comunidades.

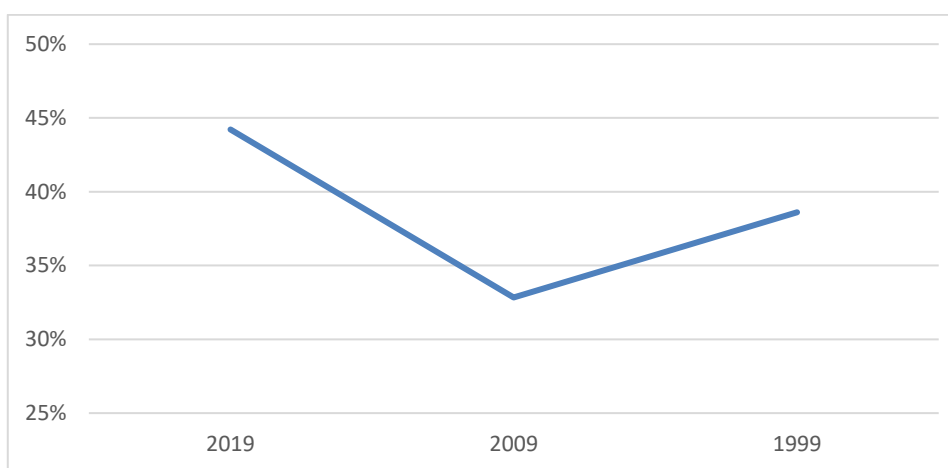
Figura 21 – Evolução da mão-de obra agrícola não familiar na ZI



Fonte: INE (RGA)

A mão-de-obra agrícola não familiar decresceu entre 1999 e 2019 em todos os concelhos da ZI. No entanto, nalguns concelhos aumentou de 2009 para 2019 e nos restantes as quebras foram marginais no mesmo período. Tendo em consideração que esta categoria de mão-de-obra se refere a mão-de-obra profissionalizada, este cenário de recuperação, verificado entre 2009 e 2019, refere-se a um aumento da agricultura de produção.

Figura 22 – Evolução do peso da mão-de-obra agrícola não familiar no total da mão-de-obra agrícola não familiar na RAM, na ZI



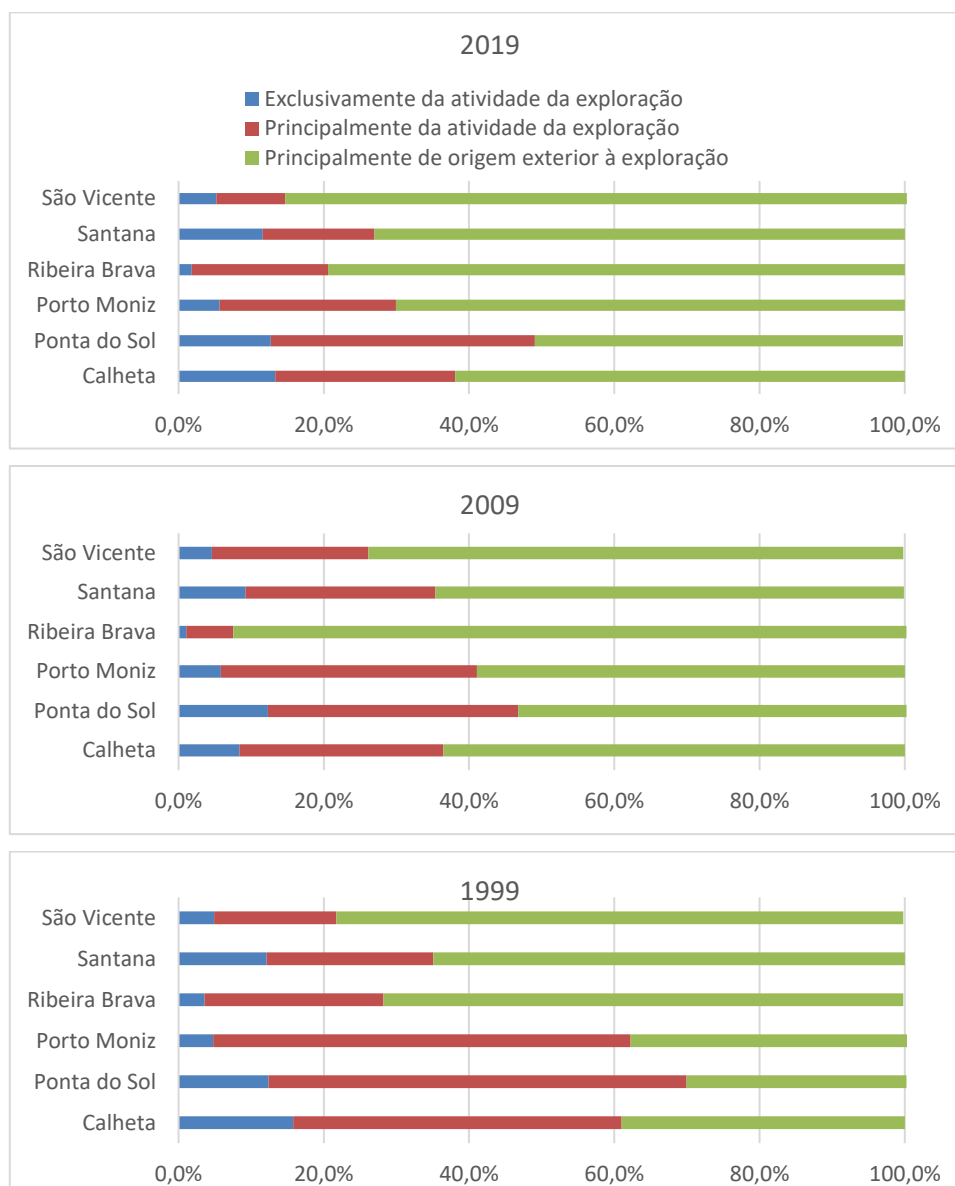
Fonte de Dados: INE (RGA)

A evolução do peso da mão-de-obra agrícola não familiar no total da RAM reflete a inflexão verificada no indicador anterior, indicando-nos que a quebra nesta mão-de-obra, entre 1999 e 2009, foi mais sentida na ZI do que no restante território da RAM. A inversão da trajetória entre

2009 e 2019 indica-nos que o desenvolvimento agrícola profissional, tem sido mais prevalente na ZI do que no restante território da RAM.

➤ **Origem do Rendimento das Explorações Agrícolas**

Figura 23 – Evolução da origem do rendimento do agregado doméstico da Superfície Agrícola Utilizada, na ZI, entre 1999 e 2019



Fonte de Dados: INE (RGA)

A evolução da origem do rendimento dos agregados domésticos que utilizam a SAL, tem duas tendências distintas: i) Os agregados domésticos com rendimento exclusivamente através da atividade da exploração manteve-se, grosso modo, igual entre 1999 e 2019; e ii) Os agregados

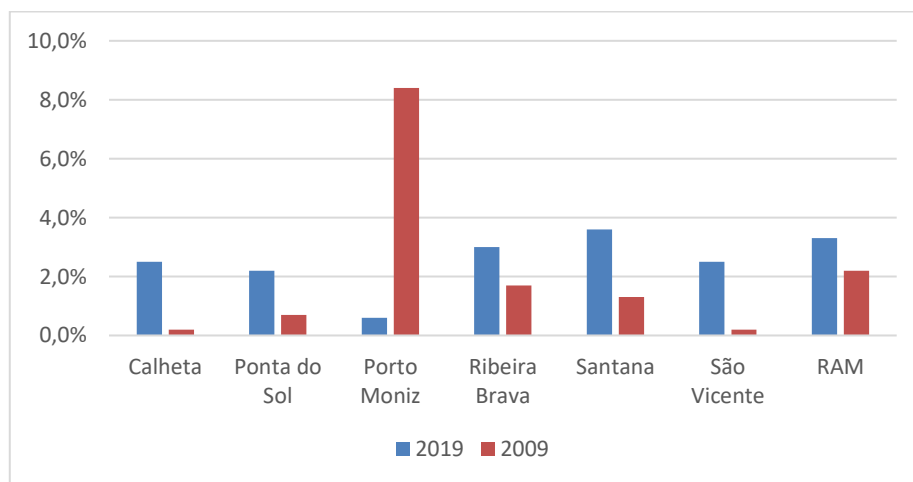
domésticos que declararam ter principalmente a exploração agrícola como origem do rendimento diminuiu consideravelmente, entre 1999 e 2019, em detrimento dos agregados que declararam ter a fonte de rendimento com origem exterior à exploração.

📍 Agricultura biológica

O Plano Estratégico para a Agricultura em modo Biológico (quadriénio 2016-2020) contribui para reforçar a importância da Agricultura Biológica na Região que em cinco anos passou de 110 para 161 agricultores e de 145 para 210 hectares cultivados segundo os requisitos da produção biológica. Para tanto contribuiu o PRODERAM que apoiou mais de meia centena de projetos de investimento, com uma despesa pública superior a 5,5 M€, de acordo com a Resolução da Assembleia Legislativa Regional no. 16/2021/M.

O crescimento da agricultura biológica regional em 44%, no período 2015-2021, teve maior expressão produtiva nas culturas da banana, anona, maracujá e hortícolas. Paralelamente, constata-se que a Escola Agrícola da Madeira dinamizou 21 cursos de formação profissional específica abrangendo cerca de 600 formandos em ações formativas e de sensibilização.

Figura 24 – Evolução da proporção da superfície agrícola utilizada em agricultura biológica



Fonte de Dados: INE (RGA)

Com a exceção, significativa, do concelho do Porto Moniz, verifica-se um aumento da proporção do modo de produção biológica ao longo da ZI.

No âmbito da animação local orientada para a **valorização das produções primárias regionais**, a ADRAMA desenvolveu uma parceria com o Centro de Agricultura Sustentável e Tecnologia

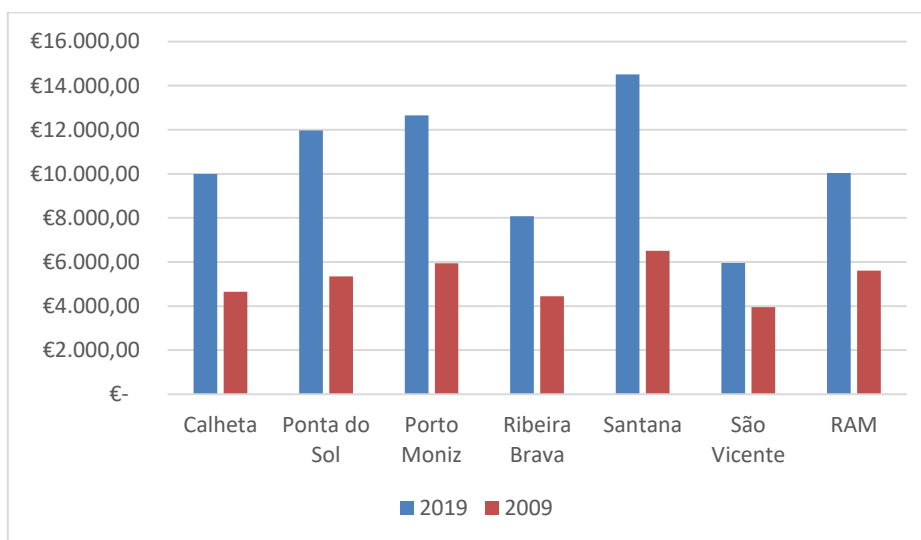
Alimentar da Universidade da Madeira (ISOPlexis) e a Associação da Costa Oeste traduzida no levantamento de Variedades agrícolas da Região Autónoma da Madeira.

A monografia publicada reúne e divulga conhecimento sobre as culturas agrícolas e suas variedades, bem como a sua história, valor etnográfico, uso económico e económico. Esses conhecimentos reportam a 51 variedades regionais de 16 culturas que incluem produções “hortícolas, frutícolas, cerealíferas e leguminosas com uso e tradição na agricultura madeirense”.

📌 **Valor da Produção Padrão Total (VPPT)**

O VPPT por UTA cresceu consideravelmente entre 2009 e 2019 sendo mais expressivo no concelho de Santana, seguido do concelho do Porto Moniz e o concelho da Ponta do Sol.

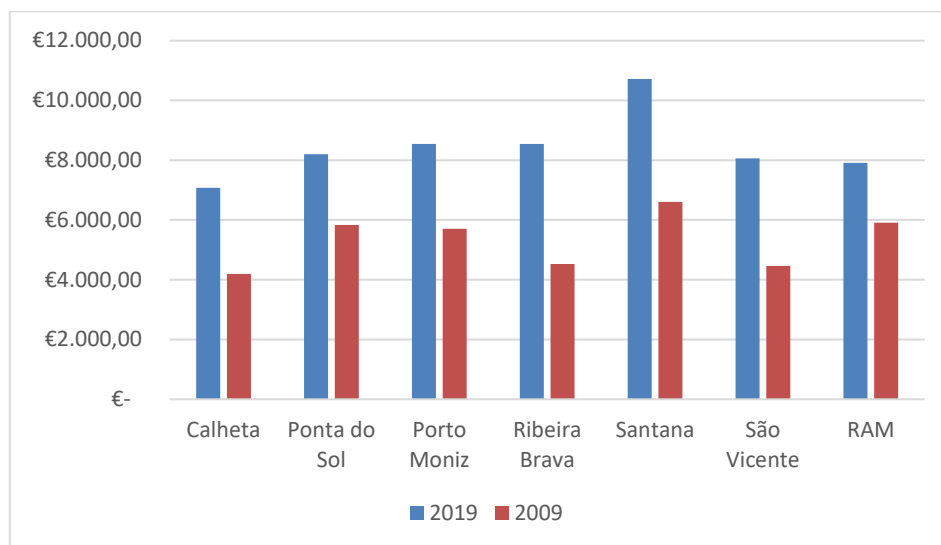
Figura 25 – Evolução do VPPT por Unidade de Trabalho Ano (UTA)



Fonte de Dados: DREM (RGA)

Analogamente ao indicador anterior, o VPPT por exploração cresceu significativamente entre 2009 e 2019 com os concelhos da Ribeira Brava, Santana e São Vicente a sobressair dos restantes.

Figura 26 – Evolução do VPPT por exploração



Fonte de Dados: DREM (RGA)

📍 **Centros de Abastecimento de Produtos Agrícolas**

A Zona de intervenção do GAL ADRAMA dispõe de um conjunto de estruturas de apoio aos agricultores que funcionam em rede e prestam serviços de recolha, concentração, seleção, conservação frigorífica, embalagem e distribuição pela Ilha da Madeira e asseguram destinos às produções primárias no seu acesso a mercados de grande consumo, estimando-se que cerca de oito centenas de agricultores beneficiem deste apoio ao desenvolvimento da atividade agrícola:

- Centro de Abastecimento Hortícola dos Canhas (Ponta do Sol) - aberto nos dias úteis;
- Centro de Abastecimento Hortícola Santa - CASA (Porto Moniz) - aberto nos dias úteis;
- Centro de Abastecimento Hortofrutícola dos Prazeres-CAPRA (Calheta);
- Centro de Abastecimento Hortofrutícola de Santana-CASAN (Santana) - abertos dias úteis.

O Centro de Abastecimento de Produtor Agrícolas do Funchal-CAPA (aberto nos dias úteis de manhã de sábado) é o único mercado grossista hortofrutícola existente na RAM e disponibiliza aos utentes oito câmaras de frio para conservação.

A Direção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural da Madeira publicou recentemente (novembro de 2022) o *Plano de Valorização dos Mercados dos Agricultores da Região Autónoma da Madeira*. O Plano apresenta propostas de intervenção para a modernização dos mercados agrícolas regionais de Gaula, Bio-Funchal, Canhas e Prazeres, que contemplam a imagem institucional e dos espaços a nível de conforto e utilidade, de imagem do espaço, mais atualizada incluindo a comunicação nas redes sociais e assessoria de imprensa.

Inovação e Competências

A Zona de intervenção do GAL da ADRAMA dispõe de dois equipamentos de apoio técnico aos produtores agrorurais que podem desempenhar um papel importante na ótica da inovação dos projetos e investimentos a promover e apoiar no âmbito da EDL:

- *Escola Zootécnica da Madeira- Dr. Carlos Dória*, localizada em Porto Moniz. A EZM beneficiou recentemente de renovação de edifícios e espaços exteriores (investimento da Secretaria Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, no montante de 3,2 M€), incluindo o melhoramento e instalação de paisagens biodiversas, a instalação de apiários e outros equipamentos para os apicultores, estruturas funcionais de apoio ao sistema agroflorestal e rede de combate a incêndios, intervenções enquadradas por um Programa de Gestão Florestal.
- *Escola Agrícola da Madeira (EAM)*- com sede em São Vicente foi criada pelo Governo Regional da Madeira com o objetivo de “potenciar os sectores agrícola e agroalimentar regionais, habilitando-os a promover a sua sustentabilidade e resposta aos desafios futuros, propiciando, entre outros, cursos vocacionais de atividades agrícolas, cursos profissionais técnicos e cursos de especialização tecnológica”. A Escola tem por missão “potenciar o aumento da competitividade regional, atuando nas estruturas de produção, transformação e comercialização e da proteção e melhoria da agricultura, da segurança alimentar e, consequentemente, das condições de vida das populações rurais da Região. A EAM tem como *públicos-alvo* a população em geral; os ativos agrícolas; os técnicos agrícolas; e os jovens agricultores.

A Resolução da Assembleia Legislativa sobre a Estratégia Regional para a Agricultura Biológica recomenda uma “maior oferta pública de cursos de gestão agrícola empresarial em modo biológico, quer para jovens, quer para adultos desempregados, financiados e direcionados para a prática efetiva em contexto de produção, através da Escola Agrícola da Madeira e do Instituto para a Qualificação, IP -RAM”.

↪ **Indicadores económico-empresariais e dinâmicas produtivas do setor primário**

Tabela 9 – Indicadores das empresas não financeiras do setor primário, por município da ZI, em 2018

	Empresas	Pessoas ao serviço	Volume de negócios (milhares de €)	VAB (milhares de €)
Calheta	545	583	5098	1716
Ponta do Sol	793	812	5914	2143
Porto Moniz	103	103	576	229
Ribeira Brava	358	368	2025	709
Santana	222	225	2128	806
São Vicente	277	282	1496	544
Total	2298	2373	17237	6146

Fonte: DREM

Os concelhos da Calheta e Ponta de Sol são os territórios com maior expressão no setor primário, em todos os indicadores analisados na tabela anterior.

Em termos de produções regionais, registe-se a atividade do Centro de Abastecimento de Produtos Agrícolas (CAPA), no Funchal, que em 2021 armazenou 727.5 toneladas, das quais 632 referentes a produtos importados e 95 a produção regional (cerca de 13,0% do volume total).

Entre os vários produtos hortofrutícolas regionais armazenados, destaca-se a cenoura, a couve e o tomate nos hortícolas, e o limão e a tangerina nos frutos.

Tabela 10- Principais produtos hortofrutícolas regionais rececionados no CAPA (2021)

Hortofrutícolas	Total (kg)
Cenoura	13.382,00
Couve	10.879,00
Tomate	10.049,00
Alface	7.712,00
Batata	5.822,00
Limão	5.546,00
Pepino	5.453,00
Abóbora	5.382,00
Tangerina	4.215,00
Feijão verde	4.111,00

Fonte: Relatório de Atividades, Divisão de Mercados Agrícolas-DRADR

Visão de síntese

A análise agregada à evolução do sector primário na ZI permite verificar que houve uma transformação significativa no setor primário entre 1999 e 2019 dominados pelas seguintes tendências:

- Perda de mão-de-obra agrícola e Superfície Agrícola Utilizada transversal a toda a ZI;
- Perda da relevância económica do trabalho agrícola na composição do rendimento dos agregados domésticos.

Estas macrotendências escondem, no entanto, um conjunto de aspetos positivos nomeadamente no aumento da mão-de-obra não familiar entre 2009 e 2019, assim como no aumento das explorações agrícolas.

O trabalho agrícola continua a ter uma expressão indelével no tecido socioeconómico rural, com especial relevância nos concelhos de Santana e São Vicente, onde quase metade da população exerce atividade agrícola. Apesar da manutenção da importância do trabalho agrícola na ZI, assistimos a uma quebra do peso do trabalho agrícola realizado na ZI em relação ao trabalho agrícola da RAM, passando de 60,9% em 1999 para 49,6% em 2019, em paralelo com a perda populacional.

O aumento significativo no VPPT, entre 2009 e 2019, é coerente com a melhoria de alguns indicadores no mesmo período, como seja a mão-de-obra agrícola não familiar em alguns concelhos e uma âncora passível de promover a tendência de inverteção demográfica na ZI.

1.2.2 Setor secundário

A expressão industrial é, grosso modo, reduzida na RAM tornado o setor secundário regional pouco representativo no escopo das atividades económicas. No entanto há a destacar algumas fileiras com alguma expressão e com ligação ao setor primário. Entre estas destaca-se:

- Produção de derivados da cana-de-açúcar (mel de cana, bolos de mel e Rum);
- Produção de vinho Madeira, com expressão nos concelhos da costa sul e costa norte;
- Produção de vinho de mesa, em especial no concelho do Porto Moniz.

Além destas fileiras, os dois primeiros com relevância na balança comercial regional e inquestionável relevância cultural, destaca-se ainda as unidades de transformação (indústria

transformativa) que produz produtos maioritariamente para o mercado regional, no setor dos hortícolas e frutos.

Ainda dentro da indústria transformadora, existe um cluster de indústrias ligadas ao setor da construção, com alguma relevância no tecido socioeconómico da ZI.

Tabela 11 – Indicadores das empresas não financeiras do setor secundário, Calheta, em 2020

Secção ¹ estatística	Empresas	Pessoas ao serviço	Volume de negócios (milhares de €)	VAB (milhares de €)
B	0	0	0	0
C	28	176	5468	1504
D	10	10	54	30
E	0	0	0	0
F	65	1238	102645	40476

Fonte: DREM

Tabela 12 – Indicadores das empresas não financeiras do setor secundário, Ponta do Sol, em 2020

Secção estatística	Empresas	Pessoas ao serviço	Volume de negócios (milhares de €)	VAB (milhares de €)
B	0	0	0	0
C	30	78	3499	1243
D	7	8	1104	972
E	0	0	0	0
F	70	309	13041	4223

Fonte: DREM

Tabela 2 – Indicadores das empresas não financeiras do setor secundário, Porto Moniz, em 2020

Secção estatística	Empresas	Pessoas ao serviço	Volume de negócios (milhares de €)	VAB (milhares de €)
B	0	0	0	0
C	7	23	398	100
D	0	0	0	0
E	0	0	0	0
F	19	59	1892	711

¹ A - AGRICULTURA, PRODUÇÃO ANIMAL, CAÇA, FLORESTA E PESCA; B - INDÚSTRIAS EXTRATIVAS
C - INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS; D - ELETRICIDADE, GÁS, VAPOR, ÁGUA QUENTE E FRIA E AR Frio
E - CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA; SANEAMENTO, GESTÃO DE RESÍDUOS E DESPOLUIÇÃO
F - CONSTRUÇÃO

Fonte: DREM

Tabela 3 – Indicadores das empresas não financeiras do setor secundário, Ribeira Brava, em 2020

Secção estatística	Empresas	Pessoas ao serviço	Volume de negócios (milhares de €)	VAB (milhares de €)
B	0	0	0	0
C	32	184	6766	2235
D	2	0	0	0
E	0	0	0	0
F	78	388	18176	6971

Fonte: DREM

Tabela 4 – Indicadores das empresas não financeiras do setor secundário, Santana, em 2020

Secção estatística	Empresas	Pessoas ao serviço	Volume de negócios (milhares de €)	VAB (milhares de €)
B	1	0	0	0
C	25	62	1503	574
D	0	0	0	0
E	0	0	0	0
F	36	130	4858	689

Fonte: DREM

Tabela 5 – Indicadores das empresas não financeiras do setor secundário, São Vicente, em 2020

Secção estatística	Empresas	Pessoas ao serviço	Volume de negócios (milhares de €)	VAB (milhares de €)
B	0	0	0	0
C	15	69	2965	1087
D	2	0	0	0
E	0	0	0	0
F	46	190	6138	1778

Fonte: DREM

A construção é predominante, em todos os indicadores e concelhos da ZI, seguida pela indústria transformadora com representatividade transversal, sobretudo na alimentação e bebidas.

1.2.3 Setor Terciário

Tabela 6 – Indicadores das empresas não financeiras do setor terciário, Calheta, em 2020

Secção ² estatística	Calheta			
	Empresas	Pessoas ao serviço	Volume de negócios (milhares de €)	VAB (milhares de €)
G	124	277	22859	3914
H	38	42	568	-618
I	429	797	13760	5598
J	13	16	282	160
L	28	31	2813	-141
M	46	71	3761	-939
N	141	183	1833	871
P	16	16	84	70
Q	42	45	517	341
R	36	58	500	189
S	38	50	278	182

Fonte: DREM

Tabela 7 – Indicadores das empresas não financeiras do setor terciário, Ponta do Sol, em 2020

Secção estatística	Empresas	Pessoas ao serviço	Volume de negócios (milhares de €)	VAB (milhares de €)
G	125	276	21198	4539
H	29	39	982	269
I	156	316	7178	2393
J	4	4	32	29
L	17	25	1656	-313
M	43	63	1615	999
N	109	118	961	625
P	19	30	119	57
Q	23	23	183	148
R	30	30	160	118
S	34	86	1199	615

Fonte: DREM

² G - COMÉRCIO POR GROSSO E A RETALHO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS E MOTOCICLOS;
H - TRANSPORTES E ARMAZENAGEM
I - ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES; J - ATIVIDADES DE INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO
L - ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS; M - ATIVIDADES DE CONSULTORIA, CIENTÍFICAS, TÉCNICAS E SIMILARES
N - ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DOS SERVIÇOS DE APOIO; P - EDUCAÇÃO
Q - ATIVIDADES DE SAÚDE HUMANA E APOIO SOCIAL; R - ATIVIDADES ARTÍSTICAS, DE ESPETÁCULOS,
DESPORTIVAS E RECREATIVAS
S - OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS

Tabela 8 – Indicadores das empresas não financeiras do setor terciário, Porto Moniz, em 2020

Secção estatística	Empresas	Pessoas ao serviço	Volume de negócios (milhares de €)	VAB (milhares de €)
G	32	45	2329	357
H	10	13	119	19
I	73	272	3781	1460
J	2	0	0	0
L	5	10	147	92
M	11	12	1261	544
N	35	35	192	168
P	5	5	11	9
Q	17	17	156	113
R	6	15	94	45
S	8	8	37	30

Fonte: DREM

Tabela 20 - Indicadores das empresas não financeiras do setor terciário, Santana, em 2020

Secção estatística	Empresas	Pessoas ao serviço	Volume de negócios (milhares de €)	VAB (milhares de €)
G	82	143	12913	1910
H	17	22	247	100
I	102	288	4135	1251
J	0	0	0	0
L	3	3	48	-153
M	27	31	522	321
N	81	84	447	369
P	9	9	38	32
Q	38	39	378	245
R	11	14	170	60
S	15	20	227	122

Fonte: DREM

Tabela 21– Indicadores das empresas não financeiras do setor terciário, São Vicente, em 2020

Secção estatística	Empresas	Pessoas ao serviço	Volume de negócios (milhares de €)	VAB (milhares de €)
G	74	165	23354	2702
H	10	18	285	134
I	151	331	5151	1745
J	1	0	0	0
L	6	6	150	43
M	32	44	881	604
N	34	41	415	254
P	7	8	66	51
Q	22	25	256	143
R	11	44	201	11
S	15	15	90	73

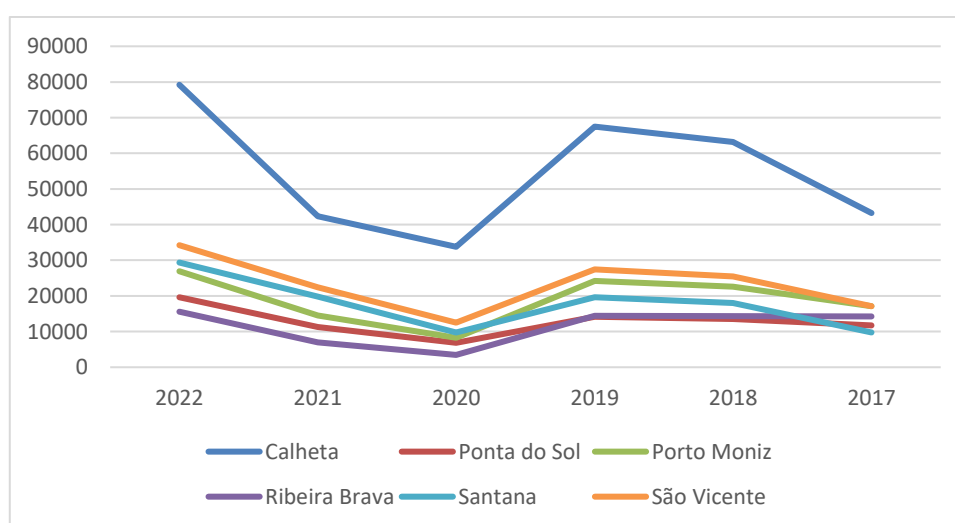
Fonte: DREM

Na análise dos indicadores do setor terciário destacam-se, claramente, os setores do comércio (setor G) e o setor do alojamento (Setor I), em todo o espectro de indicadores de análise.

1.2.4 Turismo

O setor turístico tem uma expressão significativa no tecido socioeconómico da ZI e é um dos setores que foi abrangido pelo complexo de medidas da EDL 14-20, pelo que se justifica uma análise mais atenta a este setor.

Figura 27 – Evolução do cumulado de hóspedes entrados, entre janeiro e setembro, por concelho da ZI



Fonte de dados: DREM

Numa primeira análise, verifica-se que o concelho da Calheta é claramente predominante no setor turístico da ZI, representando 6,8% do total turístico da RAM e 7,2% do total da ilha da Madeira no acumulado de hóspedes entrados entre janeiro e setembro de 2022.

Transversalmente a todas as atividades económicas, a crise pandémica teve um impacto significativo no setor do turismo regional nos anos de 2020 e 2021. Sendo o turismo a grande âncora económica regional, a evolução do setor no cenário pós-pandémico é central para o cenário de recuperação económica.

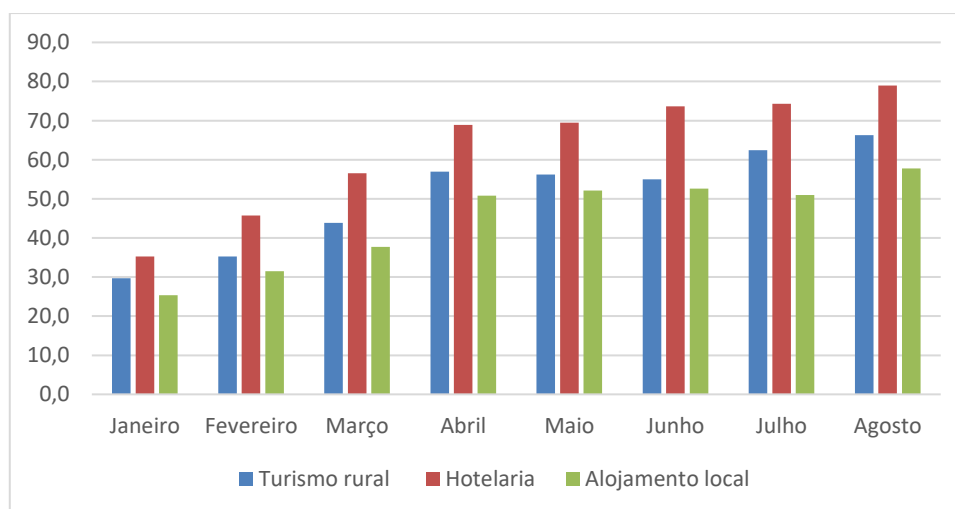
Tabela 22 – Evolução do acumulado de hóspedes entrados, entre janeiro e setembro, nos concelhos da ZI

	Variação 2019-2022
Calheta	17,4%
Ponta do Sol	38,4%
Porto Moniz	11,0%
Ribeira Brava	8,0%
Santana	49,5%
São Vicente	24,8%

Fonte de dados: DREM

Verifica-se que o diferencial entre os dados entre 2019 e 2022, para os acumulados de hóspedes entrados entre janeiro e setembro, mostra um crescimento substancial da atividade na ZI e com especial incidência nos concelhos de Santana e Ponta do Sol.

Figura 28 – Evolução mensal da taxa líquida de ocupação-cama na RAM



Fonte: DREM

O turismo teve uma procura inferior à hotelaria tradicional (Hotéis; Hotéis-apartamento; Apartamentos Turísticos; Aldeamentos Turísticos e Pousadas e Quintas da Madeira), mas superior ao Alojamento Local (exceto AL com capacidade inferior a 10 camas).

Tabela 9 – Estabelecimentos, quartos, capacidade de alojamento e pessoal ao serviço na RAM

	Estabelecimentos	Quartos	Capacidade de alojamento	Pessoal ao serviço
Hotelaria	138	14887	36032	6966
Turismo no Espaço Rural	58	531	1179	292
AL (< de 10 camas)	209	2062	4549	529

Fonte: DREM

Apesar da componente natureza e ruralidade ser um dos fatores distintivos do destino Madeira, e apesar dos ativos turísticos, desta tipologia, mais procurados estarem nos concelhos rurais, verifica-se que a predominância do turismo rural é consideravelmente inferior à oferta hoteleira (representando apenas 3,6% da oferta de quartos), e inferior à AL com 10 camas ou mais (representando 25,8% da oferta de quartos) na RAM.

1.2.4 Comércio

Analogamente ao setor do turismo, o setor do comércio é um dos setores que tem merecido apoio por parte da EDL 14-20, pelo que se justifica uma análise mais atenta à evolução deste setor.

Tabela 10 – Evolução do número de empresas no setor económico do comércio (G), por concelho da ZI

	2020	2019	2018	2017	2016	2015	Var. (%) 2015-2020
Calheta	124	124	127	113	114	109	13,8
Ponta do Sol	125	125	111	104	103	102	22,5
Porto Moniz	32	31	32	30	33	34	-5,9
Ribeira Brava	142	147	151	145	139	132	7,6
Santana	82	84	82	71	76	83	-1,2
São Vicente	74	75	72	66	76	71	4,2

Fonte: DREM

Os concelhos da Calheta e da Ponta do Sol foram os concelhos que conseguiram criar mais empresas neste setor no período de análise. O concelho da Ribeira Brava é o concelho com maior expressão no número de empresas neste setor. Nos três concelhos do norte da ilha da Madeira, com expressão no número de empresas neste setor consideravelmente inferior aos concelhos do

Sul, verificamos que houve uma quebra no emprego no Porto Moniz e Santana e, sentido contrário, um aumento ligeiro no concelho de São Vicente.

Tabela 25– Evolução do pessoal ao serviço no setor económico do comércio (G), por concelho da ZI

	2020	2019	2018	2017	2016	2015	Var. (%) 2015-2020
Calheta	277	266	262	225	219	208	33,2
Ponta do Sol	276	274	261	233	228	245	12,7
Porto Moniz	45	44	44	42	49	48	-6,3
Ribeira Brava	449	456	444	406	411	400	12,3
Santana	143	141	142	136	141	145	-1,4
São Vicente	165	159	158	150	161	153	7,8

Fonte: DREM

O emprego neste setor teve um comportamento análogo ao número de empresas, ainda que se verifique que o emprego cresceu acima do número de empresas no concelho da Calheta e da Ribeira Brava e, em sentido inverso, no concelho da Ponta do Sol. Nos concelhos do norte da ilha, a quebra no emprego foi superior à quebra no número de empresas nos concelhos do Porto Moniz e da Santana e, no concelho de São Vicente, o emprego cresceu, ligeiramente, cima do número de empresas.

Tabela 11 – Evolução do volume de negócios (milhares) no setor económico do comércio (G), por concelho da ZI

	2020	2019	2018	2017	2016	2015	Var. (%) 2015-2020
Calheta	22 859	22 604	21 600	18 066	18 378	17 315	32,0
Ponta do Sol	21 198	20 593	19 604	18 418	19 790	19 676	7,7
Porto Moniz	2 329	2 440	2 260	2 156	2 157	2 219	5,0
Ribeira Brava	37 410	42 844	41 814	37 070	34 041	35 123	6,5
Santana	12 913	14 050	13 844	13 480	13 104	13 484	-4,2
São Vicente	23 354	23 975	23 683	20 530	18 128	15 878	47,1

Fonte: DREM

Na análise à evolução do volume de negócios, o concelho de São Vicente destaca-se claramente pelo aumento significativo, principalmente, se comparado com o crescimento ligeiro no número de empresas e no pessoal ao serviço no mesmo concelho. Esta evolução significa que a estrutura deste setor foi evoluindo no sentido de uma maior expressão do setor, superando todos os concelhos do Sul apesar de uma expressão consideravelmente mais reduzida no número de empresas e emprego.

No concelho da Ponta do Sol, em contrapartida, o crescimento do volume de negócios foi claramente inferior ao crescimento do número de empresas e do pessoal ao serviço, significando uma evolução para uma menor expressão do setor comercial.

No concelho do Porto Moniz, apesar da quebra nos dois indicadores anteriores, o volume de negócios cresceu e, em sentido inverso, o concelho de Santana teve uma quebra superior à quebra nos indicadores do emprego e número de empresas. No concelho da Ribeira Brava, o acréscimo no volume de negócios foi ligeiramente inferior ao crescimento verificado no número de empresas e emprego.

Tabela 12 – Evolução do Valor Acrescentado Bruto (milhares de €) no setor económico do comércio (G), por concelho da ZI

	2020	2019	2018	2017	2016	2015	Var. (%) 2015-2020
Calheta	3 914	3 634	2 744	2 703	2 715	2 206	77,4
Ponta do Sol	4 539	4 148	3 554	3 203	2 784	2 236	103,0
Porto Moniz	357	392	368	296	364	349	2,2
Ribeira Brava	5 935	6 241	5 660	4 915	4 460	4 563	30,1
Santana	1 910	1 624	1 677	1 699	1 583	1 603	19,2
São Vicente	2 702	2 471	2 542	1 902	1 680	1 645	64,3

Fonte: DREM

Na evolução do VAB, o concelho da Ponta do Sol destaca-se claramente na criação de valor acrescentado, apesar de em termos absolutos estar abaixo do concelho da Ribeira Brava. Entroncando esta análise com a análise do indicador anterior é possível concluir que apesar de movimentar menos volume comparativamente ao concelho da Calheta, o acréscimo de rentabilidade foi claramente superior na Ponta do Sol. Não obstante, o VAB no concelho da Calheta neste setor também cresceu consideravelmente.

No conjunto dos concelhos do norte da ilha da Madeira, São Vicente destaca-se, novamente, com um acréscimo significativo, que supera o aumento do volume de negócios verificado no mesmo concelho. Regista-se ainda que o concelho de Santana apresenta, contrariamente ao conjunto dos outros indicadores analisados, uma evolução positiva no VAB. Em Porto Moniz, e ao contrário do verificado em todos os outros concelhos, um crescimento do VAB neste setor inferior ao acréscimo no volume de negócios, indicando uma evolução para uma menor rentabilidade do setor.

1.3 Condições de Vida

O rendimento bruto declarado por habitante na ZI, é inferior à média da RAM; no entanto, todos os concelhos da ZI tiveram um crescimento do rendimento superior ao ocorrido na média da RAM.

Tabela 13 – Evolução do rendimento bruto declarado (€) por habitante, por concelho e na RAM, na ZI

	2020	2019	2018	2017	2016	2015	Var. (%) 2015-2020
Calheta	5521	5489	5125	4681	4449	4254	29,8
Ponta do Sol	5377	5156	4757	4426	4222	4027	33,5
Porto Moniz	6683	6534	6028	5770	5334	5010	33,4
Ribeira Brava	6000	5823	5398	5039	4706	4469	34,3
Santana	5951	5697	5262	4971	4795	4678	27,2
São Vicente	5404	5190	4902	4654	4387	4294	25,9
RAM	8323	8245	7759	7403	7024	6686	24,5

Fonte: DREM

Tabela 29–Proporção do rendimento bruto declarado por habitante, nos concelhos da ZI, em relação à média regional

	2020
Calheta	66,3%
Ponta do Sol	64,6%
Porto Moniz	80,3%
Ribeira Brava	72,1%
Santana	71,5%
São Vicente	64,9%

Fonte de dados: DREM

No entanto, permaneceram, em 2020, diferenciais substanciais em relação à média regional neste indicador como é visível na tabela em cima. O concelho do Porto Moniz destaca-se, claramente, neste indicador em relação aos restantes concelhos da ZI.

O coeficiente de Gini (ver tabela 27), ou índice de Gini, mede a desigualdade numa determinada variável estatística, sendo que o valor de 0 indica completa igualdade e 100 corresponde à completa desigualdade.

Tabela 30 – Evolução do Coeficiente de Gini do rendimento bruto declarado, por concelho da ZI e na RAM

	2020	2019	2018	2017	2016	2015	Var. (%) 2015-2020
Calheta	44,4	44,4	45,6	45,6	45,1	45,8	-3,1
Ponta do Sol	43,3	43,5	43,9	43,3	44,2	44,4	-2,5
Porto Moniz ³	--	--	--	--	--	--	--
Ribeira Brava	40,3	39,9	40,6	41,6	41,3	41,6	-3,1
Santana	39,6	39,8	39,7	40	40,3	40,3	-1,7
São Vicente	41,7	41,6	42,2	42,7	42,3	41,4	0,7
RAM	44,9	44,8	45,1	45,7	45,9	46	-2,4

Fonte: INE

Verifica-se que na generalidade, a distribuição de rendimento na ZI caminhou para uma maior igualdade, com exceção do concelho de São Vicente onde o coeficiente cresceu ligeiramente. Na comparação com a média regional, verifica-se que, em 2020, todos os concelhos da ZI apresentavam maior igualdade na distribuição de rendimento.

Tabela 14 – Indicadores de poder de compra, na ZI, RAM e Portugal, em 2019

	Indicador <i>per capita</i>	Fator de dinamismo relativo
Calheta	64,78	0,716
Ponta do Sol	58	0,429
Porto Moniz	59,83	1,261
Ribeira Brava	68,95	-0,021
Santana	59,58	0,202
São Vicente	62,71	0,535
RAM	87,75	0,091
Portugal	100	-0,088

Fonte: DREM

Analogamente ao indicador do rendimento bruto declarado, verifica-se que toda a ZI está tem um poder *per capita* consideravelmente inferior à média nacional e inferior à média regional. Excetuando o concelho da Ribeira Brava, verifica-se que o poder de compra na ZI é mais sensível aos fluxos sazonais que a média nacional, expressos pelo Fator de Dinamismo Relativo (FDR) positivos, destacando-se neste aspeto o concelho do Porto Moniz com a maior dispersão sazonal do poder de compra. Na comparação regional, verifica-se, igualmente, que, com a exceção do concelho da Ribeira Brava, todos os concelhos da ZI apresentaram maior dispersão sazonal no poder de compra.

³ Os dados do coeficiente de Gini não estão disponíveis para o concelho do Porto Moniz

Tabela 32 – Evolução do número de enfermeiros por 1000 habitantes, nos concelhos da ZI e na RAM

	2020	2019	2018	2017	2016	2015	Var. (%) 2015-2020
Calheta	2,7	2,4	x	2,3	3,1	4,4	-38,6
Ponta do Sol	2,5	2,7	x	0,5	2,1	3,7	-32,4
Porto Moniz	6,1	5,1	x	2,5	6,7	8,3	-26,5
Ribeira Brava	3,5	3,6	x	1	2,8	4,4	-20,5
Santana	4,8	4,5	x	3,1	5,7	9	-46,7
São Vicente	6,1	6	x	1,9	4,5	4,4	38,6
RAM	9,4	9,2	8,9	8,7	8,4	8,1	16,0

Fonte: DREM

A evolução do número de enfermeiros por 1000 habitantes entre 2015 e 2020 foi negativa em todos os concelhos da ZI, com exceção de São Vicente. Os rácios, em 2020, matem-se heterogéneo ao longo da ZI, registando-se, nos concelhos de São Vicente e Porto Moniz, mais que o dobro dos rácios dos concelhos da Ponta de Sol e Calheta. O rácio de enfermeiros por 1000/habitantes deveria acompanhar o processo de envelhecimento populacional, aumentando a disponibilidade deste tipo de profissionais para as faixas de população mais idosa, sem assim, uma evolução negativa a registar para todos os concelhos da ZI, com exceção de São Vicente.

Tabela 15 – Evolução do número de médicos por 1000 habitantes, nos concelhos da ZI e RAM

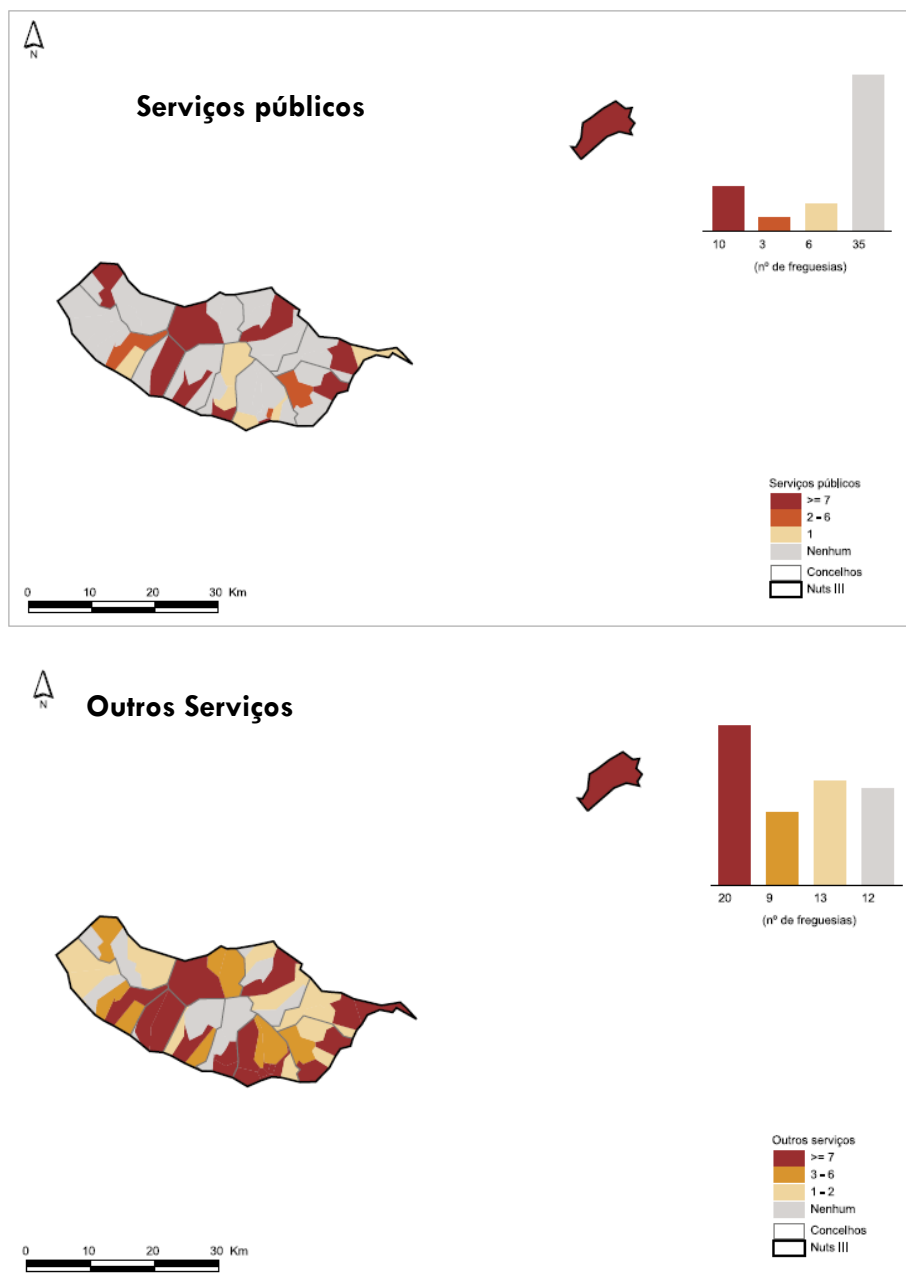
	2020	2019	2018	2017	2016	2015	Var. (%) 2015-2020
Calheta	0,8	0,8	0,7	0,6	0,6	0,6	33,3
Ponta do Sol	1,4	1,3	1,3	0,9	0,8	0,6	133,3
Porto Moniz	3,4	3	3	2,1	1,3	2,1	61,9
Ribeira Brava	2,3	2,1	2	2	1,8	1,6	43,8
Santana	1	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6	66,7
São Vicente	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	0,0
RAM	4,7	4,4	4,3	4,1	3,8	3,6	30,6

Fonte: DREM

Em sentido contrário à evolução do rácio anterior, o número de médicos por 1000 habitantes teve uma evolução positiva, entre 2015 e 2019, em todos os concelhos da ZI, destacando-se o concelho de São Vicente pela negativa (manteve o rácio). Na generalidade deste indicador, a evolução está de acordo com o processo de envelhecimento populacional.

No geral, estes dois rácios (enfermeiros e médicos) mantêm-se abaixo da média regional devido ao efeito polarizador das unidades hospitalares do Funchal.

Figura 29 – Disponibilidade geográfica de Serviços públicos e outros serviços na RAM



Fonte: DREM

A ZI está, na sua generalidade bem servida de Serviços Públicos e Outros serviços, ainda que algumas freguesias apresentem défice de provisão de serviços públicos.

1.4 Emprego e Formação/Qualificações

Tabela 16 – Evolução da taxa bruta de pré-escolarização, nos concelhos da ZI e RAM

	2020	2019	2018	2017	2016	2015	Var. (%) 2015-2020
Calheta	110,3	110,9	101,8	103,5	94,4	101,6	8,6
Ponta do Sol	104	99,4	105	86,7	87,4	90,5	14,9
Porto Moniz	104,3	104,9	102,5	83,7	81	81,7	27,7
Ribeira Brava	114,1	111,3	90,8	82,9	81,6	86,9	31,3
Santana	108,6	105,3	96	97,2	114,7	110,1	-1,4
São Vicente	124,4	116,9	109,3	110,6	98	99	25,7
RAM	103,3	101,9	98,7	95,5	94,2	95,1	8,6

Fonte: DREM

O acesso ao ensino pré-escolar teve uma evolução positiva em todos os concelhos da ZI, com exceção do concelho de Santana, ainda que a redução neste concelho tenha sido residual. Em 2020, o acesso ao pré-escolar na ZI esteve, homogeneamente, acima da média regional, compondo assim um cenário positivo relevante e, significativamente, melhor que o cenário médio nacional (96,9%).

Tabela 17 – Evolução da taxa de retenção total no ensino básico, nos concelhos da ZI e RAM

	2020	2019	2018	2017	2016	2015	Var. (%) 2015-2020
Calheta	1,7	3,3	8,5	8,5	7,1	10,1	-83,2
Ponta do Sol	2,6	4,9	4,6	3,7	5,7	10	-74,0
Porto Moniz	3,9	6,3	8,3	6,3	5,2	6,3	-38,1
Ribeira Brava	3,7	6,1	9,3	7,2	10,1	11,1	-66,7
Santana	1,7	1,4	4,3	3,4	4,1	6,1	-72,1
São Vicente	1,3	2,3	2,8	4,9	9,4	11,2	-88,4
RAM	2,1	3,9	5,8	5,6	7,2	8,9	-76,4

Fonte: DREM

A taxa de retenção no ensino básico proporciona, para além das pistas óbvias sobre a evolução do percurso formativo, um panorama sobre as condições familiares a jusante da participação escolar das crianças. A taxa de retenção teve uma evolução muito positiva em todos os concelhos da ZI e na RAM ainda que, em 2020, alguns concelhos apresentem valores preocupantes, como seja o caso dos concelhos do Porto Moniz e da Ribeira Brava. No sentido contrário, os concelhos de Santana, Calheta e São Vicente, apresentaram valores em 2020 inferiores à média regional e nacional (2,2).

Tabela 18 – Evolução da taxa bruta de escolarização no ensino secundário

	2020	2019	2018	2017	2016	2015	Var. (%) 2015-2020
Calheta	108,4	118,3	96,8	97,6	96,7	99,3	9,2
Ponta do Sol	64,6	62,4	56,4	54,3	40	37	74,6
Porto Moniz	92,1	86,7	67,6	68,9	79,8	100	-7,9
Ribeira Brava	74,1	83,9	76	68,1	70,3	76,1	-2,6
Santana	95,2	95,8	108,6	120,6	114,3	131,6	-27,7
São Vicente	62,7	64,3	69,2	68,6	82,7	86,5	-27,5
RAM	118,3	116	110,8	109,1	110,2	113,3	4,4

Fonte: DREM

A taxa bruta de escolarização no ensino secundário teve um comportamento misto ao longo da ZI, com degradações substantivas nos concelhos de Santana e São Vicente, e um aumento, muito significativo, no concelho da Ponta do Sol, ainda que, em 2020, apresente a pior taxa da ZI e muito inferior à média regional. Tendo como referência a média nacional (122,9%), verifica-se que toda a ZI está abaixo da média nacional assim como a média regional.

Na generalidade, persiste a necessidade de realizar um trabalho de recuperação no tecido educacional regional, em especial na ZI, no sentido de se aproximar dos valores médios nacionais e regionais.

Tabela 19 – Evolução da taxa de transição/conclusão do ensino secundário, nos concelhos da ZI e RAM

	2020	2019	2018	2017	2016	2015	Var. (%) 2015-2020
Calheta	91,3	85,9	78,9	78	87,8	87,6	4,2
Ponta do Sol	93,5	90,3	91,8	86,2	81,7	80,9	15,6
Porto Moniz	90	84,6	84	92,2	85,6	88,5	1,7
Ribeira Brava	87,7	83,2	86,6	89,7	85,2	80,8	8,5
Santana	95,2	82,8	84,5	78,9	87,1	86,6	9,9
São Vicente	97,1	93,5	92,2	89,5	83,6	77,3	25,6
RAM	89,5	85	83,6	83,7	83	83,1	7,7

Fonte: DREM

A taxa de transição/conclusão do ensino secundário apresentou uma evolução positiva em toda a ZI e na RAM, sendo de destacar as evoluções expressivas dos concelhos de São Vicente e Ponta do Sol. Em 2020, apenas o concelho da Ribeira Brava apresentava uma taxa inferior à média regional. No contexto da média nacional (91,9), ligeiramente superior à média regional, juntam-

se ao concelho da Ribeira Brava, os concelhos da Calheta e do Porto Moniz, ainda que com valores muito aproximados.

Tabela 20 – Evolução da taxa de atividade, nos concelhos da ZI e RAM

	2021	2011	Var. (%) 2015-2020
Calheta	38,88	38,6	0,7
Ponta do Sol	42,14	42,6	-1,1
Porto Moniz	40,05	42,12	-4,9
Ribeira Brava	41,63	42,4	-1,8
Santana	38,94	41,08	-5,2
São Vicente	39,14	37,59	4,1
RAM	45,64	47,61	-4,1

Fonte: INE (Censos 2011 e Censos 2021)

A taxa de atividade sofreu variações tendencialmente marginais na década entre exercícios censitários, na generalidade, com sentido negativo. A destacar, pela evolução positiva, o concelho de São Vicente. Toda a ZI apresentou, em 2021, taxas de atividade menores do que a média regional, estando todos os concelhos da ZI, com exceção da Ponta do Sol, a mais de 5 pontos percentuais da média regional. Em relação à média nacional (45,68), o cenário torna-se um pouco pior, ainda que residualmente. Tendo o ano de 2021 sido, ainda, fortemente condicionado pela crise pandémica, não é seguro que esta tendência se mantenha dada a forte recuperação do emprego verificada já este ano.

Tabela 21 – Evolução da taxa de desemprego, nos concelhos da ZI e RAM

	2021	2011	Var. (%) 2015-2020
Calheta	11,71	12,3	-4,8
Ponta do Sol	11,16	14,75	-24,3
Porto Moniz	11,21	10,68	5,0
Ribeira Brava	13,73	12,94	6,1
Santana	9,91	14,76	-32,9
São Vicente	11,82	11,67	1,3
RAM	12,07	14,65	-17,6

Fonte: INE (Censos 2011 e Censos 2021)

A taxa de desemprego teve um comportamento misto na ZI entre os exercícios censitários, com dois concelhos a registar quebras muito significativas (Ponta do Sol e Santana), uma quebra ligeira (Calheta) e os restantes três concelhos com aumentos ligeiros. A RAM, na globalidade, teve uma

quebra na taxa de desemprego com expressão ainda que tenha se mantido consideravelmente acima da média nacional à data dos censos de 2021. Tomando em consideração que a taxa de desemprego na RAM, no 3º trimestre de 2022, foi de 7,3%, admite-se que estes valores tenham sofrido quedas proporcionais já em 2022 nos concelhos da ZI.

1.5 Recursos naturais e ambiente

1.5.1 Recursos Hídricos

Tabela 22 – Evolução da água distribuída (milhares de m³), nos concelhos da ZI e RAM

	2020	2019	2018	2017	2016	2015	Var. (%) 2015-2020
Calheta	785	780	724	762	710	723	8,6
Ponta do Sol	554	564	563	474	509	474	16,9
Porto Moniz	202	233	202	985	1051	1059	-80,9
Ribeira Brava	842	842	801	807	769	766	9,9
Santana	463	457	466	495	501	491	-5,7
São Vicente	383	383	430	428	431	430	-10,9
RAM	25474	26202	25977	26571	26140	25443	0,1

Fonte: DREM

O consumo de água registou uma evolução marginal na RAM, mas teve comportamentos muito heterogéneos na ZI. Em principal destaque, o concelho do Porto Moniz, sofreu uma redução muito substancial no espaço temporal em análise, não sendo comparável com qualquer outro concelho. A tendência de decréscimo foi acompanhada em todos os concelhos do Norte da Ilha, ainda que com expressões mais ligeiras. Em sentido contrário, os três concelhos do Sul registaram aumentos.

Tabela 23 – Evolução da água captada (milhares de m³), nos concelhos da ZI e RAM

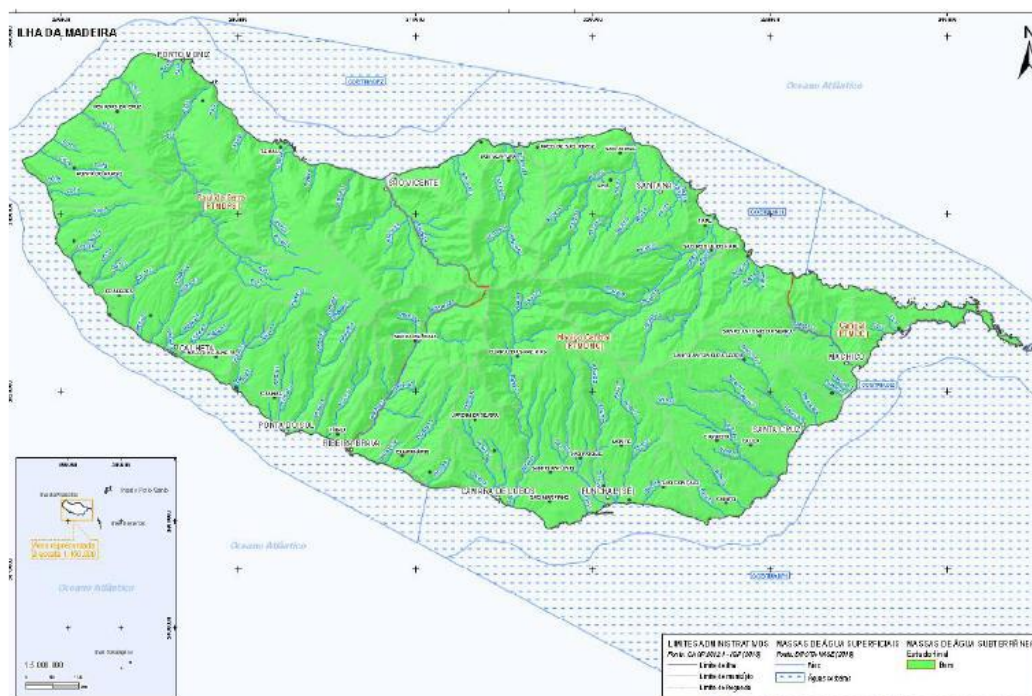
	2020	2019	2018	2017	2016	2015	Var. (%) 2015-2020
Calheta	832	828	724	810	761	726	14,6
Ponta do Sol	2381	2679	2732	3076	2952	2277	4,6
Porto Moniz	990	921	933	995	1051	1059	-6,5
Ribeira Brava	1361	1266	1240	1147	1106	1737	-21,6
Santana	2263	2192	1834	1838	1766	1949	16,1
São Vicente	383	383	455	455	455	455	-15,8
RAM	60412	62369	60492	61135	60274	58689	2,9

Fonte: DREM

A quantidade de água captada na ZI teve, como no indicador anterior, um comportamento heterogéneo, destacando-se as quebras na Ribeira Brava e em São Vicente e, no sentido contrário,

os concelhos da Calheta e de Santana. A quantidade de água captada na RAM teve um aumento ligeiro, acima da água distribuída, o que implica uma quebra na eficiência da distribuição.

Figura 30 – Classificação do estado global das massas de água subterrânea da Ilha da Madeira



Fonte: PROTRAM

Todas as massas de águas subterrâneas da ilha da Madeira, e consequentemente da ZI, estão classificados como estando em “Bom Estado” quantitativo e químico.

1.5.2 Área ardida

Tabela 24 – Evolução da área ardida (ha), nos concelhos da ZI e RAM

	2020	2019	2018	2017	2016	2015	Acumulado
Calheta	1228	40	0	31	2823	30	4152
Ponta do Sol	13	18	0	4	1452	400	1887
Porto Moniz	0	7	0	0	0	0	7
Ribeira Brava	90	6	162	1295	58	24	1635
Santana	0	0	0	1	1	0	2
São Vicente	0	1	0	0	0	3	4
RAM	1392	87	179	1570	6270	468	9966

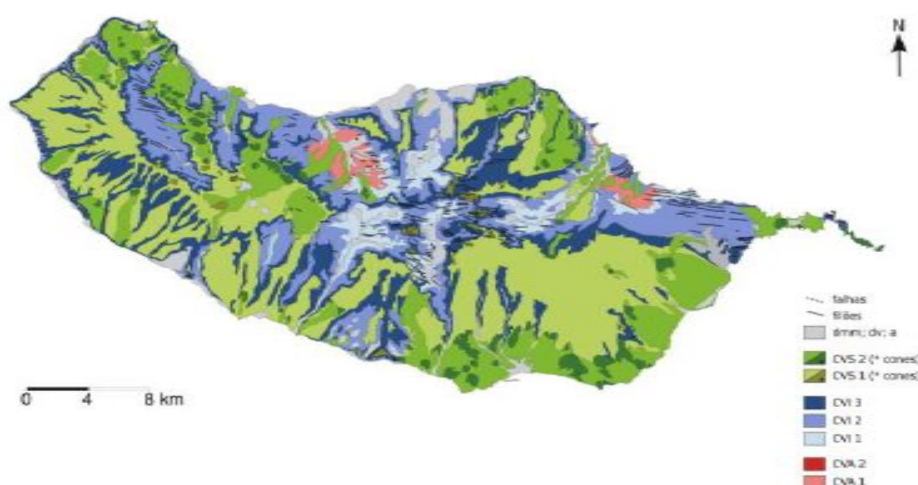
Fonte: DREM

A área ardida na ZI correspondeu, no espaço temporal em análise, a 77,1% do total de área ardida na RAM, sendo que os três concelhos do Sul da ilha, de forma contundente, foram os mais afetados. Em sentido inverso, verifica-se que os concelhos do Norte não foram, grosso modo, afetados pelos incêndios, no período em análise.

Estas diferenças na ZI explicam-se pelas diferenças climáticas entre o Sul e Norte da ilha, sendo que o Norte é muito menos vulnerável a estes fenómenos do que o sul da ilha.

1.5.3 Recursos ambientais

Figura 31 – Carta geológica da Ilha da Madeira

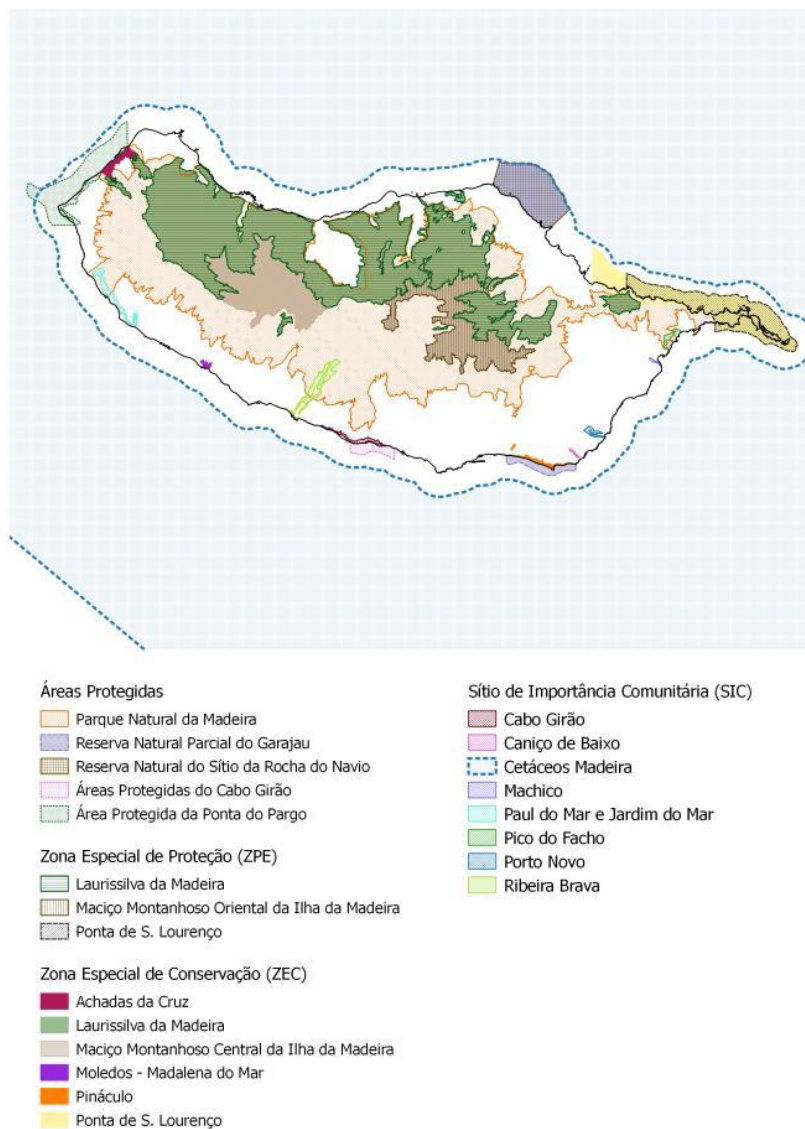


Fonte: PROTRAM

De acordo com o PROTRAM, em termos morfológicos, a ilha divide-se em duas zonas de montanhas, definidas pelo Maciço Vulcânico Central, a oriente, e o Maciço Ocidental, a ocidente, separadas entre si pelos vales fortemente entalhados das ribeiras de S. Vicente e Ribeira Brava.

As disposições geomorfológicas resultam num conjunto de áreas naturais e geossítios, representados nas figuras seguintes e que constituem ativos territoriais da ZI.

Figura 32 - Rede de áreas classificadas da Ilha da Madeira



Fonte: PROTRAM

A ilha da Madeira possui áreas naturais com diversos estatutos de proteção: 9 áreas protegidas; 7 zonas especiais de conservação; 8 sítios de importância comunitária; e 3 zonas de Proteção Especial.

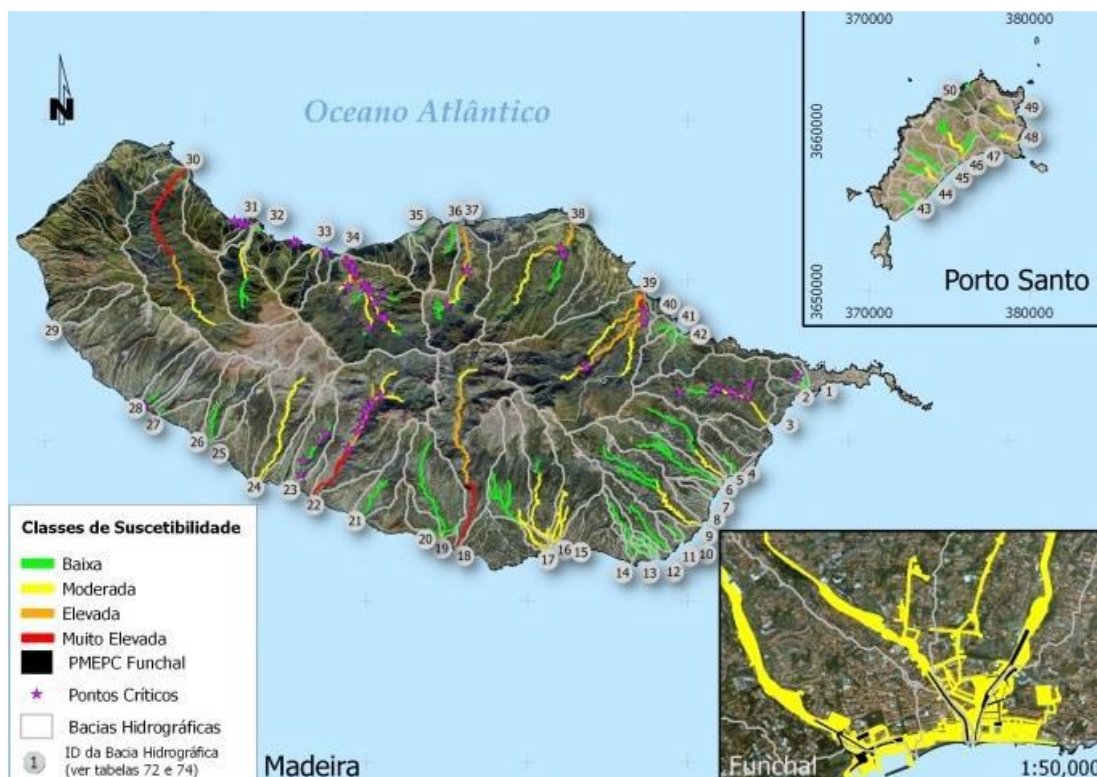
Figura 32– Geossítios da Ilha da Madeira



• Fonte: PROTRAM

Dentro do conjunto de áreas classificadas, a floresta Laurissilva, classificada como património mundial da humanidade, desempenha um papel central nos ativos ambientais da ZI, com uma indelével contribuição para a composição do Destino Madeira.

Figura 33 – Suscetibilidade à ocorrência de aluviões na RAM



Fonte: PROTRAM

A par dos incêndios florestais, as aluviões têm um histórico muito significativo de danos e perdas de vidas humanas na RAM. No âmbito do PGRI RAM, a carta de áreas inundáveis e elementos expostos da ilha da Madeira identifica as seguintes zonas críticas na ZI:

- Concelho da Ribeira Brava – (4) ribeira da Ribeira Brava, (3) Ribeira da Tabua;
- Concelho da Ponta do Sol – (1) Ribeira da Madalena do Mar, (2) Ribeira da Ponta do Sol;
- Concelho do Porto Moniz – (25) Ribeira da Laje; (26) ribeira da Ribeira da Janela;
- Concelho de São Vicente – (24) Ribeira de São Vicente, (22) Ribeira do Porco (Boaventura), (23) Ribeira dos Moinhos (Boaventura);
- Concelho de Santana – (21) Ribeira de São Jorge, (20) Ribeira do Faial.

1.6 Recursos Culturais

1.6.1 Imóveis classificados

Há um conjunto significativo de imóveis classificados que compõem um espólio de edificado de elevado valor sociocultural e histórico. A natureza dos imóveis é diversa, indo do património cultural religioso, central na composição e desenvolvimento sociocultural histórico das comunidades rurais, passando pelos edifícios de habitação históricos (Solares e Quintas), equipamentos públicos como fontenários, faróis, fornos de cal e fortificações históricas, entre outras edificações com especificidades mais específicas, mas de inegável valor histórico.

Tabela 25 – Imóveis classificados no concelho da Calheta

Concelho	Freguesia	Imóvel
Calheta	Arco da Calheta	Capela de Nossa Senhora do Loreto
		Capela de Nossa Senhora da Conceição
		Capela da Nossa Senhora da Nazaré
		Igreja de São Bráz
		Capela de Nossa Senhora da Vida
	Calheta	Igreja do Espírito Santo
		Capela de Jesus, Maria e José
		Capela de Nossa Senhora do Bom Sucesso
		Capela de Santo António
		Capela de São Francisco Xavier
		Casa das Mudanças
		Quinta da Estrela
	Estreito da Calheta	Capela dos Reis Magos
		Capela de Nossa Senhora da Conceição
		Capela de Nossa Senhora do Livramento
		Igreja de Nossa Senhora da Graça
	Fajã da Ovelha	Capela de São Lourenço

**ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL 2023-2027
GAL DA ADRAMA**

Concelho	Freguesia	Imóvel
	Jardim do Mar	Igreja de São João Baptista
		Quinta da Piedade
	Ponta do Pargo	Capela de Nossa Senhora Boa Morte
		Igreja de São Pedro
		Farol da Ponta do Pargo
		Solar da Ribeira da Vaca

Fonte: DRC

Tabela 26 – Imóveis classificados no concelho da Ponta do Sol

Concelho	Freguesia	Imóvel
Ponta do Sol	Canhas	Igreja de Nossa Senhora da Piedade
		Capela de Nossa Senhora dos Anjos
		Relógio de Água
	Madalena do Mar	Igreja de Santa Maria Madalena
		Casa da Madalena do Mar
	Ponta do Sol	Igreja de Nossa Senhora da Luz
		Capela do Espírito Santo
		Casa dos Esmeraldos
		Capela de Nossa Senhora do Livramento
		Capela de Santo Amaro
		Capela de Santo António e Casa dos Azevedos
		Capela de São João Baptista
		Capela de São Sebastião
		Vila Passos

Fonte: DRC

Tabela 27 – Imóveis classificados no concelho do Porto Moniz

Concelho	Freguesia	Imóvel
Porto Moniz	Porto Moniz	Fontenário de 1887
	Seixal	Fontenário de Santo António

Fonte: DRC

Tabela 28 – Imóveis classificados no concelho da Ribeira Brava

Concelho	Freguesia	Imóvel
Ribeira Brava	Ribeira Brava	Igreja de São Bento
		Solar dos Herédias

Fonte: DRC

Tabela 29 – Imóveis classificados no concelho de Santana

Concelho	Freguesia	Imóvel
Santana	Faial	Capela da Penha
		Fortim do Faia
		Ponte do Faial
	Santana	Fontenário de Santa Ana
	São Jorge	Igreja Matriz de São Jorge
		Serragem da Achadinha
		Fortaleza Restos da Antiga Povoação e Caminhos Antigos

Fonte: DRC

Tabela 30 – Imóveis classificados no concelho de São Vicente

Concelho	Freguesia	Imóvel
São Vicente	Ponta Delgada	Casa do Ladrilho
		Solar do Aposento
		Igreja do Bom Jesus
		Capela dos Reis Magos
	São Vicente	Casas Novas
		Forno da Cal
		Estalagem do Vale

Fonte: DRC

1.6.2 Centros culturais e núcleos históricos

A tabela seguinte organiza informação relativa à dotação de equipamentos culturais dos concelhos da Zona de Intervenção, alguns dos quais com forte expressão temática e regional.

Tabela 31 – Centros culturais e núcleos museológicos na ZI

Centro Cultural/Núcleo histórico	Concelho
Centro Cultural John Dos Passos	Ponta do Sol
Cine Sol	
Centro de Artes e Congressos Casa das Mudas	Calheta
Forte de São João Batista	Porto Moniz
Armazéns do Chão da Ribeira	
Museu Etnográfico da Madeira	Ribeira Brava
Espaço do Artesão	
Solar do Aposento	São Vicente
Núcleo Museológico Rota do Cal	
Centro de Promoção Cultural de São Vicente	
Parque Temático da Madeira	Santana
Casa da Cultura de Santana	

Fonte: DRC/Câmaras Municipais

No levantamento das principais ofertas culturais, centradas em núcleos históricos e centros dedicados à cultura, é possível verificar que existe um conjunto de infraestruturas que proporcionam um leque variado de opções culturais para os residentes e visitantes. Estes polos culturais fornecem enquadramento para o desenvolvimento cultural dos concelhos, congregando um vasto leque de eventos e temáticas relevantes, quer no contexto histórico, quer no contexto mais contemporâneo.

1.6.3 Eventos culturais

A Zona de Intervenção dispõe de um conjunto alargado de eventos culturais, ao longo do ano, que tiram partido de ativos territoriais próprios (materiais e imateriais), numa perspetiva de envolvimento da comunidade local e regional, mas também com importantes valências turísticas. Entre esses eventos culturais regulares, destacam-se os seguintes:

Tabela 32 – Principais eventos culturais na ZI

Evento	Mês	Concelho
Festa do Panelo	Janeiro	Porto Moniz
Festa dos Compadres	Fevereiro	Santana
Festa da Anona	Março	Santana
Festa do Limão	Abril	Santana
Mostra da Cana-de-Açúcar		Ponta do Sol
Festival da Truta e Rota da Sidra	Maio	Santana
Festival Aqui Acolá		Ponta do Sol
Maktub Soundsgood		Calheta
Feira das Sopas do Campo	Junho	São Vicente
Semana das Sidras da Madeira		Calheta
24 Horas a Bailar	Julho	Santana
Feira Agropecuária		Porto Moniz
Festa da Lapa		Calheta
Mostra Regional da Banana		Ponta do Sol
Semana do Mar		Porto Moniz
Festa da Nossa Senhora da Saúde	Agosto	São Vicente
Mostra Gastronómica de Santana		Santana
Festas do Concelho (São Vicente)		São Vicente
Festival Nacional e Internacional de Folclore		Ponta do Sol
Festa das Vindimas – Quinta do Furão	Setembro	Santana
Festa do Bom Jesus e Santíssimo Sacramento		São Vicente
Encontro Regional de Bandas		Ribeira Brava
Festa do Pêro		Calheta
Mostra do Maracujá e Derivados		Ribeira Brava
Música nas capelas	Novembro	Ponta do Sol
Madeira Dig	Dezembro	Calheta
Madeira Micro Internacional Film Festival		Ponta do Sol
Missas do Parto		Toda a ZI
Noites do mercado		Toda a ZI
Festividades de Natal		Toda a ZI

Fonte: Visit Madeira/Madeiraweb/Câmaras Municipais

2. Balanço e perspetivas de futuro - a ótica dos agentes do território

A análise do envolvimento da comunidade da zona de intervenção do GAL da ADRAMA, foi centrado em três procedimentos principais:

- a) Abordagem do GAL, que inclui os representantes do poder local conforme a constituição da Parceria, processo que incluiu duas fases, após uma reunião inicial de apresentação dos trabalhos, seguiu-se um processo de consulta para resposta a um inquérito estruturado nas componentes seguintes: (i) Conhecimento do GAL|ADRAMA e da EDL – Estratégia de Desenvolvimento Local; (ii) Contributo da EDL e das atividades do GAL para a animação do território; (iii) Envolvimento na EDL ADRAMA; e (iv) Perspetivas para o futuro.

O Questionário foi disponibilizado em formato PDF, WORD e em formato consulta online de forma a abranger o maior número de respostas possível.

- b) Ciclo de reuniões presenciais junto dos Parceiros que manifestaram disponibilidade para tal, com o objetivo de aprofundar as respostas dadas no inquérito, e discutir matérias pertinentes, entretanto, sinalizadas.
- c) Abordagem dos beneficiários (Promotores) do ciclo de programação anterior através de um inquérito estruturado nas seguintes componentes: (i) Conhecimento do GAL|ADRAMA 14-20 e da EDL - Estratégia de Desenvolvimento Local; (ii) Processo de Candidatura; (iii) Contributo da EDL e das atividades do GAL para a animação do território; (iv) Condições de Execução e Resultados dos Projetos; e (v) Perspetivas para o futuro.

2.1 Perspetiva dos Parceiros do GAL da ADRAMA

O envolvimento descrito anteriormente resultou na receção de 19 respostas aos inquéritos por parte dos parceiros e em 11 entrevistas presenciais.

2.1.1 Principais resultados do Inquérito

Conhecimento do GAL|ADRAMA e da EDL - Estratégia de Desenvolvimento Local

A maioria dos Parceiros (55%) esteve envolvido diretamente em programas anteriores coordenados pelo GAL ADRAMA e admitiu um conhecimento razoável da EDL 14-20, do GAL e da abordagem LEADER.

As sessões presenciais (Sessões de apresentação; formação; seminários; e contactos pessoais) foram sinalizados como os melhores instrumentos de divulgação/informação e as Brochuras e os meios de comunicação social foram identificados como os meios menos eficazes.

O uso das redes sociais também foi identificado como um meio eficaz para a divulgação/informação, embora esta categoria possa ser considerada como geminada do uso da página da internet da ADRAMA.

Contributo da EDL e das atividades do GAL para a animação do território

Os contributos para a animação do território sinalizados como mais pertinentes foram:

- abriram maiores perspetivas relativamente às oportunidades do mercado;
- estão a contribuir para a construção de um desenvolvimento local sustentável;
- permitiram melhorar a identidade do território; e
- permitiram valorizar os produtos locais.

Estas respostas permitem concluir que a EDL 14-20 esteve alinhada com os seus objetivos estratégicos e específicos; todas as respostas tiveram uma pontuação maioritariamente positiva o que permite concluir pela execução bem-sucedida da EDL anterior.

Envolvimento na EDL da ADRAMA

A maioria dos parceiros revelou que não tinha nenhum projeto candidato e aprovado na EDL anterior. Dos que responderam afirmativamente à questão anterior, a grande maioria revelou que não tinha prosseguido com o projeto caso não tivesse o apoio da EDL ADRAMA e dos que sinalizaram que prosseguiriam, sensivelmente metade respondeu que avançaria com o projeto nos mesmos moldes e a outra metade admitiu mudanças ao projeto.

Por sua vez, dos que responderam que tinham prosseguido com o projeto apesar de não ter apoio da ADRAMA, cerca de 2/3 respondeu que avançaria com recursos próprios e 1/3 sinalizou que recorreria ao crédito bancário.

Perspetivas para o futuro

As linhas de ação da EDL foram, na generalidade, identificadas como pertinentes. Dentro destas, a linha “Apoio à utilização de energias renováveis e à circularidade da economia” foi a que teve

maior expressão positiva. No sentido oposto, a linha “Investimentos na transformação e comercialização de produtos florestais”, foi a que teve uma apreciação menos positiva. Foram ainda sinalizadas outras linhas passíveis de apoio, como sejam:

- a georreferenciação de pontos turísticos rurais, levadas e uso de uma aplicação móvel dedicada;
- a recuperação do património típico (p. ex., Palheiros do Chão da Ribeira, Casas de Salão);
- o apoio na certificação dos serviços de ecossistema florestal (atividades na natureza e culturais em áreas naturais).

Assim, de um modo geral, podemos concluir que as ações/medidas utilizadas na anterior EDL revelam-se adequadas e repetíveis, mesmo que possam ser alvo de ajustes técnicos de forma a comportar um leque mais variado de apoios que possam englobar as três linhas de ação extra sugeridas. Paralelamente, a bioeconomia e a transição climática, objetivos específicos passíveis de incluir na EDL 2023-2027, foram sinalizados como muito pertinentes o que revela um alinhamento entre essas alterações e a avaliação da pertinência da temática pelos Parceiros.

Ao nível da sinalização das oportunidades de melhoria, as condições de elegibilidade dos apoios e a sua divulgação foram os *itens* sinalizados como mais pertinentes. Foram sinalizadas, ainda, outras oportunidades de melhoria que importa referir:

- sugerida, ao nível da divulgação dos apoios, a simulação de candidaturas para as diversas medidas como um meio de divulgação/formação a aplicar.
- sinalizada a necessidade de um acompanhamento mais eficaz na fase pós-projeto (execução);
- sugerido um aumento do apoio máximo (atualmente 200 000€);
- sinalizado que o período para apresentação de candidaturas após aviso poderá ser demasiado curto;
- sinalizadas as penalizações de não satisfação e rendibilidades como um fator a melhorar.

Estas sugestões de melhoria referem-se na sua maioria à operacionalização dos processos embora se possa destacar a divulgação/comunicação como a área onde se identifica maior potencial de melhoria para o futuro.

Os *fatores de competitividade territorial* sinalizados que poderão ser alvo de atenção por parte da presente EDL podem ser divididos nas seguintes famílias:

- património produtivo tradicional regional de grande interesse (Moinhos de vento e de água, antigos lagares tradicionais, etc.)
- valorização de produtos locais numa perspetiva permanente e não só de eventos;
- elegibilidade de novos nichos de turismo (ecoturismo, turismo de natureza, e “glamping”);
- elegibilidade de sistemas de certificação ligados à conservação da natureza e sustentabilidade;
- maior aposta na especialização produtiva do sistema produtivo local.

As *principais complementaridades territoriais* sinalizadas foram as seguintes:

- roteiros turísticos e temáticos que envolvam vários núcleos territoriais;
- aproveitamento dos produtos agrícolas característicos de bio regiões específicas que ultrapassam os limites dos núcleos territoriais;
- criação de escala nas produções locais (agregação temática);
- troca de experiências entre núcleos territoriais distintos;
- projetos complementares na área da sustentabilidade ambiental, dos serviços e do comércio, que promovam abordagens policêntricas e complementares.

Na generalidade, os Parceiros identificaram ações de cooperação entre territórios que incidem nas elegibilidades já existentes. Não sendo função das equipas técnicas a procura das complementaridades nos parceiros e na ZI, fica patente que há oportunidades de colaboração, dentro da própria parceria, que podem ser dinamizadas com alguma facilidade.

No campo das observações adicionais destacam-se sugestões de pormenor que incidem sobre o funcionamento interno do GAL (controle e publicitação) e uma sugestão relativa à pertinência de um apoio mais incisivo sobre a produção de artesanato e a transformação/valorização dos produtos agrícolas locais.

2.2 Perspetiva dos Promotores do GAL da ADRAMA

O envolvimento descrito anteriormente resultou na receção de 16 inquéritos preenchidos.

2.2.1 Principais resultados dos Inquérito

Conhecimento do GAL | ADRAMA 14-20 e da EDL - Estratégia de Desenvolvimento Local

A maioria dos promotores inquiridos não foi beneficiário de programas anteriores coordenados pelo GAL ADRAMA.

O conhecimento geral sobre a EDL 14-20, a parceria e o processo LEADER é positivo. As sessões presenciais (Sessões de apresentação; formação; seminários; e contactos pessoais) foram sinalizados como os melhores instrumentos de divulgação/informação e as Brochuras e os meios de comunicação social foram identificados como meios menos eficazes.

Processo de Candidatura

As duas principais motivações para as candidaturas apontadas foram o conhecimento prévio do programa e da ADRAMA e o GAL ser o programa que oferece melhores condições em relação a outros instrumentos de apoio. De seguida foi indicada como razão o fato de ser o único programa que se enquadra e por último, o fato das candidaturas aparecerem em momento oportuno.

As respostas indicam que o conhecimento do programa e do GAL é primordial para a decisão de candidatura, indo de encontro às indicações dos Parceiros sobre as potencialidades que podem advir de uma melhor comunicação/divulgação do programa.

A maioria dos Promotores indicou que teve apoio da ETL nos processos e candidatura e metade recorreu à figura dos consultores para o apoio à mesma. Nos contatos com a ETL destaca-se o contato pessoal, seguido pelo contato telefónico e, por fim o correio eletrónico.

Os beneficiários indicaram, na generalidade, que não encontraram grandes obstáculos durante a fase de candidatura, sendo a maior dificuldade apontada (Obter financiamento bancário) não da responsabilidade do GAL/ETL. O apoio técnico dado é robusto e eficiente, constatação que é reforçada pela indicação de 88% dos inquiridos considerarem o apoio disponibilizado pela ETL muito útil/relevante.

Contributo da EDL e das atividades do GAL para a animação do território

Os inquiridos reconheceram a utilidade das atividades da EDL nos vários domínios apresentados pontuando maioritariamente os contributos com a pontuação máxima. O contributo mais pontuado “Permitiram melhorar e desenvolver a ideia do projeto inicial, tornando-o mais interessante”, indica que a EDL conseguiu não só apoiar os projetos apontados, como contribuir para o seu melhoramento, o que, de facto, é um resultado muito positivo a apontar à programação anterior.

Condições de Execução e Resultados do Projeto

Os promotores revelaram que, em média, 70% dos projetos estavam concluídos à data do inquérito. As principais dificuldades sinalizadas na execução do projeto foram os desvios nos custos inicialmente previstos e a dificuldade em encontrar recursos humanos especializados para o recrutamento. Ambas as dificuldades são externas à EDL/GAL e estão diretamente relacionados com os efeitos da Pandemia de COVID-19 e a instabilidade geopolítica no leste europeu.

A dificuldade técnica das ONG em compatibilizar o seu regime de IVA com as regras do programa e as dificuldades de tesouraria para antecipar os pagamentos elegíveis, foram igualmente referenciadas.

O principal resultado sinalizado dos projetos consistiu na introdução de produtos inovadores no mercado. Este resultado dá conforto sobre a promoção da inovação na EDL, um dos objetivos específicos assumidos no período de programação anterior e atual. De destacar ainda a criação de novas fontes de rendimento e a abertura de novos mercados. As respostas a esta questão permitem concluir que os resultados alcançados se coadunam com as prioridades, orientações e medidas da EDL 14-20.

A maioria dos inquiridos respondeu que não teria prosseguido com o projeto caso não tivesse o apoio do GAL. Dos que assinalaram que prosseguiriam, a maioria admite que teria avançado, mas com características diferentes. Dos inquiridos que sinalizaram que avançariam com o projeto sem o apoio do GAL, a grande maioria (80%) sinalizou que recorreria ao financiamento próprio e os restantes sinalizaram o financiamento bancário como alternativa.

↳ Perspetivas para o futuro

As linhas de ação foram, na generalidade, identificadas como muito pertinentes. Dentro destas, a linha “Apoio à utilização de energias renováveis e à circularidade da economia” foi a que teve maior expressão positiva. No sentido oposto, a linha “Investimentos na transformação e comercialização de produtos florestais”, foi a que teve uma apreciação menos positiva. Na generalidade podemos concluir de uma elevada aceitação da estrutura de medias/ações, sendo a menos cotada considerada maioritariamente relevante.

Os inquiridos (94%) assinalaram uma elevada probabilidade de recorrer novamente aos apoios do GAL, o que se traduz numa avaliação muito positiva sobre a pertinência dos apoios disponibilizados e perspetivados. Dos que sinalizaram a intensão de voltar a se candidatar, a maioria assinalou o apoio aos serviços básicos para a população rural e o apoio a pequenas e microempresas em meio rural como as linhas que serão previsivelmente mais solicitadas.

No campo das sugestões de melhoria, a condição de elegibilidade dos projetos foi sinalizada como a mais pertinente (39%), seguida da divulgação dos apoios (27%), das condições de reembolso (19%), o regime de IVA das instituições sem fins lucrativos e, por último, as condições de elegibilidade dos beneficiários. O acompanhamento dos projetos não foi sinalizado o que nos permite inferir que a avaliação do acompanhamento disponibilizado pela ETL é muito positiva.

2.3 Elementos de síntese

O processo de abordagem aos parceiros identificou um conjunto de vetores de melhoria que importa considerar para a presente EDL:

- **Melhorias na execução:** Com especial incidência no controle pós-apoio de modo a verificar se as condições contratualizadas estão a ser cumpridas no período contratualizado (5 anos);
- **Melhorias nas elegibilidades:** Foi sugerido, na generalidade, a expansão dos atuais apoios a tipologias de turismo de nicho (possibilidade de construção nova de baixo impacte) e sistemas de certificação de nicho ligadas à sustentabilidade e à conservação da natureza. Foi ainda sugerido maior rigor na definição dos apoios proporcionados em contraponto com outras tipologias de apoio existentes (separação mais clara entre desenvolvimento rural e empresarial geral).
- **Maior abrangência territorial dos projetos:** Fica patente a necessidade de melhor complementaridade territorial nos projetos embora este desígnio esbarre no valor relativamente reduzido dos apoios máximos o que impossibilita o ganho de escala necessário;

- **Definição mais clara sobre as tipologias de património elegíveis:** Dada a elevada procura pelos apoios proporcionados pelos GAL, deverão ser equacionados os apoios à reconstrução de património, em particular religioso, dado que os mesmos são geralmente muito onerosos e acabam por abarcar uma fatia considerável dos recursos disponíveis para os GAL.

Os principais vetores de melhoria a extrair do processo de **envolvimento dos promotores de projetos** no período de programação anterior são os seguintes:

- **Maior flexibilidade:** Ponderar a inclusão de um instrumento de ajuste no Programa para acomodar a atual crise inflacionária;

- **Melhor ajustamento:** Rever o regime de IVA para o caso particular das Instituições sem fins lucrativos.

3. Matriz SWOT

Pontos fortes	Pontos fracos
- Qualidade e diversidade das produções agrícolas regionais, parte das quais certificada, com procura urbana e capacidade de escoamento (Continente e estrangeiro); - Mecanismos de compensação de sobrecustos derivados de insularidade e afastamento dos mercados e da dependência de um pequeno número de produtos (POSEI Madeira); - Dinâmicas de animação territorial orientadas para a iniciativa empresarial/de projeto, de atividade e investimento na Zona de intervenção fruto da atuação do GAL (Equipa Técnica e entidades parceiras); - Experiências de aproveitamento económico de recursos endógenos com base em projetos FEADER e também de projetos empresariais financiados pelo FEDER nos territórios rurais; - Parques empresariais em diversos concelhos da Zona de Intervenção, fixando empresas e criando um ambiente favorável ao desenvolvimento empresarial local; - Existência de uma matriz de recursos do território da Zona de Intervenção propícia à criação e desenvolvimento de projetos de turismo rural, turismo de natureza, turismo náutico e de aventura; - Rede de acessibilidades que reduz as distâncias- tempo de deslocação aos mercados urbanos (acesso a inputs produtivos e ao escoamento das produções), igualmente relevante para a atração de empresas e de investimentos; - Melhoria das comunicações digitais introduzindo um argumento competitivo na valorização das produções locais; - Disponibilidade de Unidades de I&D e de um Centro de Formação nos domínios da Agricultura, Bioeconomia e Silvicultura.	- Quebra da população residente nos concelhos da Zona de Intervenção com níveis superior a rondar 15% nos concelhos de São Vicente e Santana; - Baixos níveis de escolaridade da população das freguesias rurais; - Taxas de inatividade e de desemprego elevadas, num contexto de desemprego jovem persistente e em que predomina o segmento dos NEET que não trabalham, não estudam e não estão em formação; - Níveis de rendimento em divergência acentuada com as médias regional, nacional e comunitária; - Reduzida dotação de serviços de interesse geral (educação, ação social, atividades culturais, ...), dada a localização desses serviços no eixo Câmara de Lobos-Funchal-Sta. Cruz; - Escassez de oportunidades de emprego e precariedade tendencial das ofertas existentes; - Dificuldades de recrutamento de mão de obra especializada para ocupações e empregos nas atividades agrorurais; - Reduzido dinamismo empresarial num tecido de unidades em que predominam as muito pequenas empresas; - Constrangimentos na organização das produções de pequena escala na sua relação com o escoamento de mercado; - Dificuldade na valorização de mercado de produções regionais (agrícolas e agroalimentares) confrontadas com as práticas de compras das grandes e médias superfícies, e do alojamento e restauração; - Baixos níveis médios de investimento dos projetos empresariais cofinanciados pelo FEDER; - Debilidade das infraestruturas e dos equipamentos de apoio aos pequenos produtores.

Oportunidades	Ameaças
- Desenvolvimento de um cluster de atividades da Bioeconomia e da Economia circular em torno do aproveitamento económico dos bio resíduos; - Dinâmicas da procura turística em direção a ofertas mais sustentáveis desenvolvidas em meio rural (agroturismo, turismo de natureza e de aventura/serviços complementares) e marítimo (atividades náuticas e marítimo-turísticas); - Maior apetência para o consumo de produtos tradicionais de qualidade e de produção biológica por parte dos consumidores regionais e extrarregionais; - Existência de um conjunto de apoios orientados para financiar projetos empresariais focados no aproveitamento, transformação e comercialização de produtos endógenos e serviços locais; - Investimento na conectividade digital melhorando os níveis de cobertura de banda larga nos territórios rurais e por essa via da atratividade de iniciativas empresariais e fluxo de residência (fixa e segunda habitação); - Mobilização de recursos de I&D [Universidade da Madeira - Centro de Agricultura Sustentável e Tecnologia Alimentar (ISOplexis), Escola Agrícola da Madeira e Escola Zootécnica da Madeira] para a qualificação/conceção de projetos inovadores em termos de processo, produto, tecnologia e mercado, beneficiando as atividades agrotransformadoras, de bioeconomia e economia circular, passíveis de apoio pelas Medidas da EDL.	- Níveis de envelhecimento elevado de diversas freguesias da Zona de Intervenção; - Concentração populacional no Eixo Câmara de Lobos-Santa Cruz acentuando a macrocefalia do Funchal e as transferências de população residente dos demais concelhos da Região; - Agravamento das assimetrias territoriais de desenvolvimento a nível demográfico, de dinamismo económico e empresarial e de investimento público; - Dominância do padrão de especialização turístico-imobiliário com prolongamento das tendências de investimento; - Constrangimento de mercado limitativos da afirmação de segmentos novos de turismo sustentável, de afirmação turística e de atividades marítimo-turísticas; - Incertezas associadas à ocorrência de fenómenos pandémicos acompanhados de crises sanitárias com reflexos nas dinâmicas de procura/atividade económica; - Dificuldades de escoamento e penetração de mercado das produções regionais, num contexto de desestruturação das respetivas cadeias de valor; - Incidência das alterações climáticas sobre diversas produções regionais (incêndios florestais vs. capacidade produtiva da fileira florestal; pragas e doenças vs. produções agrícolas de especialização); - Condicionantes de financiamento de prioridades de investimento público material (equipamento e infraestruturas) afetando a atratividade dos territórios rurais para a fixação de novos residentes, empresas e investimentos.

4. Estratégia de Desenvolvimento Local

4.1 Quadro de Desafios e Oportunidades

↳ Tendências demográficas – entre a coesão interna e a dinamização da economia

O PDES Madeira 2030 refere que as projeções demográficas existentes para a RAM evidenciam uma forte incerteza de cenarização, ainda que seja de esperar uma “redução da população residente, com aumento da emigração de mão de obra mais jovem e qualificada, à procura de melhor remuneração no exterior, a par de um acentuar das tendências de envelhecimento”.

A evolução descrita diminui a capacidade produtiva potencial, e pode inviabilizar a emergência de novas atividades económicas.

Os fluxos de migrações tenderão a assumir uma relevância progressiva na determinação do ambiente demográfico da RAM (algo considerado comum em contextos insulares), com uma vertente emigratória que poderá atingir segmentos da população em idade ativa e mais qualificada, a par de uma vertente «regresso de emigrantes». Esta última vertente (dada a expressão quantitativa da diáspora madeirense - África do Sul, Venezuela) deverá merecer especial atenção pois pode revestir efeitos positivos sobre a dinamização da atividade económica em concelhos da Zona de Intervenção, através de novas iniciativas empresariais e de investimentos na diversificação das economias locais e da economia regional, como um todo.

A contração da população residente diminuirá a pressão sobre o território, mas, em contrapartida, haverá um acentuar da tendência de concentração na costa sul e uma diminuição dos recursos para promover a exploração do potencial turístico no território, sobretudo, onde se localizam recursos turísticos que tenderão a ser valorizados pelas novas tendências da procura turística sustentável (natureza, cultura e património).

Em termos de povoamento e ocupação do território, os concelhos da Zona de Intervenção do GAL da ADRAMA integram a *costa norte*, com características mais rurais, uma menor ocupação do território, maior envelhecimento populacional e maior dificuldade de acesso a equipamentos e serviços de nível superior (como a saúde e/ou a educação).

Não obstante uma trajetória de relevante esforço de investimento público de mais de três décadas (materializado em parques empresariais, equipamentos de proximidade, etc.), as tendências mais recentes da demografia dos concelhos da *costa norte* questionam a trajetória de correção de assimetrias territoriais de desenvolvimento almejada pelas políticas públicas.

Dinamização do Emprego e Inclusão social

As questões do emprego e da inclusão social adquirem especial relevância nos concelhos da Zona de Intervenção e apelam a intervenções por parte das políticas públicas regionais, nomeadamente através de medidas identificadas no PDES Madeira 2030 que sendo transversais à Região podem ser complementares das atuações resultantes da implementação das Medidas da EDL na Zona de Intervenção da ADRAMA:

- Incentivos à empregabilidade como resposta às situações de crise socioeconómica;
- Estímulo à criação do próprio emprego fomentando o potencial empreendedor de desempregados e outros públicos desfavorecidos, proporcionando-lhes o apoio técnico necessário à dinamização de pequenos negócios;
- Fomento de medidas ativas de emprego que contribuam para recrutar e integrar trabalhadores com qualificações adequadas às necessidades das organizações empregadoras, potenciando a criação líquida de postos de trabalho;
- Promoção da integração socioeconómica de nacionais de países terceiros, p. ex., comunidades de emigrantes e luso-descendentes que regressem à RAM;
- Fomento da inclusão social pela via do trabalho e da iniciativa, dinamizando as políticas ativas de emprego e os projetos da economia social e de desenvolvimento local;
- Criação e adaptação de instalações e equipamentos com vista à inclusão ativa, sob dinâmica das iniciativas de economia e empreendedorismo sociais.

Os Sistemas de Incentivos criados pelo Governo Regional e maioritariamente apoiados pelo Madeira 14 -20 são instrumentos de política que apoiam a atividade das empresas, mas não têm desempenhado um papel de relocalização da iniciativa empresarial na RAM. Este é um objetivo específico que continua a afigurar -se relevante face às assimetrias territoriais de desenvolvimento existentes na Região, as quais permanecem, pese o esforço de investimento material realizado há mais de uma década com a construção e infraestruturação de parques empresariais em diversos concelhos, cofinanciados pelo FEDER (POPRAM III e Intervir+).

Alimentação Sustentável

A Estratégia da União Europeia “Do Prado ao Prato”, tem em vista conceber um sistema alimentar justo, saudável e amigo do ambiente e deverá evoluir em 2023 para um Quadro para um Sistema Alimentar Sustentável Europeu.

Também a Comunicação da Comissão Europeia de maio de 2022 “Dar prioridade às pessoas, garantir o crescimento sustentável e inclusivo, realizar o potencial das regiões ultraperiféricas da União Europeia”, recomenda “promover a transição para um maior nível de autonomia alimentar nas regiões ultraperiféricas através de ambos os instrumentos da PAC, assegurando simultaneamente alimentos de elevada qualidade e uma agricultura sustentável”.

A nível regional estas recomendações poderão enquadrar a formulação de estratégias alimentares de base territorial (p. ex., para a Zona de Intervenção) que incluam ações diretas das autarquias locais e outros agentes a fim de promover regimes alimentares saudáveis e sustentáveis que incluam produtos biológicos, nomeadamente, nas escolas e nas instituições públicas locais.

O objetivo específico próprio remete para a prossecução de um sistema alimentar local sustentável e a formulação de uma estratégia alimentar que articule diversas iniciativas a nível da produção, distribuição e consumo (mercado de produtores, vendas diretas nas explorações e ao domicílio, mercados e feiras).

Este domínio de atuação, novo na Região, teria como objetivo aprofundar a articulação sistémica entre produção local e consumo social, devendo trabalhar na ampliação a nível regional de um programa de abastecimento alimentar local às cantinas escolares, numa dupla perspetiva, por um lado, organizar a comunidade escolar e promover a literacia alimentar e capacitar as escolas no sentido da adoção de dietas saudáveis, por outro lado, robustecer a produção local, promover sistemas de produção sustentáveis e melhorar a organização logística para a alimentação social. O projeto deve abranger centros de maior consumo social, como escolas, hospitais, centros de saúde, IPSS e Universidade da Madeira.

Desenvolvimento do turismo- a integração inteligente dos territórios

No conjunto da Região, importa contribuir para a preservação e valorização do património natural, paisagístico, histórico e cultural, como elementos diferenciadores e estruturantes do Destino Madeira, sendo desejável: promover a regulação do crescimento da oferta de alojamento hoteleiro, com apoio a unidades de menor dimensão e descentralizadas; e incrementar ferramentas de interação com o visitante.

A valorização do património cultural, material e imaterial, revela a identidade de um povo que importa salvaguardar, promover e divulgar, constituindo um dos potenciais motores da atividade económica e da criação de emprego, proporcionando novos elementos diferenciadores de atração e fixação de populações no território, e um importante papel na coesão social.

A partir da dinamização da EDL, é possível trabalhar duas vertentes de intervenção e de projeto com impacto no desenvolvimento local e no emprego:

- Valorização e promoção do património natural (reservas da biosfera, Laurissilva, parques naturais e áreas protegidas), reforçando a identidade regional orientada para o turismo de natureza, potenciado pela presença de conteúdos em plataformas e aplicações digitais e tirando partido do valor económico associado à visita e fruição dos ecossistemas;
- Criação de agendas culturais com o objetivo de dinamizar corredores com oferta turística especializada, disponibilizando produtos rurais, agroturísticos, gastronómicos e culturais, aproveitando a especificidade da Costa Norte da Madeira e de rotas temáticas (Açúcar, Património Religioso, ...).

Paralelamente, importa estimular iniciativas na esfera da integração da gastronomia madeirense no produto turístico regional, através de eventos gastronómicos e projetos de investimento de alojamento em espaço rural que integram componentes de restauração que se comprometem com a divulgação de identidades gastronómicas (produtos da terra e do mar).

Bioeconomia, circularidade e descarbonização

O Pacto Ecológico Europeu e o Pacto Europeu para o Clima constituem documentos enquadramentos, dos quais decorrem estratégias, planos e alterações legislativas europeias já apresentadas ou ainda em preparação, bem como orientações para as políticas setoriais nacionais e regionais, bem como para os FEEI – Fundos Europeus Estruturais de Investimento e outros financiamentos.

A Comunicação da Comissão Europeia de maio de 2022 “Dar prioridade às pessoas, garantir o crescimento sustentável e inclusivo, realizar o potencial das regiões ultraperiféricas da EU”, refere que “devido à dependência das importações de recursos, da elevada produção de resíduos alimentada pelo turismo e das exportações de resíduos, as regiões ultraperiféricas podem beneficiar grandemente de **soluções de economia circular** que englobem a produção e o consumo sustentáveis e a gestão dos resíduos”.

O *Diagnóstico do PEPAC Madeira* salienta a existência de recursos agropecuários das culturas permanentes (vinha - fases agrícola e de vinificação; cana de açúcar - fase agrícola e de pós-processamento; e banana-desperdício da fase agrícola), com potencial de aproveitamento económico e geradores de atividade e ocupação para uma cadeia de valor enriquecida das explorações agropecuárias regionais, para a qual poderão contribuir recursos e atividades de I&D de instituições do sistema regional de inovação.

A Resolução da Assembleia Legislativa da RAM sobre a Estratégia Regional para a Agricultura Biológica coloca o desenvolvimento do setor primário na Madeira a materializar-se através de uma “maior aposta e incentivo na agricultura em modo de produção biológica, com majoração das

taxas de apoio e incentivos a todos aqueles que queiram iniciar -se ou reconverter a sua produção convencional em modo biológico”.

A reconversão deve ser amplamente incentivada e tecnicamente apoiada, com “incentivo ao agrupamento de agricultores (...) de modo a ganhar escala na base produtiva e a rotatividade de culturas com dimensão para satisfazer os mercados incluindo a procura turística, mais sensibilizada para a sustentabilidade ambiental”.

A Medida da EDL direcionada a este desafio, poderá apoiar ações locais que orientem as atividades económicas para a transformação ecológica e digital, com destaque para as atividades com utilização intensiva de recursos, para o desenvolvimento das tecnologias digitais facilitadoras para alcançar uma economia circular e com impacto neutro no clima, a alteração dos modelos de gestão de recolha de resíduos (fonte de constrangimentos numa região insular e ultraperiférica), e a disseminação de experiências-piloto de circularidade (p. ex., integração dos princípios na cadeia de valor dos plásticos, transformando plásticos sujos em carvões ativados).

Nos domínios da **descarbonização e eficiência energética**, as dinâmicas induzidas pela EDL poderiam incentivar ações locais que contribuam para as metas climáticas definidas a nível europeu, nomeadamente as relativas à descarbonização das atividades económicas, ao fomento das fontes de energia renováveis e da eficiência energética, ao combate à “pobreza energética”, à renovação dos edifícios públicos e privados e, em geral, à adaptação às alterações climáticas.

Transição digital- novas oportunidades para o desenvolvimento rural

De acordo com a “Visão a longo prazo para as zonas rurais da União Europeia: mais fortes, ligadas, resilientes e prósperas”, as zonas rurais são intervenientes ativos nas transições ecológica e digital da União e a atratividade das zonas rurais dependerá, em grande medida, da disponibilidade de conectividade digital, de serviços básicos e de serviços por via eletrónica, assim como da melhoria das atividades agrícolas nos planos ambiental e climático.

Em concreto, a digitalização pode contribuir para reunir pessoas, serviços e empresas, independentemente da sua localização, e ajudar as regiões ultraperiféricas a superar os condicionalismos da distância (cf. Comunicação CE “Dar prioridade às pessoas, garantir o crescimento sustentável e inclusivo, realizar o potencial das regiões ultraperiféricas da UE”).

A EDL pode contribuir para desenvolver soluções apoiadas nas novas tecnologias e no paradigma da agricultura 4.0 (robótica, Internet das Coisas e Sensorização Integrada, Big Data, e Tecnologias com suporte na rede 5G) úteis para o desenvolvimento de atividades agroalimentares, através de

experiências piloto em aglomerados rurais da Zona de Intervenção e funcionando como catalisador de um domínio temático identificado na Estratégia de Especialização Inteligente Madeira 2030. As soluções digitais podem, igualmente, contribuir para ampliar as condições de acesso e valorização de mercado das produções agrícolas e agroalimentares de pequena escala e atenuar a distância económica que penaliza os produtores das regiões insulares e ultraperiféricas. A arquitetura de Ações deverá, assim, contemplar a Digitalização das comunidades rurais que poderá acomodar iniciativas na senda das “smart villages”, alavancando a montante iniciativas económicas inovadoras que possam beneficiar de investimentos na conectividade e comunicações.

4.2 Da Visão aos Objetivos Estratégicos e Específicos

A formulação de uma **visão de futuro** para o território de intervenção do GAL da ADRAMA, em suporte da EDL 2023-2027, deverá combinar:

- a integração dos ativos territoriais da agricultura, do património e cultura e do turismo;
- a inovação nas iniciativas de transformação e valorização desses ativos;
- a mobilização renovada e enriquecida das competências e capacidades da rede de parceiros da ADRAMA; e
- a construção de respostas do território aos desafios das transições demográfica, ecológica e digital.

A montante destes desafios nucleares, existe um desafio transversal associado à **necessidade de capacitação da iniciativa de projeto dos parceiros e promotores** da Zona de intervenção da ADRAMA, tendo por finalidade dinamizar ações dotadas de inovação socioeconómica e territorial que acrescentem valor à transformação qualitativa dos ativos locais.

O GAL da ADRAMA define como **Objetivos estratégicos** para o período de programação 2023-2027, os seguintes:

- ✓ Atenuar a tendência de declínio populacional na Zona de Intervenção.
- ✓ Promover o emprego e o desenvolvimento das comunidades rurais através do reforço da competitividade, da diferenciação de produtos e da aposta na inovação sectorial.
- ✓ Contribuir para a coesão territorial através da promoção da qualidade de vida das populações e da valorização do património rural.
- ✓ Promover intervenções coletivas que contribuam para a transição climática e digital.

De acordo com as *Bases para a Elaboração da Estratégia de Desenvolvimento Local* (Autoridade de Gestão do PRODERAM), a Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) do GAL da ADRAMA assume os seguintes **objetivos específicos**:

- Promover o emprego, o crescimento, a inclusão social e o desenvolvimento local nos territórios rurais da Zona de Intervenção;
- Incentivar a bioeconomia e economia circular;
- Apoiar o lançamento de empresas rurais ligadas à agricultura, à silvicultura e à diversificação das fontes de rendimento dos agregados familiares agrícolas, a favor de atividades não agrícolas;
- Apoiar o lançamento, nas zonas rurais, de atividades empresariais não agrícolas relacionadas com a EDL;
- Promover a modernização do setor agro-rural através da promoção e da partilha de conhecimentos, da inovação e da digitalização.

4.3 Estrutura de Intervenções/Ações

O enunciado das Intervenções/Ações que deverão constituir a arquitetura do Plano de Implementação da EDL procura ter presente o seguinte conjunto de variáveis/níveis de contextualização:

- Balanço e recomendações resultantes dos exercícios de Avaliação ex post do PRODERAM 2007-2013 e de Avaliação Intermédia da EDL 2014-2020 do GAL da ADRAMA;
- Identificação de necessidades constante dos “Contributos PEPAC RAM”, GPP;
- Resultados dos Inquéritos aos Parceiros do GAL da ADRAMA e aos Beneficiários de projetos, segundo as respetivas Perspetivas de futuro.

A Avaliação ex-post da abordagem LEADER no PRODERAM 2007-2013 constata que a dotação global inicial de 21,7 M€ foi objeto de um conjunto de reprogramações que colocaram a dotação final do Subprograma 3 para a RAM no patamar dos 11,1 M€. Paralelamente, a Avaliação refere uma taxa de compromisso superior a 80%, mais expressiva na Medida de Serviços Básicos (sobretudo, investimento em infraestruturas sociais e culturais), com efeitos positivos limitados no apoio às populações rurais e não tendo abrangido parte das freguesias rurais da RAM; no âmbito da Medida 3.1, o relevo foi para a criação e modernização de unidades de alojamento, com limitado impacto na diversificação de atividades nas explorações agrícolas, enquanto na Medida

3.3 as dinâmicas de promoção dos produtos locais centraram-se no apoio a feiras e festas locais associadas a produtos específicos e a mostras de arte, rotas, folclore e festas temáticas.

Por sua vez, a Avaliação Intermédia da EDL 2014-2020 da Zona de intervenção do GAL da ADRAMA (2019), considerava “o contributo para o desenvolvimento económico e social, criação de emprego e fixação de jovens (...) com pouco impacto em termos de diversificação das atividades turísticas e do fomento das produções regionais e da dinamização de negócios em meio rural” A Avaliação Intermédia refere, ainda, a “inexistência de efeitos ao nível da diversificação de atividades nas explorações agrícolas, na criação de circuitos simples de distribuição, na comercialização de produtos locais e no desenvolvimento das TIC em meio rural”.

Na fase de preparação da EDL 2023-2027, na identificação de Perspetivas para o futuro, os Parceiros do GAL da ADRAMA e os beneficiários de projetos apoiados consideram as linhas de ação identificadas como pertinentes concluindo-se por uma elevada aceitação de estrutura de Medidas/Ações enunciada (cf. Secção 2 deste Relatório). Acresce, a manifestação de uma elevada probabilidade (94%) de as entidades inquiridas voltarem a candidatar-se aos apoios dinamizados pelo GAL da ADRAMA no âmbito da futura EDL, dada a relevância destes apoios.

À luz destes elementos de contextualização, sobretudo, lições/apreciações resultantes destes vários exercícios/documentos de avaliação, a proposta de Medidas adota uma perspetiva de continuidade enriquecida face à estrutura de Medidas da EDL 2014-2020, consistindo o enriquecimento na inclusão de um domínio que deverá acomodar respostas/apoios ao *Desenvolvimento da bioeconomia e da economia circular, enquanto novas formas de rendimento e valor acrescentado*.

Trata-se de uma **necessidade identificada nos “Contributos PEPAC RAM”** ancorada: (i) por um lado, nas perspetivas e orientações da Comissão Europeia (Comunicação “Uma bioeconomia sustentável na Europa: Reforçar as ligações entre a economia, a sociedade e o ambiente”) que estimula a implantação rápida de bio economias locais com ações-piloto, mecanismos de apoio da UE às políticas nacionais e novas ofertas de ensino e competências; e (ii) por outro lado, as perspetivas regionais dos diversos setores de atividade que integram a bioeconomia (setores florestal, agrícola, da pesca e aquacultura e atividades conexas), particularmente a nível da “transformação dos seus produtos e utilização dos subprodutos e resíduos”.

A possibilidade de incluir respostas/apoios no âmbito deste Domínio de intervenção também encontra ressonância nos resultados da inquirição realizada na fase preparatória da EDL 2023-2027 do GAL da ADRAMA nos quais a linha de ação referente ao “Apoio à utilização de energias

renováveis e à circularidade da economia” obtém uma quota de aprovação por parte dos beneficiários de 73,3%, quota semelhante à atribuída ao “Apoio à valorização da cultura, património e recursos endógenos regionais”.

Tendo presente os elementos de balanço e as lições extraídas de anteriores períodos de programação, o perfil agregado de Medidas/Ações proposto estabelece um padrão exigente para a dinamização da EDL, nomeadamente, na suscitação de procuras qualificadas por parte dos promotores potenciais do território, sobretudo, em domínios mais próximos da iniciativa empreendedora e da criação de emprego nas comunidades rurais.

A problemática das procuras qualificadas em territórios de baixa densidade deve ser encarada num contexto de mobilização inteligente de capacidades presentes nos territórios, perante recursos que se têm revelado progressivamente mais limitados.

Nesse sentido, importará trabalhar critérios de seleção dos projetos que reflitam uma aproximação ao mapeamento de necessidades existentes na diversidade da Zona de intervenção. Esse objetivo poderá ser equacionado através de uma equilibrada diferenciação dos investimentos nos aglomerados urbanos de proximidade, em equipamentos económicos e serviços cuja área de influência possa abranger e servir os territórios rurais, investimentos que ao mesmo tempo sejam suscetíveis de gerar procuras dirigidas aos promotores de iniciativas agrorurais de pequena escala, apoiáveis nesses territórios da Zona de Intervenção.

Esta abordagem poderá ser desenvolvida numa base experimental, com interação entre a Autoridade de Gestão, os GAL, entidades parceiras e consultores de investimento, e processar elementos de benchmarking de experiências similares em zonas Leader da União Europeia.

Tipologias de Apoio enquadradas na Intervenção F3 – LEADER programadas na EDL do GAL da ADRAMA 2023-2027

Intervenções F	Ações
F3.1.1 Apoio a PMEs e microempresas em meio rural	3.1.1.1. Diversificação de atividades não agrícolas
	3.1.1.2. Criação e apoio a atividades turísticas
	3.1.1.3. Criação e desenvolvimento de PMEs em meio rural
F3.1.2 Apoio aos serviços básicos para população rural	3.1.2.1. Serviços de apoio social, associativo e de ocupação de tempos livres
	3.1.2.2. Valorização do património rural
	3.1.2.3. Conservação do património e pequenas infraestruturas de utilização coletiva
	3.1.2.4. Digitalização das comunidades rurais
F3.1.3 Apoio à produção e utilização de energias renováveis, Bioeconomia e circularidade	3.1.3.1 Produção de energias renováveis
	3.1.3.2. Criação de unidades de recolha, reciclagem e aproveitamento de materiais agrorurais

F3.1.4 Cooperação para o desenvolvimento local	3.1.4.1 Criação de circuitos curtos de comercialização e apoio a mercados locais
	3.1.4.2. Fomento de serviços turísticos em meio rural
F3.1.5 Formação e informação de agentes de desenvolvimento local	3.1.5.1. Ações de formação para o desenvolvimento local
	3.1.5.2. Informação e sensibilização para o desenvolvimento rural-local
F3.1.6 Cooperação interterritorial e transnacional	3.1.6.1. Cooperação Interterritorial
	3.1.6.2. Cooperação Transnacional
F3.2 Funcionamento e Animação	3.2.1 Funcionamento do GAL

Em termos mais abrangentes e no quadro do PEPAC, este desenho de Intervenções cumpre um elevado alinhamento com o *Objetivo Específico 8: Promover o emprego, o crescimento, a igualdade de género, a inclusão social e o desenvolvimento local nas zonas rurais, nomeadamente a bio economia e a silvicultura sustentável.*

Com efeito, na apresentação deste OE 8 no PEPAC destaca-se que: “O desenvolvimento destes territórios deve apoiar-se no surgimento de novas atividades com maior potencial de crescimento económico, podendo a agricultura ser um elemento catalisador neste quadro pela ligação à agroindústria, turismo, produtos regionais, restauração, gastronomia, num quadro promotor da igualdade de género. Outras vias em que Portugal tem potencial são a bio economia, a economia circular e a silvicultura sustentável”.

Neste Documento refere-se ainda que “o Desenvolvimento Local de Base Comunitária Rural multifundos, onde se integra a F3 - Intervenção LEADER, desempenhará um papel fundamental na resposta integrada às diferentes necessidades locais, nomeadamente a diversificação de atividades e valorização dos recursos endógenos, incluindo as oportunidades da bioeconomia e a promoção da multifuncionalidade dos espaços agroflorestais.” (Cf. no Ponto 4.6.2 a articulação com o **PEPAC 2023-2027**, secção F3-**LEADER** (Região Autónoma da Madeira).

As tabelas seguintes cruzam os **Objetivos Estratégicos e dos Objetivos Específicos da EDL com a proposta preliminar de Intervenções F**, traduzindo o enfoque temático e sendo preenchidas na ótica da intensidade de relação e contributo das Intervenções F da EDL do GAL da ADRAMA.

Os níveis de intensidade média e elevada ocorrem na relação com: os objetivos ligados à promoção do emprego, da inclusão e do desenvolvimento local, ao empreendedorismo ligado à diversificação de atividades e rendimento, nomeadamente em atividades não agrícolas; os objetivos ligados à coesão territorial/qualidade de vida, valorizando a importância da Medida de apoio aos Serviços básicos para a população rural.

Num segundo nível, são valorizadas as sinergias entre, por um lado, o incentivo à Bioeconomia e Economia circular e à modernização do setor agro-rural e, por outro lado, a Formação/Informação de agentes de desenvolvimento local, enfatizando a capacitação indispensável para abordar intervenções inovadoras dinamizadas pela futura EDL 2023-2027.

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL 2023-2027
GAL DA ADRAMA

Matriz de relação Objetivos estratégicos da EDL x Intervenções F da EDL do GAL da ADRAMA 2023-2027

Objetivos estratégicos da EDL	F3.1.1 Apoio às PMEs e microempresas em meio rural	F3.1.2 Apoio aos serviços básicos para população	F3.1.3 Apoio à produção e utilização de energias renováveis, Bioeconomia e circularidade	F3.1.4 Cooperação para o desenvolvimento local	F3.1.5 Formação e informação de agentes de desenvolvimento local	F3.1.6 Cooperação interterritorial e transnacional
• Atenuar a tendência de declínio populacional.	XXX	XXX	XX	X	X	X
• Promover o emprego e o desenvolvimento das comunidades rurais - reforço da competitividade, da diferenciação de produtos e da aposta na inovação sectorial.	XXX	X	X	X	X	X
• Contribuir para a coesão territorial através da promoção da qualidade de vida das populações e da valorização do património rural.	X	XXX	X	X	X	X
• Promover intervenções coletivas que contribuam para a transição climática e digital.	X	X	XXX	X	XX	X

Legenda: Intensidade de relação – Reduzida (X); Média (XX); e Elevada (XXX).

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL 2023-2027
GAL DA ADRAMA

Matriz de relação Objetivos Específicos da EDL x Intervenções F da EDL do GAL da ADRAMA2023-2027

Objetivos específicos da EDL	F3.1.1 Apoio às PMEs e microempresas em meio rural	F3.1.2 Apoio aos serviços básicos para a população	F3.1.3 Apoio à produção e utilização de energias renováveis, Bioeconomia e circularidade	F3.1.4 Cooperação para o desenvolvimento local	F3.1.5 Formação e informação de agentes de desenvolvimento local	F3.1.6 Cooperação interterritorial e transnacional
• Promover o emprego, o crescimento, a inclusão social e o desenvolvimento local nos territórios rurais da Zona de Intervenção.	XXX	XX	X	X	X	X
• Incentivar a bioeconomia e a economia circular.	X	X	XXX	X	XX	X
• Apoiar o lançamento de empresas rurais ligadas à agricultura, à silvicultura e à diversificação do rendimento dos agregados familiares agrícolas, a favor de atividades não agrícolas.	XXX	X	X	X	X	X
• Apoiar o lançamento, nas zonas rurais, de atividades empresariais não agrícolas relacionadas com a EDL.	XXX	X	XX	X	XX	X
• Promover a modernização do setor agro-rural através da promoção e da partilha de conhecimentos, da inovação e da digitalização	XX	XX	X	X	XX	X

Legenda: Intensidade de relação – Reduzida (X); Média (XX); e Elevada (XXX).

4.4 Resultados e Metas, segundo as Ações

As Bases para a Elaboração das EDL (AG PRODERAM) associam a identificação de resultados e metas mensuráveis à "hierarquia de objetivos... e ações planeadas correspondentes". Por outro lado, o Aviso nº 1/2023, no seu Anexo 1, identifica um conjunto de Resultados esperados na prossecução do DLBC.

No essencial, a partir da estrutura de Objetivos específicos/Ações, é possível desenhar um campo de resultados que remete, sobretudo, para o empreendedorismo em meio rural, a dotação de serviços básicos/ de proximidade e a diversificação de atividades da economia rural, também nos domínios da utilização das energias renováveis e da economia circular.

As tabelas adiante apresentadas incluem indicadores de realização e de resultado associados às Ações programadas na EDL. Os **indicadores de resultado** seguem de perto o PEPAC e o Anexo I do Aviso nº 1/2023, nos objetivos específicos considerados; o **indicador de realização** é apresentado à parte e segue uma lógica distinta: reporta à execução global da intervenção F3 - LEADER.

O preenchimento das tabelas procurou combinar: a experiência do passado; a dotação indicativa atribuída ao GAL da ADRAMA; e a expectativa de reforço de intervenções nos domínios da energia e da circularidade, novos elementos de enfoque temático.

Paralelamente, admite-se que alguma inovação associada ao desenvolvimento de estratégias e instrumentos referidos no *Contributo RAM para o PEPAC 2021-2027* (Estratégia para a Bioeconomia, UE, 2018; Agricultura Biológica, 2016-2020; Promoção da Alimentação Saudável), possa estimular novas práticas produtivas e de consumo que a iniciativa empresarial de pequena escala venha a apropriar e desenvolva nos territórios rurais, com reflexos no aumento do número de projetos e de empresas e na criação de novos empregos.

Em síntese, as tabelas sistematizam o racional/fundamentos associados à interpretação do documento PEPAC 2021-2027, expressam aderência ao Plano Financeiro apresentado na Secção 5 e recuperam elementos do exercício efetuado no final de 2021, a solicitação da AG/PRODERAM.

**ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL 2023-2027
GAL DA ADAMA**

Intervenção F3 – LEADER - Indicadores de realização e resultados

Intervenção	Indicadores	Unidade de medida	Metas
F.3 LEADER	O.31	N.º de Estratégias de Desenvolvimento Local	1
	R.01	N.º de pessoas abrangidas	10
	R.03	N.º de explorações agrícolas	5
	R.10	N.º de empresas rurais/Explorações agrícolas	15
	R.16	N.º de explorações agrícolas que beneficiam de produção de energias renováveis ou de biomateriais.	3
	R.37	N.º de empregos criados - ETC	20
	R.39	N.º de empresas rurais do setor da bioeconomia desenvolvidas com apoio da PAC	10
	R.40	N.º de estratégias "Aldeias Inteligentes" apoiadas	1
	R.41	N.º de pessoas que beneficiam de melhor acesso a serviços e infraestruturas graças a apoios da PAC	100
	R.42	N.º de pessoas	250

4.5 Caráter Inovador

A promoção da inovação territorial na implementação da EDL pode constituir um dinamismo propulsor da prossecução dos objetivos específicos assumidos pelo GAL para a Zona de Intervenção e para a criação de valor acrescentado, em termos económicos e territoriais.

O PDES Madeira 2030 identifica um conjunto de atuações de inovação setorial (agricultura/desenvolvimento rural) que podem gerar uma envolvente favorável para a conceção e iniciativa de projeto dos promotores da Zona de Intervenção, com destaque para as seguintes:

- criar um Centro tecnológico que apoie o desenvolvimento de novos produtos e de processos produtivos inovadores, promovendo a criação de produções diferenciadas e a adaptação às implicações da emergência climática, nomeadamente, na reconsideração de sistemas de produção agrícola e no uso eficiente do recurso água;
- potenciar a utilização das estruturas de I&D regionais na ótica da modernização das explorações e das empresas do setor agrotransformador;
- apoiar a incorporação de resultados da investigação relativa, p.ex., à evolução dos vinhos em armazém, envelhecimento e estufagem e à transformação industrial da batata-doce, desenvolvimento do produto e lançamento de mercado;
- reforçar a capacidade formativa de ativos no setor agrícola, promovendo o desenvolvimento de formação profissional específica para ter ativos qualificados e capacitados para uma agricultura cada vez mais tecnológica e sustentável.

Na ótica da EDL trata-se de criar condições propiciadoras de inovação múltipla de base local e na Zona de Intervenção da ADRAMA, os principais domínios de projeto potencialmente indutores de inovação setorial (produtos, processos, mercados, ...) e territorial, relacionam-se com:

- o desenvolvimento de novos negócios assentes em oportunidades de nicho da agro-transformação, sobretudo, alimentar, em resposta a procura dinâmica do alojamento e restauração;
- a adaptação de modelos de negócio existentes às especificidades locais e aos requisitos das medidas de apoio da EDL;
- o desenvolvimento de aplicações digitais na comercialização de produtos e serviços; e
- a promoção de sinergias entre localidades para a criação de novos produtos e serviços específicos respondendo a procura de mercado.

As dinâmicas de mercado, p. ex., as geradas pelo cluster do turismo e do lazer, no cruzamento inteligente com a especificidade dos apoios a disponibilizar, podem contribuir para criar um ecossistema de inovação atrativo de talentos e de investimento exterior à Zona de Intervenção. A possibilidade de alargar as elegibilidades para além dos montantes relativamente reduzidos dos apoios máximos admitidos, poderá acomodar vertentes de I&D+I nos projetos e componentes de inovação tecnológica, de produtos e processos, ampliando o potencial indutor de inovação da EDL.

4.6 Sinergias com o setor primário

A modernização do setor agrícola da economia regional tem vindo a registar uma evolução gradual, fruto das ajudas comunitárias, mas também das dinâmicas de iniciativa das explorações em torno de produções com procura de mercado que beneficiaram da capacidade de organização e do trabalho das associações de agricultores e de produtores da Região. Conforme refere a EREI Madeira 2030, tem-se assistido a uma certa “diversificação da produção transformada, surgindo e desenvolvendo-se vários tipos de rum agrícola, vinho de mesa, compotas, licores, produtos láteos e da panificação e confeitaria”.

Um setor agrícola renovado e orientado pode gerar e aproveitar complementaridades de rendimento, estabelecendo importantes sinergias com a EDL 2023/2027/Intervenção F3 LEADER, desde logo, no campo das *necessidades* de “criação de maior dinâmica empresarial em meio rural, nomeadamente nos setores com maior potencial de procura (turismo e serviços)”.

As sinergias com o setor primário devem ser enquadradas, igualmente, ao nível do contributo que a implementação do Plano de Ação da EDL pode proporcionar à valorização das produções regionais, ao trabalho dos produtores e à adoção de práticas sustentáveis de uso dos recursos (solo, água, biodiversidade, ...).

A este propósito, tenha-se presente a capacidade e aptidão dos agricultores para assegurar importantes serviços ecos sistémicos conforme destacadas na *Monografia Agrodiversidade – Variedades regionais da Madeira* (ISOplexis/ACOESTE, 2021):

- manutenção de conhecimento e práticas tradicionais, mesmo em contexto de modernização e inovação da atividade que terão de ser operadas no setor para fazer face aos novos desafios;
- manutenção da agrodiversidade local incluindo, sobretudo, as variedades tradicionais e os agro-sistemas típicos;
- recuperação e utilização de práticas e técnicas de agroecologia e agricultura de conservação;

- atribuição de um custo justo aos produtos agrícolas que gratifique o trabalho e as funções dos agricultores;
- inovação que permita a diferenciação e valorização das variedades dos produtos agrícolas locais.

A outro nível, o Documento Necessidades e intervenções do PEPAC Madeira refere a possibilidade de apoiar/estimular operações de deslocalização a partir do Funchal de empresas de maior dimensão em setores com maior potencial de procura e poder de dominação do mercado⁴.

Também a este propósito a EREI Madeira 2030, refere o “grande potencial da RAM para valorizar outros produtos, aproveitando a oportunidade criada pelo potencial turístico e a consciência crescente em torno de uma alimentação saudável e segura.”

Em idêntico sentido, importa referenciar a *necessidade* identificada pelo PEPAC Madeira “*Incentivar a bioeconomia e economia circular*”, com intervenções na esfera da transformação e comercialização de produtos agrícolas e silvícolas e da produção e utilização de energias renováveis e na circularidade da economia. Estas intervenções podem ser encaradas na ótica da criação e atividades de pequenas e microempresas em meio rural, contribuindo para o desenvolvimento local e a criação de emprego nos concelhos da Zona de Intervenção.

4.7 Coerência com as orientações estratégicas europeias e regionais

Neste Ponto são abordados elementos de complementaridade e sinergias com as estratégias europeias e regionais relevantes. Conteúdos mais específicos de articulação foram, igualmente, tratados nos pontos apropriados, caso das referências às abordagens multifundos e ao PEPAC.

4.7.1 Contextualização e Alinhamento com as políticas europeias

↳ *Agenda territorial 2030 da União Europeia*

Esta agenda reveste uma relativa centralidade no desenho das prioridades da política de coesão para 2030, sendo de salientar:

- (i) Os **Desafios** em matéria de desenvolvimento sustentável “altamente relevantes para o desenvolvimento local e regional e para as condições de vida” e implicando a

⁴ MOE7N6 - Criação de maior dinâmica empresarial em meio rural, nomeadamente nos sectores com maior potencial de procura (turismo e serviços): Maior dinâmica empresarial em meio rural, incluindo a criação de empresas de maior dimensão (eventualmente com deslocalização a partir do Funchal), nomeadamente nos sectores com maior potencial de procura (turismo e serviços).

necessidade de respostas às alterações climáticas, à resiliência dos territórios e às transições sustentáveis. Daí decorrem *necessidades de ação* traduzidas em medidas de atenuação e de adaptação no domínio das alterações climáticas que podem “proporcionar **novas oportunidades de desenvolvimento para os territórios**” que podem abranger a agricultura, a bioeconomia, as economias verde, azul e circular e a produção de energia renovável. De acordo com a Agenda territorial, “a utilização sustentável e eficaz dos recursos deve beneficiar as comunidades locais e promover oportunidades para as empresas locais”.

- (ii) As **Prioridades Territoriais** têm como “leit motiv” garantir um futuro sustentável para os territórios e as pessoas com base em todos os instrumentos da política de coesão da União Europeia, da política de desenvolvimento rural, dos programas de cooperação territorial ou de desenvolvimento local integrado.

Entre as Prioridades enunciadas pela Agenda Territorial 2030 para desenvolver o território europeu, destacam-se as relativas à que agregam “contribuições da dimensão territorial e do ordenamento do território para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, a Convenção sobre a Diversidade Biológica, o Pacto Ecológico Europeu, a Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030, a Convenção Europeia da Paisagem e a Estratégia da UE para as Florestas.

A utilização sustentável dos recursos naturais, em conciliação/combinacão com o desenvolvimento económico, está muito presente na Agenda desafiando, com referido acima, a política de coesão da UE, de desenvolvimento rural e de desenvolvimento territorial/local integrado.

Assim, na vertente de Economia circular, a Agenda refere explicitamente o apoio ao desenvolvimento de estratégias de economia circular regionais e locais que deverão ter por base a utilização dos recursos locais e a “capacidade de inovar”, associando os processos de transição energética e económica para uma “economia circular de base local”, em linha com as estratégias de especialização inteligente.

Enquanto expressão de articulação potencial (desafiante) com a Estratégia Local de Desenvolvimento (EDL), cita-se o parágrafo 58 da Agenda Territorial 2030:

“(58) Os produtos locais, os mercados, os ambientes empresariais, a formação, o empreendedorismo, uma maior autossuficiência e comunidades sólidas são importantes para criar economias locais resilientes e benefícios para o ambiente. As economias locais diversificadas ajudam a reduzir a vulnerabilidade associada às forças externas, coadjuvando ao mesmo tempo os processos de transição energética e económica. Incentivamos o reforço das capacidades de

inovação em todas as regiões, incluindo as estratégias locais para a transição energética e as medidas nos setores da construção, dos transportes e da bioeconomia”.

Finalmente, no campo das Prioridades, a Agenda aborda a Conetividade digital e física sustentável dos territórios no entendimento de que “a transição para uma sociedade digital sustentável pode apoiar os desenvolvimentos descentralizados e sustentáveis”. Em concreto, é referido o primado do acesso aos serviços de interesse geral que afetam a qualidade de vida e a competitividade dos territórios.

↳ **Visão para as Zonas Rurais**

O *Pacto Rural e Plano de Ação para Zonas Rurais* (junho de 2021), de iniciativa da Comissão Europeia, cria oportunidades para novo impulso para o desenvolvimento dos territórios rurais ao identificar quatro ideias-chave/domínios de ação para os mesmos:

- *Mais fortes* – objetivo centrado no “empowerment” das comunidades rurais, no acesso a serviços e na dinamização da inovação social;
- *Ligadas* - objetivo orientado para a melhoria de conectividade, tanto em termos de transportes como de acesso digital;
- *Resilientes* - objetivo visando a conservação dos recursos naturais e uma agricultura ecológica, para contrariar as alterações climáticas e favorecer a resiliência social, mediante a oferta de cursos de formação e de diversas oportunidades de emprego de qualidade;
- *Prósperas* - objetivo norteado pela diversificação das atividades económicas e pela melhoria do valor acrescentado da agricultura, das atividades agroalimentares e do agroturismo.

A releitura e apropriação destes domínios de ação na ótica dos interesses dos territórios rurais da Madeira, deverá contribuir para responder à complexidade das mudanças sociais em curso nas quais convergem desafios e oportunidades, assim enunciadas no *Pacto Rural*:

- incertezas associadas às alterações climáticas que anunciam impactos nos territórios rurais (sobretudo a reconversão das produções como as conhecemos atualmente, e novos padrões de povoamento);
- novos modos de organização de recursos, de atividades, de relação entre pessoas/organizações/territórios; e
- formatos inovadores de construção e (re)composição de cadeias de valor de produções e serviços.

A Comunicação da Comissão Europeia de maio de 2022 “Dar prioridade às pessoas, garantir o crescimento sustentável e inclusivo, realizar o potencial das regiões ultraperiféricas da União Europeia”, recomenda no âmbito desta visão a longo prazo para as zonas rurais, que se analise a **agricultura das regiões ultraperiféricas** no âmbito do Observatório Rural da UE e da plataforma de revitalização rural, partilhando conhecimentos na rede da PAC da UE e explorando oportunidades de cooperação.

Não obstante o ciclo curto da EDL (2023-2027), importa que os Objetivos Estratégicos e Específicos sejam inspirados por este conjunto de desafios e oportunidades enunciados pelo *Pacto Rural*, nomeadamente ao nível da divulgação das mensagens da EDL e das respetivas Medidas de molde a estimular uma procura qualificada de apoios para projetos com componentes de investimento que deem expressão a esses desafios e oportunidades.

4. 7.2 Alinhamento com as políticas regionais

A perspetiva do PDES Madeira 2030 em matéria de desenvolvimento rural

Na entrada relativa ao **Desenvolvimento Rural** o PDES Madeira 2030 reconhece que as intervenções financiadas pelo FEADER, no enquadramento do PRODERAM 2020, têm desempenhado um relevante papel na promoção do desenvolvimento rural-local ao nível dos territórios rurais das zonas de intervenção das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL), com implicações em matéria de coesão interna (sustentabilidade de limiares de povoamento e de atividade e ocupação dos ativos nos territórios).

As Casas do Povo têm constituído polos dinamizadores importantes destes apoios estando na base da organização das entidades gestoras (Grupos de Ação Local) e podem aperfeiçoar o seu papel na animação socioeconómica para um desenvolvimento mais harmonioso dos territórios rurais.

Os *itens* seguintes constituem exemplos de intervenções que têm sido apoiadas no enquadramento das EDL da RAM e que o PDES Madeira 2030 valoriza pela positiva por abrangerem projetos que se enquadram na coesão interna regional, com componentes de desenvolvimento socioeconómico territorial, respondendo a uma matriz heterogénea de objetivos que deve ser explorada na EDL do GAL da ADAMA para o período 2023-2027:

- Valorização de produtos frutícolas com expressão agro-rural abrangendo componentes de transformação (com aproveitamentos e fabrico de produtos derivados, doçaria, ...) e de comercialização (castanha, maçã, cereja, ginja, frutos subtropicais, ...).
- Recuperação e restauro de património de matriz religiosa que integra parte das identidades das populações em diversas freguesias incluindo a criação de Roteiros turísticos culturais locais que podem contribuir para robustecer a participação dos territórios rurais em produtos turísticos do Destino Madeira.
- Apoio a idosos integrando componentes de melhoria de equipamentos, alargamento de valências e de ajudas técnicas, recurso a voluntariado de proximidade complementando intervenções dos serviços de Segurança Social e também estimulando lógicas de envelhecimento ativo; trata-se de projetos com uma matriz de intervenção social, de iniciativa de juntas de freguesia, em áreas com forte presença de situações de pobreza e exclusão social;
- Iniciativas na esfera da integração da gastronomia madeirense no produto turístico regional (eventos gastronómicos e projetos de investimento de alojamento em espaço rural que integram componentes de Restauração que se comprometem com a divulgação de identidades gastronómicas (produtos da terra e do mar);
- Recuperação de edifícios e casas tradicionais em quintas com património rural para instalar unidades turísticas, contribuindo para fomentar o alojamento em freguesias rurais mais afastadas dos centros urbanos onde predominam ofertas mais clássicas;
- Preservação do património cultural rural abrangendo operações que visam recuperar práticas de plantio de espécies autóctones, história e tradição da criação artesanal de peças em vime, valorização do produto vinícola, etc.;
- Desenvolvimento de projetos no domínio formativo-educativo ligados a medidas de combate à exclusão social, à promoção do sucesso educativo e à integração social de crianças em frequências pré-escolar e de 1º ciclo, à formação em regime laboral e pós-laboral e também ao acesso a formações não formais;
- Desenvolvimento de serviços de atividades náuticas, numa ótica de resposta a novas procura (mergulho, passeios marítimos, ...) contribuindo para atenuar a sazonalidade da oferta turística em vários concelhos da Madeira e no Porto Santo (adaptado do PDES Madeira 2030, IDR/Governo Regional, 2020).

Na abordagem da vertente estratégica, o PDES Madeira 2030 considera que a **Agricultura e o Desenvolvimento Rural** deverão beneficiar, no quadro da reforma da Política Agrícola Comum para o período 2021-2027, de um conjunto de condições e derrogações específicas que podem mostrar-se favoráveis às necessidades das regiões ultraperiféricas e devem fazer parte dos Planos estratégicos nacionais (PEPAC).

Nesse enquadramento, o desenvolvimento do setor deverá contemplar o apoio a intervenções orientadas para o aumento da competitividade das produções locais tradicionais, o reforço da melhoria do ambiente e da paisagem, num quadro agrícola multifuncional e num espaço rural de qualidade, capacitado para promover e sustentar o desenvolvimento económico e social das zonas rurais.

A preservação do património paisagístico, dos recursos naturais e da qualidade ambiental são elementos essenciais para o equilíbrio ecológico e social da Região e enquanto importante atributo da oferta turística. A agricultura regional deve corresponder também às exigências em termos de procura de produtos certificados genuinamente regionais e promover a oferta de serviços e produtos complementares à oferta turística.

A prossecução destes objetivos pressupõe o reforço de um conjunto de políticas públicas que prolongam o padrão de intervenção que tem sido seguido nos últimos anos algumas das quais podem interagir positivamente com a EDL do GAL da ADRAMA, no enquadramento do PEPAC Madeira, designadamente em dimensões que, a concretizarem-se, robustecem as sinergias de iniciativa de projeto de atuais e novos promotores de investimento nos concelhos da Zona de Intervenção:

- criar um Centro tecnológico que apoie o desenvolvimento de novos produtos e de processos produtivos inovadores;
- potenciar a utilização das estruturas de I&D regionais na ótica da modernização das explorações e das empresas do setor agrotransformador;
- apoiar a incorporação de resultados da investigação relativa ao desenvolvimento de produtos e ao lançamento de mercado;
- reforçar a capacidade formativa de ativos no setor agrícola;
- reforçar os mecanismos de gestão de riscos naturais e outros;
- melhorar a prestação de serviços de apoio técnico agronómico especializado aos agricultores, através de novas tecnologias digitais, para uma agricultura de precisão;

- promover a utilização mais eficiente dos recursos hídricos disponíveis (capacidade de armazenamento de água para rega, métodos de irrigação, introdução de técnicas ...);
- criar estruturas que possibilitem a adoção de medidas preventivas que evitem a entrada na Região de doenças e pragas que possam afetar a produção regional;
- corresponder às novas exigências de um segmento de procura que valoriza alimentos genuínos, locais (menor “pegada” de carbono) e saudáveis;
- aprofundar a capacidade de transformação das produções tradicionais e alargar as cadeias de valor através da racionalização dos circuitos de comercialização, da integração de produções e da prestação de serviços complementares;
- revitalizar as atividades primárias de matriz agro-rural, com funções de preservação da paisagem natural e de suporte ao rendimento dos pequenos produtores e família, importante pilar de suporte para as economias locais;
- reforçar a posição dos produtores nas cadeias de comercialização regionais, abrangendo a organização de mercados de proximidade e a criação de condições favorecedoras de circuitos curtos de comercialização;
- apoiar a conservação do património e o desenvolvimento de atividades económicas complementares à agricultura.

Ainda na ótica das políticas regionais de Desenvolvimento Regional e Agricultura e Desenvolvimento Rural, importa destacar a elementos de **identidade e articulação potencial da EDL com estratégias produtivas setoriais** da SRA, nomeadamente o Plano Estratégico para a Anona da Madeira, o Plano Estratégico para o Maracujá da Madeira, e o Plano Estratégico para a Cultura do Tabaibo.

Abordagem do desenvolvimento territorial na perspetiva do PROTRAM

O Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Autónoma da Madeira, vigente para o decénio 2020-2030, definiu um modelo territorial global para a RAM que evidencia um conjunto de ideias-chaves estruturantes para o desenvolvimento da RAM:

- A posição geopolítica e geoestratégica da RAM na região da Macaronésia e no contexto europeu, dentro do qual se salienta a posição de Portugal na bacia do Atlântico como maior estado costeiro da União Europeia;
- Os principais centros da diáspora madeirense, dada a importância dos laços económicos e sociais com esses locais para o modelo socioeconómico da Região, agravados pelas

perturbações introduzidas pelo BREXIT, pela instabilidade política, social e económica da Venezuela e, mais pontual e menos acentuadamente, da África do Sul;

- A sustentabilidade do modelo turístico através da diversificação da sua procura de excelência, a progressiva integração de elementos de maior sustentabilidade e inovação nos seus produtos e gestão empresarial, e a crescente articulação com os recursos da RAM;
- A aposta na economia do mar (recursos e tecnologia) como fator de coesão regional serviços dos ecossistemas, garantindo a salvaguarda do património natural e cultural do oceano;
- As condições de conectividade da RAM quer em termos de transportes, quer em termos de telecomunicações, dada a sua relevância para a atração de turistas por um lado e, por outro, de talentos, investidores e serviços intensivos em conhecimento (processo em que a Universidade da Madeira tem um papel fulcral);
- A relevância do porto franco e do offshore da Madeira (apesar das ameaças que pairam sobre estas zonas) dada a influência que as mesmas continuam a ter no PIB da RAM (mesmo em declínio);
- O papel da ilha de Porto Santo na coerência do modelo global territorial da RAM, pelo papel complementar do aeroporto em termos de acessibilidade à Região, e pelo potencial de imagem e de demonstração de sustentabilidade que a ilha pode assumir no modelo global da região.

O enquadramento destas ideias-chave no desenho estratégico dos instrumentos de intervenção para o desenvolvimento local permitirá aportar maior coerência e eficácia às medidas e ações propostas, enquadrando-as no campo de oportunidades e riscos estratégicos regionais.

Orientação estratégica e Lógica de intervenção PE-PAC (Madeira)

A versão do PEPAC 2023-2027, na secção F3-LEADER (Região Autónoma da Madeira) apresenta os seguintes Objetivos Específicos (OE) da PAC recomendados para a Medida LEADER:

- OE 7 -Atrair e apoiar os jovens agricultores e outros novos agricultores e facilitar o desenvolvimento sustentável das empresas nas zonas rurais
- OE 8 -Promover o emprego, o crescimento, a igualdade de género, nomeadamente a participação das mulheres no setor da agricultura, a inclusão social e o desenvolvimento local nas zonas rurais, incluindo a bioeconomia circular e uma silvicultura sustentável
- Objetivo transversal- Modernização do setor através da promoção e da partilha de conhecimentos, da inovação e da digitalização na agricultura e nas zonas rurais, e incentivo à sua aceitação.

Paralelamente, são identificadas as necessidades a abordar pela intervenção:

Código	Descrição
MOE7N6	Maior dinâmica empresarial em meio rural
MOE7N7	Reforço dos serviços públicos e comunicações em meio rural
MOE7N8	MOE7N8 Financiamento dos pequenos investimentos em meio rural
MOE8N2	Desenvolvimento da economia, do emprego e do rendimento dos habitantes a nível local
MOTN7	Maior digitalização das zonas rurais
PTOE8N1	Promover abordagens de desenvolvimento local integrado
PTOTN2	Promover a cooperação para a inovação entre o sistema I&DT e o setor

Programa Regional Madeira 2030

O Programa Regional Madeira 2030 aprovado dezembro de 2022 pela Comissão Europeia acomoda prioridades de intervenção com interesse para os agentes dos territórios rurais, no enquadramento dos Objetivos de Política da Coesão e com destaque para diversos Objetivos Específicos (OE) da Inovação e Competitividade, da Transição Climática e Energética e das Qualificações e Emprego.

Na ótica das sinergias e complementaridades com a promoção do desenvolvimento local e do emprego, salienta-se o OE 1.3. *Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME, bem como a criação de emprego nas PME, inclusive através de investimentos produtivos.* Áreas de intervenção prioritárias identificadas:

- i) incorporação de tecnologia e conhecimento nas cadeias de produção e aumento da capacidade produtiva com orientação para mercados externos;
- ii) investimentos de base territorial que valorizem os recursos endógenos e estimulem o empreendedorismo;
- iii) incorporação de fatores imateriais de competitividade para a qualificação e internacionalização de PME com iniciativas coletivas de carácter imaterial para aumento da qualidade, da capacidade de organização e da gestão das empresas;
- iv) infraestruturas de base não tecnológica de suporte à competitividade, de incubação e acolhimento empresarial de nova geração.

O Programa Regional Madeira 2030 não consagrou a perspetiva multifundos, uma opção que implica um esforço adicional da parte da gestão da EDL e dos promotores de projetos da Zona de Intervenção no sentido de encontrarem autonomamente complementaridades de financiamento em Tipologias de Operação FEDER e FSE+ dos Objetivos Específicos 2 e 4, para projetos e ações de valorização dos recursos endógenos e de qualificação profissional de ativos.

5. Plano Financeiro da EDL

📌 Plano Financeiro, por Intervenções F e fontes de financiamento (€)

F3 – Intervenção LEADER	FEADER	ORAM	Despesa Pública
F3.1 Tipologias de apoio mobilizadas pelo LEADER	2.888.911,98	509.808,00	3.398.719,98
F3.1.1 Apoio às PME's e microempresas em meio rural	948.208,31	167.330,88	1.115.539,19
3.1.1.1 Diversificação de atividades não agrícolas	246.925,34	43.575,06	290.500,40
3.1.1.2 Criação e apoio a atividades turísticas	364.818,97	64.379,82	429.198,79
3.1.1.3 Criação e desenvolvimento de PME's em meio rural	336.464,00	59.376,00	395.840,00
F3.1.2 Apoio aos serviços básicos para população rural	887.138,87	159.553,92	1.043.692,79
3.1.2.1 Serviços de apoio social, associativo e de ocupação de tempos livres	269.532,45	47.564,55 €	317.097,00
3.1.2.2 Valorização do património rural	247.180,51	43.620,09 €	290.800,60
3.1.2.3 Conservação do património e pequenas infraestruturas de utilização coletiva	293.500,91	51.794,28 €	345.295,19
3.1.2.4 Digitalização das comunidades rurais	76.925,00 €	13.575,00 €	90.500,00
F3.1.3 Apoio à produção e utilização de energias renováveis, bioeconomia e circularidade	395.086,80	69.7212,20	464.808,00
3.1.3.1 Produção de energias renováveis	197.543,40	34.860,60	232.404,00
3.1.3.2 Criação de unidades de recolha, reciclagem e aproveitamento de materiais agrorurais	197.543,40	34.860,60	232.404,00
F3.1.4 Cooperação para o desenvolvimento local	329.239,00	58.101,00	387.340,00
3.1.4.1 Criação de circuitos curtos de comercialização/Apoio a mercados locais	164.619,50	29.050,50	193.670,00
3.1.4.2 Fomento de serviços turísticos em meio rural	164.619,50	29.050,50	193.670,00
F3.1.5 Formação e informação de agentes de desenvolvimento local	329.239,00	58.101,00	387.340,00
3.1.5.1 Ações de formação para o desenvolvimento local	164.619,50	29.050,50	193.670,00
3.1.5.2 Informação e sensibilização para o desenvolvimento rural-local	164.619,50	29.050,50	193.670,00
F3.1.6 Cooperação interterritorial e transnacional	209.808,00	37.024,94	246.832,94
3.1.6.1 Cooperação interterritorial	104.904,00	18.512,47	123.416,47
3.1.6.2 Cooperação transnacional	104.904,00	18.512,47	123.416,47
F3.2 Funcionamento e Animação	1.032.906,66	182.277,65	1.215.184,30
Total (€)	4.131.626,63	729.110,59	4.860.737,21

6. Dispositivos de Gestão e Acompanhamento da Execução da EDL

a) Dispositivos de participação dos parceiros na execução da EDL

A participação das comunidades locais afigura-se crucial para prosseguir os objetivos da EDL 2023-2027e para a sua própria implementação. Na 1ª etapa (processo de elaboração do Diagnóstico e Estratégia) as entidades parceiras da ADRAMA e as entidades beneficiárias foram envolvida e sê-lo-ão até ao final da execução, com relevo para os momentos de avaliação formal.

O modelo de participação e envolvimento das comunidades locais da Zona de intervenção é baseado no reforço do poder dos atores do território, através do incentivo à participação em espaços privilegiados de decisão coletiva.

Assim, na 1ª fase dos trabalhos foram efetuadas as seguintes iniciativas de auscultação dos atores locais da Zona de intervenção:

- Reuniões de trabalho com as entidades parceiras do GAL nos concelhos da ZI;
- Aplicação online do Inquérito aos Parceiros do GAL e aos Beneficiários da EDL 2014-2020;
- Apresentação preliminar de balanço dos trabalhos, Visão, Desafios e Linhas estruturantes da EDL ao Conselho de Parceiros da ADRAMA.

No âmbito da constituição da parceria que suporta o GAL da ADRAMA, o envolvimento da parceria expressa-se através de:

- Reuniões de trabalho e definição da EDL, através da disponibilização de elementos de caracterização do território, e propostas de ideias e ações que contribuam para uma visão de desenvolvimento integrado;
- Apreciação da Estratégia de Desenvolvimento Local;
- Divulgação da EDL 2023-2027 à comunidade, através de eventos específicos para o efeito abertos à comunidade; redes sociais, internet e e-mail, e, sempre que possível, com organização da divulgação em eventos de elevada concentração da comunidade (feiras e festividades locais).

b) Organização do GAL - atividades de animação e de acompanhamento da EDL

O GAL ADRAMA dispõe de procedimentos transparentes e de recursos humanos qualificados, experientes e motivados para assegurar a gestão e controlo da Estratégia. Sempre que se mostre necessário, haverá recurso à contratação de serviços em áreas específicas, p. ex., no desenvolvimento de projetos e candidaturas.

Em Manual de Procedimentos próprio, o GAL da ADRAMA e a parceria dispõem de normativas estabilizadas em termos de processo de decisão e seleção de pedidos de apoio, estando assegurada a formalização escrita de todas as decisões e os procedimentos destinados a evitar eventuais conflitos de interesse, bem como disposições relativas à avaliação, que foram concebidas no sentido de fornecerem informações objetivas e fundamentadas à gestão da parceria local.

Os procedimentos regulares de controlo e de avaliação periódica da implementação da EDL foram pensados de forma a constituir um instrumento de ajuste da Estratégia aos condicionalismos de execução, alterando o que precisa de ser alterado (revisão e atualização da Estratégia e reprogramação financeira).

As metas mensuráveis - indicadores de resultado e realização - atribuídas às intervenções demonstram a configuração realista, mas também procuram proporcionar flexibilidade adequada a uma gestão bem-sucedida da Estratégia.

O GAL ADRAMA, conforme o Acordo de Parceria Territorial e o Regulamento Interno, estipula o acompanhamento e execução da EDL, através da realização de reuniões ordinárias trimestrais, para apresentação e discussão da trajetória de execução da Estratégia, com base nos dados recolhidos através dos instrumentos de monitorização.

Em termos das atividades de animação, o GAL ADRAMA terá a colaboração dos associados, de forma a garantir e a abranger todos os sectores e beneficiários, com destaque para os municípios, juntas de freguesia, casas do povo, que contribuirão igualmente para a dinamização da EDL 2023-2027 na Zona de intervenção.

De acordo com o referido anteriormente, a apresentação da EDL à comunidade será comunicada através de sessões públicas de informação e esclarecimento sobre as Medidas e Ações específicas a apoiar.

Associado à publicação dos Avisos serão, igualmente, proporcionadas ações de informação sobre os apoios a concurso, formas de apresentação e elaboração de candidaturas, pedidos de pagamento, etc.

O Órgão de Gestão, representativo das entidades parceiras que integram o GAL da ADRAMA, procurará garantir que o processo de decisão seja simplificado, transparente e eficiente, através das seguintes atuações:

- Motivação dos agentes locais, no sentido de desenvolverem e executarem operações, fomentando a sua capacidade de gestão de projetos, organizando sessões de informação e sensibilização, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento de projetos, em articulação entre a Equipa Técnica Local e as entidades parceiras;
- Definição de procedimentos não discriminatórios e transparentes, com critérios objetivos para a seleção das operações.

Na divulgação, serão efetuadas sessões de esclarecimentos, em todos os concelhos, com a colaboração dos associados e outras entidades relevantes, desde logo, por ocasião do lançamento dos concursos; mas também na sequência da aprovação das operações e com a outorga dos respetivos termos de aceitação.

A monitorização dos objetivos, indicadores de realização e resultados será realizada periodicamente, através dos canais de comunicação próprios, de relatórios de Monitorização dos projetos aprovados, bem como dos projetos de cooperação e animação realizados.

O GAL ADRAMA procurará promover a Zona de intervenção, em todas as suas vertentes económicas e sociais, através da presença e realização de eventos regionais, nacionais e internacionais, quer de iniciativa própria individual em cooperação com outros GAL e entidades parceiras, de forma a intensificar a promoção concertada do território.

As atividades de cooperação, com o objetivo de promover o território, terão como principais temas a inovação, o empreendedorismo, o turismo, a inclusão social e o património cultural e natural.

c) Dispositivos técnico-administrativos para análise e seleção dos projetos

Os procedimentos, regras e circuito de decisão sobre a seleção de projetos observam o princípio de transparência e de não discriminação, assim como a garantia de evitar o risco de conflito de interesses, conforme Manual de Procedimentos do GAL da ADRAMA.

No final de cada ano é realizado um levantamento da dotação financeira disponível em EDL para o ano seguinte e programadas as datas previstas de abertura de candidaturas, sendo a divulgação dos Avisos feita com uma semana de antecedência, através do *website* da ADRAMA, por correio eletrónico e por publicação de anúncio em jornal local.

Os Pedidos de Apoio são analisados por ordem de entrada e hierarquizados pela pontuação final obtida no cálculo da Valia Global da Operação, sendo que os que obtiverem valia igual ou superior a 50% seguem automaticamente o processo de decisão do Conselho de Parceiros, enquanto os que obtiverem valia inferior são alvo de audiência prévia ao beneficiário.

Após a verificação da elegibilidade do beneficiário e da operação, o Pedido de Apoio é analisado respeitando os regulamentos de aplicação, as orientações definidas pelo órgão de gestão em Manual interno e respetivos parâmetros de análise. Não havendo restrições orçamentais na Ação/Medida onde se enquadra o Pedido de Apoio, este é apresentado ao Conselho de Parceiros que emite um parecer consultivo, não vinculativo de decisão, de acordo com as orientações definidas no Regulamento Interno.

Em termos regulamentares e de práticas a implementar, será aplicado um conjunto de **procedimentos de seleção não-discriminatórios e transparentes** e critérios objetivos para a seleção das operações, que evitem conflitos de interesse, os quais se encontram definidos no Regulamento Interno do GAL. Entre outros aspetos, estes procedimentos obrigam a que os parceiros declarem os seus interesses nos projetos, não devendo participar nas decisões que lhes respeitem; para tal, é entregue uma declaração de conflito de interesses, assinada pelo próprio, a informar que em virtude do cargo que ocupa no Órgão de Gestão, se encontra condicionado por real, aparente ou potencial conflito de interesses, abstendo-se de qualquer discussão, avaliação ou decisão da respetiva operação..

Para assegurar condições de equidade e transparência no apoio aos projetos será privilegiado o lançamento de concursos públicos, garantindo o maior nível de previsibilidade possível, e reforçado

o princípio da divulgação e publicitação utilizando os diferentes meios de comunicação e transmissão de informação.

A seleção dos projetos será feita tendo por base critérios objetivos e mensuráveis, previamente definidos e publicados aquando do lançamento dos Avisos de concurso, e que valorizem o mérito relativo das operações e dos resultados que se pretende alcançar. As decisões sobre a aprovação dos projetos serão tomadas pelos membros do Órgão de Gestão - colegialidade das decisões -, com base no parecer técnico da ETL e no parecer consultivo do Conselho de Parceiros.

A nível interno será identificada a sequência dos procedimentos e as pessoas envolvidas em cada fase de modo a garantir uma separação adequada das responsabilidades entre os diferentes elementos da ETL. Paralelamente, no âmbito do protocolo a estabelecer entre a AG Regional PEPAC e o GAL da ADRAMA deverão estar contemplados os diversos procedimentos.

d) Ações e instrumentos para acompanhamento da EDL - monitorização dos projetos

As metodologias de acompanhamento e monitorização da execução da EDL e dos seus projetos, passarão, de forma global, pela coordenação permanente e sistemática das ações implementadas, para possibilitar o diagnóstico, análise e avaliação dos resultados. Esta incorporação/combinção de procedimentos regulares de controlo, conjugada com a avaliação periódica da Estratégia [cf. alínea e)] tem por objetivo, não apenas cumprir as obrigações do Programa, mas constituir-se como um instrumento de aprendizagem sobre o que funciona e o que não funciona, e de ajuste da Estratégia aos condicionalismos de evolução.

Pela experiência da ADRAMA na implementação de programas e iniciativas no território, os mecanismos e instrumentos de comprovação permanente dos resultados obtidos e o seu confronto com os objetivos previstos, tem-se revelado fundamentais para a corrigir desvios e reforçar condições de sucesso. Desta forma, a Estratégia será mais realista e concretizável, na medida em que exigiu um esforço de mensurar e quantificar, mas também mais sólida e flexível.

No sentido de garantir uma boa *governance*, será potenciada a experiência e os conhecimentos técnicos dos diferentes parceiros e, sempre que se justificar, serão alocados recursos (humanos, técnicos e financeiros) que permitam obter massa crítica potenciadora de conhecimentos e de saberes-fazer orientada para a disseminação e transferência de resultados inovadores. O funcionamento em rede, será de especial utilidade ainda que as competências de governação

estejam entregues a diferentes órgãos de governação que devem articular a sua ação entre si em redes específicas, potenciadoras da partilha e divulgação de boas práticas.

No que diz respeito aos mecanismos a operacionalizar na recolha e tratamento de dados de desempenho e financeiros, que permitam a monitorização da execução da EDL, serão adotadas as orientações do dispositivo integrado que vier a ser criado entre o IFAP, o PEPAC e os GAL, que deverá permitir acompanhar em permanência o desempenho da EDL e do Programa; esse repositório de dados, deverá estar ajustado para fornecer informação atualizada aos parceiros e à Autoridade de Gestão em tempo real. A combinação de metas mensuráveis para os resultados ou realizações com as disposições específicas relativas à avaliação permite, por sua vez, desenvolver estratégias mais concretas e realistas, e também mais sólidas e flexíveis.

e) Modalidades e instrumentos para a avaliação interna da EDL

A avaliação apresenta-se como uma dimensão estratégica da implementação dinâmica e evolutiva da EDL, na missão de assegurar o rigor e qualidade dos processos no seio do GAL e, externamente, a credibilidade do Programa. Para além destes contributos gerais, destacamos um papel de ferramenta de animação, acompanhamento e essencialmente de aprendizagem, pelo que deve envolver todos os elementos do GAL: para maximizar a utilização dos conhecimentos dos elementos do GAL e para maximizar a capacidade de influenciar os comportamentos dos intervenientes e a sua eventual modificação.

Partindo das lições da experiência anterior, será dinamizada uma abordagem participativa da avaliação, segundo um modelo que pressupõe a adoção de **mecanismos de acompanhamento e regulação permanentes**, no sentido de introduzir as correções e ajustamentos necessários, assegurar a pertinência e a coerência da EDL e melhorar a qualidade e eficácia da sua implementação no território - **empowerment e autorregulação**.

Em termos operacionais, a avaliação da EDL será desenvolvida a partir de duas modalidades de intervenção:

- ✓ **Autoavaliação** - entendida pelo GAL como um contributo para a qualidade da produção de respostas adequadas aos objetivos estratégicos delineados, bem como para sistematizar informação e registar conclusões dos debates para o efeito. Será definido um modelo orientador do processo de autoavaliação que estimulará o acompanhamento permanente da execução da EDL e induzirá a uma análise crítica e sistemática sobre a execução do programa, a progressão dos objetivos estratégicos e específicos, a análise

dos processos de tomada de decisão e de planeamento e os resultados da implementação da EDL no território. Para garantir a operacionalidade do modelo, o GAL vai dotar-se de um conjunto de instrumentos necessários à recolha de informação a aplicar regularmente.

- ✓ **Avaliação Intercalar:** o principal objetivo consiste na identificação clara de problemas e soluções de implementação. Paralelamente, trata-se de verificar de que forma as Medidas/Ações concebidas são capazes de alcançar os objetivos identificados e eventualmente reestruturar parte da operação. A dimensão da avaliação é essencial para maximizar a capacidade do exercício para influenciar o comportamento e envolvimento do GAL nas atividades de monitorização da implementação da operação no território. O feedback do grupo e a discussão com os parceiros na avaliação é uma técnica eficaz para alcançar este objetivo.
- ✓ **Avaliação contínua:** a decorrer durante a fase de implementação para fornecer informações da mesma e ponderar resultados, a partir das dinâmicas de execução física e financeira, tendo sempre presente a importância de manter a coerência e pertinência da ELD. A importância desta fase de avaliação prende-se com a utilidade de disponibilizar informação também à Autoridade de Gestão.
- ✓ **Avaliação Final (externa)-** centrada na avaliação de implementação da ELD, demonstrando os efeitos e impactos verificados e os contributos para as mudanças preconizadas nos objetivos estratégicos. Em última instância tem por objetivo verificar de que forma o Programa contribuiu para o desenvolvimento local. Nesse âmbito, deverá ser efetuada a análise do impacto e dos resultados do conjunto específico de operações realizados na implementação da EDL no território.

Esta avaliação será realizada por uma entidade externa e independente, mas amplamente participada pelos elementos do GAL, pelos beneficiários e agentes que direta e indiretamente estejam envolvidos na execução das operações.

f) Ações e meios para publicitar a EDL e difundir os seus resultados

As ações de Informação, Comunicação e Publicitação serão efetuadas por diversos meios:

- Internet, através do *site* da ADRAMA e *sites* e *newsletters* dos parceiros do GAL;
- Página do *Facebook* - publicação de notícias, informações diversas, e de forma simplificada para abranger o maior número de população possível;
- Promoção e realização de sessões públicas, em todos os concelhos;

- Difusão das mensagens da Estratégia e das Medidas e Ações através de jornais regionais, rádios locais, abrangendo outra parte da população menos familiarizada com as TIC.

Nestas atividades, pretende-se, igualmente, ampliar o envolvimento da parceria.

g) Áreas de formação para os técnicos do Secretariado do GAL

A capacitação de recursos é indispensável para uma implementação bem-sucedida da EDL do GAL da ADRAMA e reveste duas áreas de formação de competências de natureza complementar na ótica da eficácia e dos resultados:

- (i) *Ações de Formação para a Equipa Técnica Local*, abrangendo formação específica de qualificação dos elementos da Equipa Técnica e ações formativas e informativas a desenvolver pela Autoridade de Gestão do PEPAC, IFAP e Federação Minha Terra.
- (ii) *Ações de formação e capacitação para os parceiros locais* tendo em vista o reforço da respetiva capacidade para desenvolver dimensões mais técnicas na execução das operações apoiadas, fomentando a capacidade de gestão de projetos, através da promoção de sessões de informação e sensibilização, do acompanhamento e apoio ao desenvolvimento de projetos, em articulação entre a Equipa Técnica Local e as entidades parceiras.

As atividades de funcionamento e animação deverão comportar também iniciativas de formação e qualificação dos quadros técnicos das entidades e parceiros, a desenvolver em conjunto, potenciando os objetivos e resultados a atingir.

Com estas finalidades, serão concebidas iniciativas de várias naturezas que possibilitem o contacto com as melhores práticas de gestão e com os resultados pretendidos pelo PEPAC (por exemplo, o contacto direto com beneficiários, através de visitas às operações), organização de *workshops* temáticos que possibilitem a criação de capacidades técnicas dos diferentes membros da parceria.

Estratégia de Cooperação

O GAL da ADRAMA tem desenvolvido alguma experiência em projetos de cooperação no quadro de programas LEADER anteriores e manifesta a intenção de trabalhar em parceria com outros GAL no sentido de explorar oportunidades de cooperação que possam trazer recursos para a Zona de intervenção criando oportunidades de aprendizagem, em torno de problemáticas comuns e estimulando complementaridades entre territórios.

A dotação financeira destinada para a cooperação deve apoiar iniciativas do GAL com valor acrescentado potencial para a Zona de intervenção e para a RAM, desenhando ações conjuntas com outros GAL do Continente de forma a desenvolver fileiras de diversificação económica das atividades das explorações agrorurais. Em idêntico sentido serão estabelecidos ou aprofundados laços de cooperação com GAL da União Europeia que permitam dinamizar novas abordagens para a inovação no desenvolvimento rural.

Em termos de *cooperação interterritorial*, pretende-se integrar projetos focalizados no fortalecimento de identidades territoriais e sectoriais. Em termos de *cooperação transnacional*, as parcerias de projeto a integrar deverão mais exigentes e focadas para proporcionar um maior valor acrescentado fruto do conhecimento detido pelos parceiros na abordagem de temáticas relacionadas com o desenvolvimento dos territórios rurais, por exemplo, nos domínios da bioeconomia e da economia circular. O principal objetivo da participação em projetos de cooperação deverá contribuir para consolidar áreas temáticas da cooperação relevantes para a ELD e que se revelem capazes de promover o território, valorizar e dinamizar a economia local e as relações económicas entre os diversos territórios envolvidos, constituindo efetivas mais-valias importantes para a ZI.

O GAL da ADRAMA propõe-se trabalhar em cooperação com os parceiros e outras organizações, incentivando a cooperação entre promotores/empreendedores e entre estes e outros sectores, tendo em vista, entre outras, a obtenção das seguintes mais-valias:

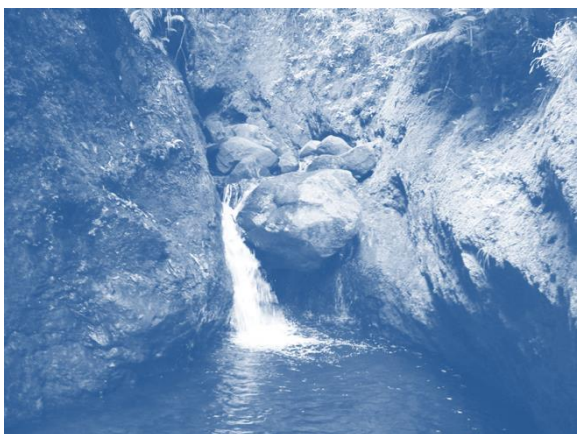
- Trocar e partilhar experiências, aquisição de novos conhecimentos sobre outros territórios e realidades e divulgar o território;
- Aceder a novos mercados, de forma a promover/vender os produtos locais e o próprio território;
- Reforçar a coesão territorial e a complementaridade entre as outras áreas de intervenção;
- Trocar e adquirir competências pessoais e institucionais;

- Criação de redes de trabalho e de utilização das sinergias entre os vários GAL;
- Minimizar custos através das economias de escala.
- Elevada divulgação e promoção dos territórios e dos seus produtos e recursos endógenos;
- Ganhos de experiência, conhecimento e de aplicação de novos saber-fazer, tecnologias, métodos de trabalho e boas práticas;
- Diversificação das formas de comercialização e de acesso a novos mercados;
- Valorização e qualificação dos recursos do território.

As **necessidades/opportunidade de cooperação** identificadas são agrupadas por áreas temáticas:

- **Turismo.** Abordagens que privilegiem a divulgação, qualificação e diversificação da oferta turística, a formação de ativos, a comercialização de produtos turísticos, o turismo ativo (atividades ao ar livre, observação de aves, cicloturismo, pesca, passeios pedestres e levadas), o alojamento e a animação, a ligação com o património e a gastronomia.
- **Produtos e Serviços Agrícolas e Agroalimentares.** Abordagens de divulgação, criação de postos de venda e de circuitos curtos de comercialização, aproximação dos produtores aos consumidores, melhoria da qualidade, aumento do conhecimento técnico, introdução de novas técnicas e boas práticas, e incentivo ao estabelecimento de parcerias no âmbito dos planos de marketing e dos circuitos de comercialização.
- **Bioeconomia e Economia circular.** Abordagens que permitam aceder a boas práticas em territórios com características similares aos concelhos da Zona de intervenção em que decorram iniciativas e projetos experimentais de transformação de produções primárias e de aproveitamento económico de resíduos e subprodutos/desperdícios da atividade agropecuária e piscatória.

Na escolha dos projetos de cooperação devem ter prioridade os que visam produzir conhecimento, inovação, empreendedorismo, criar respostas às fragilidades dos territórios rurais, através da mobilização e potenciação de competências e conhecimentos de todos os agentes envolvidos, conferindo maior eficácia e eficiência às estratégias de desenvolvimento rural na valorização económica dos recursos do território e de promoção da sua competitividade. Nesse sentido, refira-se as seguintes experiências anteriores de participação em eventos: relacionado com a temática do Mar e do Turismo Náutico, destacando os concelhos com melhores acessibilidades ao mar e com maior tradição de desportos náuticos ; relacionado com o Ambiente e a Biodiversidade, promovendo a Floresta Laurissilva, Património Mundial; visando a participação em feiras temáticas, na área alimentar e outras, junto da diáspora madeirense, proporcionando destaque aos produtos regionais, de modo a promover a Região e as suas empresas para encontrar potenciais parceiros comerciais, explorando novas modalidades de acesso ao mercado - centrais de compras e plataformas de comercialização de produtos *online*, criando novas oportunidades de negócio e estabelecendo parceria.



‘NÓS AJUDAMOS A DIMINUIR A DISTÂNCIA ENTRE UMA IDEIA E A REALIZAÇÃO’